

**DAYANE RÚBILA LOBO HESSMANN**

**CARTILHA DA REPRESSÃO:  
Os ensinamentos de um delegado sobre a Subversão e a Segurança Nacional  
(1974 - 1977)**

**CURITIBA  
2011**

**DAYANE RÚBILA LOBO HESSMANN**

**CARTILHA DA REPRESSÃO:  
Os ensinamentos de um delegado sobre a Subversão e a Segurança Nacional  
(1974 - 1977)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Marion Brepohl Magalhães

**CURITIBA  
2011**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS  
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS

Hessmann, Dayane Rúbila Lobo

Cartilha da repressão : os ensinamentos de um delegado sobre a subversão e a segurança nacional (1974-1977) / Dayane Rúbila Lobo Hessmann. – Curitiba, 2011.

142f.

Inclui referências e anexos

Orientadora: Profª Drª Marion Brepohl Magalhães

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curso de Pós-Graduação em História.

1. Brasil – História – 1964-1985. 2. Ditaduras e ditadores – Brasil. 3. Segurança nacional. 4. Perseguição política – Brasil. I. Brepohl de Magalhães, M., 1956-. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 981.063



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,  
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.  
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

### PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Dayane Rúbila Lobo Hessmann, intitulada: **Cartilha da repressão: Os ensinamentos de um delegado sobre a Subversão e a Segurança Nacional (1974-1977)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, trinta de junho de dois mil e onze.

Prof.ª Dr.ª Marionilde Brepohl Magalhães (Orientadora)  
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcos Gonçalves (UNESPAR)  
1º Examinador

Prof. Dr. Adriano Codato (UFPR/DECISO)  
2º Examinador

Ao Daniel, por ter sido meu par durante toda essa dança.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, que mesmo sem entender muito do que faço, sempre me apoiou, mostrando-se muito orgulhosa da sua filha que “faz mestrado”. Seu amor e incentivo foram essenciais para a realização deste trabalho.

À minha família pelo apoio e confiança, especialmente à minha avó Aparecida, que mesmo não sabendo ler, me ensinou a importância dos estudos.

À minha orientadora Marion, pelas valiosas críticas e sugestões, pela sua paciência, atenção e dedicação.

Aos professores Adriano Codato e Marcos Gonçalves, pela leitura cuidadosa do texto, pelas críticas e sugestões feitas no exame de qualificação.

À professora Roseli e aos colegas da Intersub, Larissa, Lorena, Celina, Heloíse, Cláudia, Rafael e Ernesto, pelos debates teóricos, pelas sugestões, trocas de ideias e experiências.

À Maria Cristina, secretária do PPGHIS, sempre prestativa e atenciosa.

Aos meus amigos e amigas, Dani, Karina, Fabiano, Gladisson, Tabi, Fernanda e Daniel Trevisan, que pela força e pelo afeto de sempre.

Ao Daniel, pessoa mais que fundamental neste processo de execução deste trabalho. Obrigada pelo abraço apertado em todos os momentos de crise (que foram muitos), por ouvir meus desabafos e compartilhar minhas angústias, pela leitura crítica dos capítulos, pelas sugestões e discussões, pelo cuidado, pelo carinho e pelo companheirismo de sempre.

A todos que de alguma parte fizeram parte desta etapa da minha vida, meus sinceros e carinhosos agradecimentos.

*Mas compreender não significa aceitar.  
Isaiah Berlin.*

## RESUMO

No âmbito da pesquisa historiográfica, a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), apesar de seu período recente, já é suficientemente demarcado como objeto da pesquisa histórica. As abordagens acadêmicas sobre o tema priorizaram, com poucas exceções, a resistência, ou seja, os opositores ao regime. A partir desta constatação, optamos por privilegiar para este estudo, de que maneira um delegado da Polícia Política do Rio de Janeiro, entendia a subversão e a Segurança Nacional. Para tanto, a fonte principal em que pautará este trabalho é o “Dicionário: Segurança Nacional e Subversão (teórico e prático)”, escrito pelo delegado Zonildo Castello Branco, editado em 1977 para ser distribuído entre os policiais. Trata-se de um documento de qualidade gráfica e redação precária, produzido pela iniciativa do próprio autor, contendo um total de 362 páginas com 1.813 verbetes, a fim de explicar aos policiais como reconhecer um subversivo, os jargões utilizados pelos comunistas, bem como, uma orientação para quais atitudes políticas e morais eram dignas ou reprováveis, enfim, uma verdadeira “cartilha da repressão”. Tal documento encontra-se sob a guarda do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, no acervo do DOPS. Através desta fonte visualizamos de que maneira um policial interpretou e reproduziu as premissas do governo ditatorial, evidenciando, assim, suas subjetividades, seus valores e sua visão de mundo.

Palavras-chave: ditadura militar; polícia política; subversão; segurança nacional; repressão.



## **ABSTRACT**

The Brazilian military dictatorship (1964-1985), despite its recent period, is already sufficiently explored as an object of historical research. Generally, the academic researches about the topic prioritize, with few exceptions, the resistance, which is the opponents of the dictatorship. From this fact, we chose to focus in this study how a delegate of the Political Police of Rio de Janeiro understood the concept of subversion and its relation with the idea of National Security. For this, the main source of the research is the dictionary "National Security and Subversion" (theoretical and practical), written by the delegate Zonildo Castello Branco, published in 1977 to be distributed among the police institution. This is a document of poor writing and graphics, produced by the author's own initiative, containing a total of 362 pages with 1.813 entries, in order to explain to the police how to recognize a subversive, jargons used by communists, and serve as a guideline to perceive which political and moral attitudes were accepted or refused. Thus, a real "textbook" of the repression. This document is in the National Archive in Rio de Janeiro, in DOPS collection. Through this document we can visualize how a policeman interpreted and reproduced the premises of the Brazilian dictatorship, demonstrating their subjectivities, their values and their worldview.

**Keywords:** military dictatorship; political police; subversion; national security; repression.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
Considerações teórico-metodológicas.....	10
Revisão historiográfica.....	13
<b>CAPÍTULO PRIMEIRO: Entre a mobilização popular e o autoritarismo</b> .....	23
1.1. Tempo de efervescência política e cultural.....	23
1.2. Tempo de recrudescimento anticomunista.....	37
1.2.1. A Doutrina de Segurança Nacional.....	43
<b>CAPÍTULO SEGUNDO: Uma literatura para uma ideologia</b> .....	47
2.1. Notas sobre o <i>Dicionário</i> e seu autor.....	47
2.2. Governo Geisel e a abertura política.....	58
2.3. O Perfil da Bibliografia.....	64
2.3.1. Livros da Bibliex, ESG e Comunidade de Informação.....	65
2.3.2. Traduções Anticomunistas .....	71
2.3.3. Livros de Teoria Política, Ciência Política, Sociologia e Filosofia.....	80
<b>CAPÍTULO TERCEIRO: Desvendando o dicionário: entre opositores, policiais e as “pessoas de bem”</b> .....	83
3.1. Os opositores do Governo .....	83
3.2. Os policiais .....	108
3.3. As “pessoas de bem”.....	116
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	121
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	125
<b>ANEXO I</b> .....	132
<b>ANEXO II</b> .....	137

## INTRODUÇÃO

A abertura de acervos sigilosos sobre a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) tem proporcionado uma transformação do conhecimento histórico sobre o período. Se por muito tempo tal historiografia foi marcada pela memorialística e pela ótica da resistência, com essas novas fontes, a repressão, a tortura, a polícia política e a espionagem, bem como o apoio e a cooperação de parte da sociedade, podem ser estudados com maior profundidade.

É nesse âmbito que se situa esta dissertação. Nosso trabalho está preocupado em investigar de que maneira um operador do Regime, o delegado da Polícia Política carioca Zonildo Castello Branco, entendia a subversão e o trabalho da repressão. Para tanto, utilizamos como fonte o *Dicionário: Segurança Nacional e subversão (teórico e prático)*<sup>1</sup>, de caráter reservado, escrito pelo delegado e publicado em 1977. Composto de um total de 362 páginas com 1813 verbetes, o documento tem como características a qualidade gráfica e a redação precária. Conforme o autor, o intuito era oferecer conhecimentos de A a Z sobre segurança nacional, informações, operação e subversão, constituindo-se como um material destinado à polícia repressiva.

Tal como sugerido por Beatriz Kuschnir, esse documento apresenta uma tipologia mista, pois, se por um lado tem como intuito identificar o “subversivo”, por outro lado explica o universo desse “outro” a partir da sua própria perspectiva<sup>2</sup>. Assim, a fonte nos permite entender a lógica do policial, sua visão de mundo, seus valores, sentimentos e ressentimentos.

A partir disso, as questões que nos propomos a responder são: 1) Por que a escrita do *Dicionário*? 2) Qual a lógica interna da sua escrita? 3) Quais são as grandes temáticas privilegiadas pelo autor? 4) O que era ser um subversivo? 5) O que o qualificava enquanto tal? 6) Qual a linguagem que o autor utilizou para

---

<sup>1</sup> CASTELLO BRANCO, Zonildo. **Segurança Nacional e Subversão: Dicionário teórico e prático**. Rio de Janeiro: Secretária de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. 1977 (RESERVADO). O documento encontra-se sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Divisão de Documentação Permanente. Acervo do DOPS.

<sup>2</sup> KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: o acesso às informações e às fontes (os arquivos do Dops – RJ e SP). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). **Minorias Silenciadas: História da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado/ Fapesp, 2002. pp.570-571.

caracterizar a subversão? 7) Quais sentimentos ou ressentimentos estavam presentes na sua escrita?

Até o presente momento, constatou-se a inexistência de uma análise de teor acadêmico sobre o *Dicionário*, o que também nos mobilizou para a realização desta pesquisa. Portanto, como já salientado, essa fonte inédita<sup>3</sup> permite ao pesquisador conhecer um pouco mais da visão de mundo daquelas pessoas que, executando as medidas autoritárias do governo, fizeram parte do sistema repressivo durante a ditadura. Mais interessante ainda é a possibilidade de analisar de que maneira a Doutrina de Segurança Nacional difundida pelos ideólogos da ditadura chegou a um funcionário dos escalões intermediários do aparato repressivo/informativo. Aliás, esta dissertação se destaca também por estudar um policial da Polícia Política, personagem que ainda não mereceu a devida atenção por parte dos historiadores.

### **Considerações teórico-metodológicas**

Sendo que o tema do nosso trabalho se insere no âmbito da história política, consideramos relevante tecer algumas considerações sobre a tendência da história política aqui trabalhada.

A história política não ficou imune à revolução historiográfica causada pela primeira geração dos Annales. Lucien Febvre e Marc Bloch a criticaram veementemente. Jacques Julliard sintetiza assim tais acusações:

A história política é psicológica e ignora os condicionamentos, é elitista, talvez bibliográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; o seu objetivo é o particular e, portanto, ignora comparação; é narrativa, e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo, é parcial e não o sabe, prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos, e ignora o longo prazo, em uma palavra, é uma história factual<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Convém assinalar que no ano de 2001 o jornal “Folha Online” publicou uma matéria apresentando o dicionário. Segundo o jornal, durante anos o documento ficou escondido nas estantes do Arquivo Nacional. Todavia, fora resgatado pela Fundação de Amparo à Investigação do Rio de Janeiro, que o reeditaria a fim de torná-lo como um testemunho dos anos de autoritarismo no país. A matéria o qualifica como um verdadeiro “Dicionário da repressão”. O curioso, no entanto, é que o documento não foi publicado até o presente momento. Para conferir a reportagem completa: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u18207.shtml>. Acessado em 13 de agosto de 2010.

<sup>4</sup> JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre, (orgs). **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 180.

A partir de 1929, com os *Annales*, a história política foi duramente criticada, e uma nova concepção de história é priorizada, tendo como protagonistas o econômico e o social. Mas, como lembra Julliard, ainda que colocada parcialmente de lado, a história política pereceu, mas não desapareceu. Todavia, os historiadores que tivessem coragem de nela se aventurar fariam o papel de retardatários. A segunda geração dos *Annales*, que teve Fernand Braudel como seu maior representante, também continuou condenando a história política, dessa vez como episódica e factual<sup>5</sup>.

Os representantes do marxismo na década de 1960 também reforçaram o desprezo à história política ao focar a luta de classes como o motor da história, priorizando o econômico e, com isso, desclassificando os sujeitos. Nessa mesma direção, o estruturalismo também reprovou o político por considerar que este era um simples “epifenômeno” de um “todo articulado”<sup>6</sup>.

Tais fatores podem ser vistos como uma explicação do motivo do descrédito que a história política atravessou durante algumas décadas. Contudo, esse quadro foi lentamente se alterando. A partir de 1980 observa-se um “renascimento da história política”, porém não mais aquela praticada no século XIX ou nos manuais escolares do início do século XX, mas uma nova, com novos problemas, novas abordagens e novos objetos.

René Rémond aponta duas ordens de fatores que propiciaram esse reaparecimento do político: transformações mais amplas - do contexto - e a própria dinâmica interna da pesquisa histórica<sup>7</sup>. Segundo o autor, as crises e desajustes na economia liberal, que tiveram como desdobramento o intervencionismo estatal, ampliaram o domínio das atribuições do governo, colaborando decisivamente para o retorno do político.

Por outro lado, Rémond ressalta as condições internas que impulsionaram essa renovação no estudo do político. Para ele, as rigorosas críticas que ao longo de décadas foram dirigidas à história política acabaram por estimular uma profunda reflexão que suscitou a iniciativa de retomar e redescobrir o político.

---

<sup>5</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. **Estudos Históricos**. V.5 n.10, 1992. P. 266.

<sup>6</sup> SÊGA, Rafael. História e Política. **Questões e Debates**. Curitiba, PR: Ed. da UFPR. N. 37, 2002. p.190.

<sup>7</sup> RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 22.

Pesquisadores como René Rémond, Jean-Pierre Rioux, Michel Winock e Antoine Prost, entre outros, empenharam-se nessa tarefa de retomar o político, e a pluridisciplinaridade esteve no centro dessa renovação, marcando a busca por um contato com outras áreas do conhecimento, como a Ciência Política, a Sociologia, a Lingüística e a Psicanálise. Com isso, o poder passou a ser estudado em diferentes manifestações, como o estudo sobre o processo eleitoral, sobre o comportamento político, os partidos políticos, os grupos de pressão, a opinião pública, a mídia, as relações internacionais, etc.

Segundo Rémond, a nova história política preenche todos os requisitos necessários para ser reabilitada, pois, ao se ocupar do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, integra todos os atores do jogo político, mesmo os mais modestos, perdendo assim seu caráter elitista e individualista. Além disso, seu interesse não se volta mais para a curta duração, mas para uma pluralidade de ritmos, inclusive de longa duração. Finalmente, a nova história política também conta com uma grande massa documental passível de quantificação - por exemplo, os dados eleitorais e partidários. Dessa maneira, todas as críticas dos Annales à velha história política foram supridas nessa nova história política, que se transformou na história social do poder.

Além dessa renovação metodológica, citemos Pierre Ansart, que alterou profundamente o quadro epistemológico ao propor o papel das paixões e dos sentimentos na história, e, conseqüentemente, na política<sup>8</sup>. Ansart nos ensina que ao se estudar o político, principalmente as ações políticas, devem-se considerar o ódio, a inveja, o rancor, o ciúme, o desejo de vingança e os fantasmas da morte, “pois são exatamente estes os sentimentos e representações designados pelo termo ressentimento”<sup>9</sup>; afinal de contas, esses sentimentos fazem parte da experiência humana, e, portanto, estão presentes nas instituições, nas decisões, nos fatos políticos e no cotidiano<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> MAGALHÃES, Marion Brepohl Dias: ANSART, Pierre. La gestion des passions politiques. **Texto inédito**, 2007.

<sup>9</sup> ANSART, Pierre. História e Memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs). **Memória e (RES) Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora Unicamp, 2001. p. 15.

<sup>10</sup> ANSART, Pierre. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. In: **HISTÓRIA: questões e debates**. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, v.1, n.1, 1980.

Para compreender o impacto que a “ideologia da segurança nacional” surtiu no meio policial do aparato informativo/repressivo, recorreremos às reflexões de Ansart sobre a ideologia. Segundo o autor, o poder pode empreender diferentes trabalhos ideológicos, utilizando-se especialmente da violência simbólica elaborada através de três distintos discursos: o da “ortodoxia apoiada”, que tem êxito pela difusão e aceitação de mensagens, em grande medida, de maneira espontânea<sup>11</sup>; o da “ortodoxia consentida”<sup>12</sup>, que organiza e sistematiza a manipulação e o controle sobre a opinião pública; o da “ortodoxia terrorista”<sup>13</sup>, que, através da evocação dos mitos, busca garantir uma obediência total aos poderes instituídos. É através desse último, segundo Ansart, que os indivíduos passam de receptores das mensagens à entusiastas defensores da verdade. É também através dele que potencialmente se abre uma passagem da violência simbólica à violência física.

Sem dúvida, o regime autoritário brasileiro foi pautado pelo discurso da ortodoxia terrorista, pois foi através das propagandas e dos mitos que a ditadura ganhou, se não o apoio total da população, pelo menos sua tolerância. E, se muitos foram colaboracionistas do Regime, é porque o inimigo (o subversivo) passou a ser visto como verdade, transformando-se num objeto a ser destruído. Nesse sentido, Zonildo apresentava-se como um defensor entusiasmado do Regime, a ponto de escrever um texto que legitimava a repressão.

### **Revisão historiográfica**

Marcos Aurélio Vannuchi de Mattos e Walter Cruz Swensson Jr. propõem a existência de três ciclos repressivos nos governos militares brasileiros. O primeiro, abrangendo o período 1964-1968, denominado como “expurgos e início da repressão política”, teve como principal objetivo a desarticulação dos setores políticos ligados a João Goulart e às “Reformas de Base”. No segundo, entre 1969 e 1974, os “anos de chumbo”, consolidou-se a legislação repressiva. Por fim, no terceiro, de 1974 a 1985, chamado de período da “liberalização política e da

---

<sup>11</sup> ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1978. pp. 137-144.

<sup>12</sup> **Ibidem**, pp. 144-150.

<sup>13</sup> **Ibidem**, pp. 150-155.

repressão seletiva”<sup>14</sup>, realizou-se a “distensão política” paralelamente à repressão aos movimentos sociais que reivindicavam a redemocratização. É exatamente nesse último ciclo que se localiza o recorte da nossa pesquisa. Deve-se salientar ainda que, mesmo tendo sido publicado em 1977, a confecção do *Dicionário*, segundo o próprio autor, durou cerca de três anos, o que centra o seu processo de composição durante o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979).

No entanto, a historiografia sobre o tema centra seus estudos sobre a repressão nos anos iniciais do governo ditatorial. A importância desse terceiro ciclo está no fato de que, conquanto já se pudesse vislumbrar alguma abertura, a repressão, ainda que não totalmente autorizada pelo governo, continuou. O processo de abertura, portanto, não significou o fim das perseguições aos comunistas e aos opositores ao regime, como demonstraremos ao longo deste trabalho. Todavia, durante o governo de Geisel, a repressão tornou-se mais seletiva e dissimulada<sup>15</sup>. Mas mesmo assim, os agrupamentos comunistas remanescentes continuaram sendo o alvo principal dos órgãos repressivos, e o comunismo continuou sendo combatido tanto no plano objetivo quanto subjetivo, o que é corroborado por nossa fonte.

Conforme já afirmamos, a bibliografia que trata da Ditadura Militar buscou novos atores sociais. Assim sendo, efetuaram-se pesquisas que têm seu foco tanto nos militares que pertenciam à alta hierarquia das Forças Armadas e que participaram efetivamente como comandantes dos órgãos de repressão<sup>16</sup>, como também nas pessoas comuns que se prestaram ao serviço de delação e

---

<sup>14</sup> MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi de. SWENSSON JR, Walter Cruz. **Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

<sup>15</sup> **Idem**, p. 66.

<sup>16</sup> **Cf:** D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. **A volta dos quartéis. A memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. **Os anos de Chumbo. A memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. **Visões do Golpe: A Memória Militar Sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. (Orgs.) **Ernesto Geisel**. 5a Edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.



informação<sup>17</sup>. Porém, em meio a uma literatura tão extensa, são poucos os trabalhos que se dedicaram aos órgãos repressivos e seus respectivos policiais.

Dentre esses, Martha Huggins, Mika Haritos-Fautoros e Philip Zimbardo elaboraram um estudo inédito sobre os “operários da violência”<sup>18</sup>, isto é, sobre os policiais que estiveram de alguma forma envolvidos com a repressão durante a ditadura militar brasileira. O objetivo foi compreender: “por que homens comuns torturam e assassinaram em nome do Estado? Como os perpetradores da violência explicam e justificam sua ação? Qual o resultado de seus atos criminosos - para as vítimas, para eles próprios e para a sociedade?”<sup>19</sup>. Para atingir o seu objetivo, os pesquisadores entrevistaram 23 policiais, os “operários da violência”, que atuaram na repressão ditatorial.

Os autores identificam a escassez de pesquisas sobre esses atores sociais naquilo que chamam de “exclusão por sensibilidade moral”<sup>20</sup>, ou seja, na grande relutância de acadêmicos em investigar perpetradores de atrocidades<sup>21</sup>. Além do mais, existe ainda o fato de que, após a redemocratização, os perpetradores da violência patrocinada pelo estado ditatorial foram “demonizados” pela opinião pública, o que contribuiu para a resistência dos torturadores e dos assassinos em revelar seus segredos sobre os seus atos. Tais considerações também são por nós compartilhadas, pois, embora não se tenham provas efetivas que Zonildo Castello Branco praticou tortura ou cometeu algum assassinato, ele era um “operário da violência” à medida que instruía e mandava executar medidas repressivas. Assim,

---

<sup>17</sup> KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004. FICO, Carlos. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. **Topoi - Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 251-286, 2002.

<sup>18</sup> HUGGINS, Martha K; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G. **Operários da Violência**. Policiais torturadores e assassinos reconstróem as atrocidades brasileiras. Brasília: EdUnB, 2006.

<sup>19</sup> **Ibidem**, p. 37.

<sup>20</sup> **Ibidem**, p.72.

<sup>21</sup> Existe ainda, segundo os autores, por parte de alguns acadêmicos, a ideia de que o pesquisador que investiga os perpetradores da violência aceita ou quer legitimar suas atrocidades, fazendo com que, muitas vezes, os pesquisadores que se arriscam nessa temática sejam vistos de forma pejorativa. **Ibidem**, p. 78.

foi provavelmente por medo de represálias que o delegado silenciou sobre o seu passado quando consultado sobre a concessão de uma entrevista<sup>22</sup>.

Em que pesem todas as dificuldades em se investigar essa temática, Huggins, Haritos-Fautoros e Zimbardo, a partir dos depoimentos, concluíram que a dinâmica que transformava pessoas comuns em “operários da violência” constituía-se através dos seguintes condicionantes: a política ideologicamente fundamentada na segurança interna; a hierarquia que envolvia a polícia especializada e a organização competitiva de unidades de controle social; a associação a isso de uma sócio-psicologia de desindividualização, obediência, desumanização, aceitabilidade da violência moderadora e descomprometimento moral<sup>23</sup>.

Os autores recorreram a Hannah Arendt e às suas reflexões sobre a “banalidade do mal” para compreender os policiais envolvidos com as práticas repressivas durante a ditadura. Tal como Adolph Eichamann<sup>24</sup>, os homens que se envolveram em atos absurdamente perversos não eram monstros, apesar de suas atitudes serem monstruosas. Através de tal pensamento, pessoas comuns se transformaram em perpetradores através do poderoso conjunto de ferramentas anteriormente descrito, que serviram para modelar esse profissional, fazendo-o agir sem pensar, sem qualquer remorso ou responsabilidade<sup>25</sup>.

Complementar à análise de Huggins, Haritos-Fautoros e Zimbardo, Carlos Fico, em *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*<sup>26</sup>, reconstitui o processo de formação do aparato repressivo/informativo promovido pelos altos comandos militares para tarefas de espionagem, informações e realização de operações policiais. Agindo assim, diferentemente dos autores citados, Fico não deu rostos humanos aos fatos, detendo-se nos órgãos de repressão da ditadura militar na sua totalidade, destacando sua ideologia, seus procedimentos e suas ações.

---

<sup>22</sup> Zonildo Castello Branco atualmente está aposentado e ainda reside no Rio de Janeiro. Quando entramos em contato para termos maiores informações sobre o *Dicionário*, ele recusou-se em falar.

<sup>23</sup> **Ibidem**, p. 300.

<sup>24</sup> Eichamann foi um notório comandante, responsável pela logística de extermínio de milhões de pessoas durante o Holocausto.

<sup>25</sup> HUGGINS, Martha K; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G. **Op.cit.**, p. 435.

<sup>26</sup> FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Em *Como eles agiam*, Fico deu mais ênfase aos documentos que às análises, o que resultou numa certa carência de interpretações teóricas mais detalhadas. Seu valor, porém, reside em trazer à tona uma documentação secreta sobre o período. O historiador percorreu todos os meandros dos “porões da ditadura”, frisando a distinção entre comunidade de informações e comunidade de segurança e desvendando as numerosas siglas criadas pela direita, mostrando quais eram as funções de cada órgão. Tal esclarecimento é de fundamental importância para nosso estudo na medida em que nos possibilita conhecer com mais profundidade o ambiente de trabalho de Zonildo.

Fico buscou em Nobeit Elias o respaldo teórico para tratar do *ethos* da comunidade de informação, destacando que, através da construção de paradigmas, narrativas e memórias, inventou-se uma identidade de grupo que se reconhecia como tal e que superestimava a força do “inimigo”. Criou-se, segundo Fico, uma identidade tanto sobre o “eles”, impondo-lhes o rótulo de subversivos, quanto sobre o “nós”, os responsáveis em promover o bem estar da sociedade. Todavia, ao propor a “distensão lenta, gradual e segura”, o general Ernesto Geisel (1974-1979) não contava com a represália desse grupo. O historiador sublinhou que a reação dos órgãos de repressão foi enorme por dois motivos: primeiro, porque os agentes da repressão desejavam prosseguir com seu trabalho, e, segundo, devido ao medo da punição caso o sistema fosse desmantelado. Foi, portanto, nesse contexto de animosidade dos órgãos de repressão diante da abertura que o “Dicionário teórico e prático” foi publicado e colocado em circulação.

Também motivada pelo interesse em estudar os órgãos de repressão, mas sob outro prisma, Marion Brepohl de Magalhães, em *A Lógica da Suspeição*<sup>27</sup>, deteve-se sobre a maneira pela qual a comunidade de informação realizava a repressão preventiva. A autora mostra como os aparelhos repressivos eram divididos internamente de acordo com cada atividade. Ademais, chamou a atenção para as técnicas de arquivamento dos suspeitos e a veracidade das informações passadas pelos informantes, classificando-os como mais e menos confiáveis, numa escala descendente cujo código era estabelecido de A (maior confiança) a F (menor confiança). O objetivo principal para autora foi perceber de que maneira a

---

<sup>27</sup> BREPOHL de MAGALHÃES, Marionilde Dias. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, vol.17 n. 34 São Paulo, 1997.

propaganda difundida apenas em uma esfera restrita, dirigida a uma pequena parcela da população por meio de documentos sigilosos, era compreendida e aplicada, na prática, pelos informantes amadores e profissionais. Ou seja, compreender de que maneira se chegavam às suspeitas e como se classificavam as informações, verificando assim como se produzia o delator.

Para sua análise, a autora se apoiou nas reflexões de Michel Foucault e Pierre Ansart. No que diz respeito à sua compreensão do poder, apropriou-se das idéias de “Microfísica do poder”, obra em que Foucault afirma que é preciso captar o poder nas suas extremidades, pois é nessa instância que o poder é efetivamente exercido.

Inspirada em Pierre Ansart, Brepohl de Magalhães sublinha que eram os sentimentos de medo – da desordem, do poder e do fantasma da subversão – e de rejeição que levavam os informantes à denúncia. Com isso, a autora destaca uma questão importante: o papel dos sentimentos da esfera pública. É justamente nesse ponto que o seu artigo nos interessa, na medida em que os sentimentos e ressentimentos que motivaram a escrita de Castello Branco foram aspectos privilegiados no nosso trabalho.

Em outro artigo, Brepohl escreveu sobre o “Fazer Falar: técnicas de interrogatório durante o Regime Militar”<sup>28</sup>. Aqui, a autora analisa a maneira pela qual o Regime construiu a técnica de falar sob tortura e quais eram os mecanismos que levariam um indivíduo a se dispor a torturar e a matar, considerando-os resultados de um paciente e criterioso trabalho ideológico, regulador da vida dos perseguidos e dos perseguidores.

Para a historiadora, há a possibilidade de o impacto e a significância da “ideologia da segurança nacional” ser um dos caminhos para compreender como a tortura foi tão praticada e tão aceita. A expressão “espírito militar”, cunhada por Celso Castro<sup>29</sup>, foi usada para designar o senso de “missão” que era inculcado em todos os membros do sistema repressivo, desde o mero informante voluntário até os dirigentes das organizações.

---

<sup>28</sup> MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. Fazer falar: técnicas de interrogatório durante o Regime Militar. In: CANCELLI, Elizabeth (org.) **Histórias de Violência, crime e lei no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

<sup>29</sup> CASTRO, Celso. **O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

Ao analisar um “manual do interrogatório” de 1971, Brepohl mostra passo a passo como obter a confissão de presos políticos através da coerção física ou psicológica e tenta responder como um método, um conjunto de saberes sob como torturar, pode ser colocado em prática sem dor ou remorso pelo perpetrador. A autora afirma que os procedimentos “científicos” do ato de torturar pareciam retirar da violência qualquer conteúdo de subjetividade. Desse modo, o interrogador entendia que “não é ele que machuca, mas as técnicas ali aplicadas”<sup>30</sup>. Portanto, ao seguir todos os passos recomendados no manual, o perpetrador era dispensado de responder por seus atos, distanciando-o da vítima.

Nesse artigo, Brepohl mais uma vez mostra a interação entre Instituição e ação individual, pois, de um lado, estava a violência verbal dos divulgadores da “Ideologia da Segurança Nacional”, e, de outro, as motivações subjetivas do perpetrador. São essas relações entre o Regime e os indivíduos, bem como a dicotomia inseparável de razão e emoção, que também abordamos nesta pesquisa.

De outro ponto de vista, mas complementar ao de Brepohl de Magalhães, Maria José de Rezende, em seu livro *A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de legitimidade (1964- 1984)*, afirma que não foram somente a repressão e o milagre econômico que contribuíram com a longevidade do regime. Inspirando-se na premissa de Hannah Arendt de que “jamais existiu um governo baseado exclusivamente nos meios de violência”<sup>31</sup>, Rezende se propôs a realizar uma abordagem sociológica da questão da legitimidade, buscando entender os meios de legitimação utilizados pela ditadura para garantir a adesão e o reconhecimento da população. Para tanto, o trabalho teve como eixo norteador a análise das estratégias objetivas (econômicas, militares, políticas) e subjetivas (psicossociais) constituídas pelos militares e civis para atingir essa meta.

Conforme a autora, a estratégia psicossocial formulada e disseminada pelo “grupo de poder”, composto “por militares que se encontravam no governo e desfrutavam de posições de mando e decisão, [e] também [por] aqueles que chefiavam órgãos e instituições, tecnoburocratas e os representantes do grande

---

<sup>30</sup> MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. Fazer falar: técnicas de interrogatório durante o Regime Militar... **Op. Cit.**, p. 167.

<sup>31</sup> ARENDT, Hannah. **Apud:** REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de legitimidade (1964- 1984)**. Londrina: Ed. UEL, 2001.

capital”<sup>32</sup>, tinha como intuito conquistar as mentes da polícia militar e civil, bem como da população em geral. Desse modo, os ideólogos do Regime distribuíram internamente nas comunidades de informação/repressão, mas também para a sociedade civil, livros, panfletos, jornais, revistas e filmes que expressavam seus valores e interesses, o que, em boa medida, foi eficiente para a obtenção de uma certa aparência de “tranquilidade”.

O aspecto psicossocial desenvolvido por Rezende é de fundamental relevância para nosso trabalho, pois a elaboração e a publicação do *Dicionário* de Castello Branco indica que a busca pela adesão e pelo reconhecimento dos valores difundidos pelo Regime, pelo menos para o seu autor, surtiu o efeito desejado pelos ideólogos da Doutrina de Segurança Nacional.

Mais próxima à nossa pesquisa, temos a de Rosângela Pereira de Abreu Assunção, no trabalho intitulado “*DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*”<sup>33</sup>, cujo objetivo consistiu em estudar a trajetória da Polícia Política mineira num contexto de expansão do comunismo. Para tanto, Assunção utilizou como fonte publicações de policiais da polícia política mineira semelhantes ao nosso documento, evidenciando assim que o *Dicionário Subversão e Segurança Nacional* não foi o único documento desse tipo, pois, segundo ela, havia um número considerável de publicações de delegados e agentes policiais sobre o subversivo e sobre as técnicas para combatê-lo<sup>34</sup>.

A autora defende que o anticomunismo se incorporou à instituição policial devido ao complexo quadro político do século XX, em que prevaleceu a “sensação de mal-estar e de medo diante da possível “demonização” do mundo pelo comunismo”<sup>35</sup>. Portanto, a polícia partilhava de valores, atitudes e crenças conformadas por uma tradição e um imaginário anticomunista, que funcionou como um motor para o exercício da autoridade e do poder da polícia sobre a sociedade.

---

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 08.

<sup>33</sup> ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. **DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)**. Dissertação (Mestrado) UFMG, Belo Horizonte, 2006.

<sup>34</sup> Como por exemplo: Manual de Organização e Práticas Policiais (1971), de Antonio Dutra Ladeira; Manual de Polícia Política e Social- 1. ed (1954) e 4. Edição revisada e ampliada (1967), de Luiz Apollonio.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 70.

A ideia, fortemente marcada no meio policial, era de que a sociedade era um organismo indefeso, frágil e despreparado para enfrentar o perigo comunista. Tal pensamento ganhou consistência na medida em que os policiais passaram a se considerar salvadores, verdadeiros heróis em permanente missão contra o mal<sup>36</sup>, tal como Carlos Fico também ressalta. Segundo Assunção, foi a partir da delimitação da identidade do “outro”, ou seja, do inimigo comunista a quem se deveria combater, que a polícia mineira construiu sua própria identidade<sup>37</sup>. As discussões de Sandra Pesavento sobre a construção da identidade e as ponderações de Bronislaw Baczko sobre o imaginário social norteiam as reflexões teóricas da autora.

O bom policial, conforme aponta Assunção, deveria penetrar a alma do inimigo, familiarizando-se com suas ideias e com a doutrina comunista de modo a facilitar o trabalho de identificação e combate do subversivo. Desse modo, toda a “literatura vermelha” interessava aos policiais. Esse é um aspecto de suma importância para a nossa pesquisa, pois é justamente pelo conhecimento dessa literatura que foi possível ao delegado autor do “Dicionário teórico e prático” instruir seus colegas de trabalho sobre o “perigo vermelho” e a necessidade de repressão.

Com outro enfoque, Sandra Regina Souza teve como interesse entender de que maneira um militar do alto escalão do Exército, considerado conservador e de extrema direita, construiu sua visão sobre os comunistas e os combateu através das palavras<sup>38</sup>. Os documentos analisados pela autora foram os livros *Os sete matizes do vermelho* (1977) e *Os sete matizes do Rosa* (1978), além do IPM 709, escritos pelo General Ferdinando de Carvalho. Sabe-se que existiram diferentes formas de atuação anticomunista e, nesse caso, a atuação estava diretamente ligada às palavras, no plano subjetivo. Essa pesquisa corrobora com a nossa por destacar a palavra como um instrumento de convencimento que tinha como objetivo levar a uma ação<sup>39</sup>.

Do aqui exposto, observa-se que há estudos relevantes, ainda que incipientes, sobre os operadores da violência ditatorial. Nesse sentido, validamos as

---

<sup>36</sup> **Ibidem**, p. 54.

<sup>37</sup> **Ibidem**, p. 106.

<sup>38</sup> SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. **Os sete matizes do rosa ou o Mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis**. (TESE DE DOUTORADO), UFBA, Salvador, 2009.

<sup>39</sup> **Idem**, p. 21.

análises acima mencionadas e ressaltamos a importância das mesmas para a discussão da temática que ora abordamos. Nosso trabalho soma-se a essa bibliografia, porém inova ao estudar as ideias, a visão de mundo, os sentimentos e os ressentimentos de um funcionário público que ocupava um cargo de destaque no sistema repressivo carioca durante o período ditatorial.

Para cumprir nosso objetivo, no primeiro capítulo realizamos uma breve análise dos antecedentes da ditadura militar. Acreditamos que, para compreender melhor a fonte selecionada para este trabalho, é necessário entender quais os fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que desencadearam o golpe que teve como justificativa o combate à corrupção, à desordem e principalmente ao comunismo. Desejamos detectar quais os eventos que geraram tanto medo em alguns segmentos da população, culminado com o golpe civil-militar. Discutimos também o anticomunismo presente na sociedade brasileira antes e durante a ditadura.

No segundo capítulo, destacamos o contexto no qual o documento foi redigido e publicado, objetivando compreender as preocupações do delegado ao redigi-lo. Todavia, o essencial nesse capítulo é destacar os livros que compõem a bibliografia que Zonildo Castello Branco consultou para elaborar seus verbetes, analisando as editoras e os autores que influenciaram e inspiraram o policial, revelando-se assim o perfil da bibliografia do Dicionário, crucial para entendermos a lógica da construção dos verbetes.

Finalmente, no terceiro capítulo, analisamos *Segurança Nacional e Subversão: Dicionário teórico e prático*, destacando, segundo a lógica do autor, as diferentes categorias de subversão, de que maneira ele justificava a repressão, como ele se enxergava enquanto policial da Polícia Política e como ele desenhava a sociedade, observando, portanto, sua visão de mundo, suas motivações subjetivas e sua personalidade.



## Capítulo Primeiro

### ENTRE A MOBILIZAÇÃO POPULAR E O AUTORITARISMO

#### 1.1. Tempo de efervescência política e cultural

Hobsbawm define o “breve século XX” como uma era de catástrofes, marcado por guerras, massacres e violência estatal. Por outro lado, o “breve século XX” também foi marcado pelo avanço da ciência, da tecnologia e das comunicações, pela efervescência cultural, pelo extraordinário crescimento econômico e pela globalização<sup>40</sup>.

Para o autor, a intolerância, seja religiosa, política, ideológica ou cultural, é uma das características desse século. Podemos então destacar aqui a intolerância ideológica e política entre os comunistas e os anticomunistas, afinal, segundo Hobsbawm, o “breve século XX” se inicia em 1917 com a Revolução Russa e termina no final da década de 1980 com o definhamento do estado socialista. Desse modo, não é possível compreender os acontecimentos mundiais das últimas décadas sem levar em consideração os embates em torno da utopia comunista.

A Revolução Russa em 1917, a Intentona Comunista no Brasil em 1935 e a Revolução Cubana de 1959 são apenas alguns exemplos da presença constante do comunismo nas diversas esferas sociais. Todavia, a força do comunismo, consubstanciada na expansão e no crescimento dos partidos e ideais comunistas, acabou gerando a sua contraparte, o anticomunismo. Os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, o clima da Guerra Fria, confirmaram os comunistas como um dos grandes protagonistas/antagonistas do século<sup>41</sup>, e o auge do embate político-ideológico entre comunistas e anticomunistas pode ser localizado na Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do “breve século XX”.

Das diversas correntes analíticas que se dedicam à Guerra Fria, adotamos aqui a perspectiva historiográfica elaborada por Edward Palmer Thompson, que se

---

<sup>40</sup> HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>41</sup> ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. **DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)**. Dissertação (Mestrado) UFMG, Belo Horizonte, 2006. p. 41.

utiliza da ideia de “reciprocidade” para definir a relação entre os dois blocos antagônicos e identifica o motivo da manutenção da Guerra Fria nos interesses políticos e, sobretudo, econômicos do complexo industrial militar de ambos os países.

Desde a Segunda Grande Guerra, os EUA e a URSS investiram pesadamente no armamentismo, o que levou a uma hipermilitarização da sociedade<sup>42</sup>. Interesses econômicos relativamente autônomos nos dois países, segundo Thompson, provocaram o que o autor chama de “exterminismo”, conceito utilizado para designar a dinâmica do sistema armamentista da Guerra Fria<sup>43</sup>. Paralelamente à essa corrida armamentícia de ambas as nações, para dar sustentação à Guerra Fria, foi imprescindível a construção de uma cultura do medo, do medo do “outro”, daquele que poderia ameaçar a paz e a segurança de cada país, sendo central o papel da propaganda na construção dessa “cultura”. Desse modo, ambas as culturas e identidades nacionais (soviética e norte-americana) entrelaçaram-se nas premissas ideológicas do conflito, criando, incentivando e legitimando o ódio ao outro. O inimigo da sociedade ocidental passou a ser o comunismo; do lado oposto, o capitalismo tornou-se o alvo comunista.

Contudo, no que tange à Guerra Fria e às suas implicações políticas e econômicas, não podemos deixar de considerar o imaginário social que a envolveu, mesmo que todo esse imaginário tenha sido criado e instituído, pois, como argumenta Sidnei Munhoz, “as estratégias adotadas pelas grandes potências durante a Guerra Fria influenciaram profundamente a vida dos cidadãos comuns nas mais diversas regiões do planeta, mesmo que, cotidianamente, eles não percebessem tal fato”<sup>44</sup>.

Importante destacar que o cenário político brasileiro estava inserido nessa ordem política internacional que se estabeleceu na Segunda Guerra Mundial e que dividiu o mundo em duas grandes áreas de influência – uma controlada pelos

---

<sup>42</sup> THOMPSON, Edward. *et al.* **Exterminismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>43</sup> Para um maior entendimento das idéias de Thompson sobre a Guerra Fria, *cf.* MÜLLER, R. G.. Realismo e Utopia: E. P. **Thompson e o Exterminismo**. Esboços (UFSC), Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 97-106, 2004.

<sup>44</sup> MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: Francisco Carlos Teixeira da Silva. (Org.). **O Século Sombrio. Ensaios Sobre As Guerras e Revoluções Do Século XX**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004, v. , pp. 261-281. p. 275.

Estados Unidos e a outra dominada pela União Soviética – dominadas por duas ideologias difundidas como radicalmente antagônicas, o capitalismo *versus* o comunismo. Assim sendo, não podemos desprezar nesses anos de Guerra Fria o temor da revolução social e o medo do comunismo entre uma parcela conservadora da população brasileira, uma vez que o Brasil era considerado país amigo dos EUA<sup>45</sup>. Esse espectro comunista alimentava o imaginário político tanto dos seus adeptos quanto daqueles que o temiam. Segundo Eric Hobsbawm:

Durante grande parte do Breve Século XX, o comunismo soviético proclamou-se um sistema alternativo e superior ao capitalismo, e destinado pela história a triunfar sobre ele. E durante grande parte deste período, até mesmo muitos daqueles que rejeitavam suas pretensões de superioridade estavam longe de estar convencidos de que ele não pudesse triunfar<sup>46</sup>.

No clima da Guerra Fria, o embate entre comunistas e anticomunistas ficou mais latente no Brasil a partir do governo de Jânio Quadros em 1960<sup>47</sup>, década emblemática para a história brasileira, em que se pode verificar uma síntese das grandes características do breve século XX: época de efervescência e mobilização cultural, mas, paradoxalmente, também um tempo de autoritarismo e desrespeito dos direitos humanos. Como se verá adiante, os anos de 1960 podem ser vistos como um período de transformação na sociedade, marcado pela entrada de Jânio Quadros no cenário político nacional. Eleito em outubro de 1960, Jânio representava a promessa de reformas pelas quais o povo ansiava, propunha o rompimento com o antiquado projeto de Vargas e prometia uma abertura a novos horizontes que conduziria o Brasil a uma nova fase de progresso.

Em fins dos anos 1950, o desenvolvimentismo dava sinais de fracasso com a diminuição do ritmo de crescimento e o crescimento da inflação. Como consequência, desgastaram-se as forças e os partidos que haviam até então comandado o país. Paulatinamente, criou-se na sociedade uma atmosfera geral a

---

<sup>45</sup> Por outro lado, é importante mencionar que as ideias de esquerda eram acolhidas por parte da sociedade, o que se revela nas eleições desde Getúlio Vargas a João Goulart, além dos governos estaduais e municipais.

<sup>46</sup> HOBBSAWM, Eric. **Op. Cit.**, p. 230.

<sup>47</sup> Todavia, não se pode menosprezar outros momentos de recrudescimento das práticas anticomunistas, como, por exemplo, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), em plena retomada democrática, em que o Partido Comunista foi cassado, as relações com a URSS foram rompidas e se estabeleceu uma caça aos comunistas. Para maiores informações, ver: GONÇALVES, Marcos. **Os arautos da dissolução: Mito, imaginário político e afetividade anticomunista, Brasil 1941-1964**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Defesa: Curitiba, 2004.

favor de mudanças: era preciso renovar a vida política do país. Jânio Quadros soube encenar esses anseios pelo novo e, valendo-se de uma vassoura como símbolo de sua campanha eleitoral, prometia varrer as dificuldades, os problemas e principalmente a corrupção. Com seis milhões de votos, Jânio assumiu o poder com força significativa, alimentando as expectativas de um novo começo.

Tratava-se de uma conjuntura de urbanização e industrialização aceleradas, aumentando significativamente o número de membros da classe operária industrial. A classe média também se expandiu, e as universidades contaram com financiamentos maiores, aumentando o número de cursos e de vagas. Toda essa transformação propiciou o fortalecimento da intelectualidade brasileira, especialmente no meio artístico, que começou a se politizar durante esse processo. Essa intelectualidade, nos mais distintos campos, defendia mudanças e almejava a revolução cultural, estética, social e política.

Para pensar o espírito revolucionário da época, Marcelo Ridenti empresta o conceito de “romantismo revolucionário” de Michael Löwy e Robert Sayre. No contexto da Guerra Fria, alguns intelectuais vinculados a movimentos de esquerda valorizaram a ação para mudar a história, para construir um novo homem<sup>48</sup>. O modelo desse novo homem era buscado no passado, na idealização de um autêntico homem do povo, com raízes rurais e, portanto, supostamente não contaminado pela modernidade urbana e capitalista. Buscava-se, em suma, “no passado [,] uma cultura popular autêntica para construir uma nova geração, ao mesmo tempo moderna e desalienada, no limite, socialista”<sup>49</sup>.

Ridenti destaca que a versão do “romantismo revolucionário” brasileiro recolocava o problema da identidade nacional e política do povo sem se dissociar dos traços do “romantismo revolucionário” em escala internacional: a liberação sexual, o desejo de renovação, a fusão entre vida privada e vida pública, a ânsia de viver o momento, a fruição da vida boêmia, a aposta na ação em detrimento da teoria e os padrões irregulares de trabalho e da relativa pobreza. Típicas da juventude de esquerda da época, essas são as características que, segundo o autor,

---

<sup>48</sup> RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (orgs). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p.135.

<sup>49</sup> **Ibidem**, p. 136.

marcaram os movimentos sociais nos anos 1960 em todo o mundo, fazendo lembrar a tradição romântica.

Porém, Ridenti assegura que foram as circunstâncias históricas que permitiram o florescimento de diversas versões do “romantismo revolucionário” a partir do fim da década de 1960. No plano internacional, foram vitoriosas ou estavam em curso diversas revoluções de libertação nacional, algumas marcadas pelo ideal socialista e pelo papel destacado dos trabalhadores do campo, tal como a revolução cubana de 1959, a revolução na Argélia em 1962, além da guerra anti-imperialista em curso no Vietnã e as lutas anticoloniais na África. O êxito militar dessas revoluções é essencial para que se compreendam as lutas políticas e o imaginário contestador nos anos 1960, pois havia exemplos vivos de povos subdesenvolvidos que se rebelaram contra grandes potências mundiais, “construindo pela ação as circunstâncias históricas das quais deveria brotar o homem novo”<sup>50</sup>.

Dentre essas revoluções, a vitória da revolução cubana, no que era chamado jocosamente de quintal dos Estados Unidos, era especial, vista como uma esperança para os revolucionários na América Latina, inclusive no Brasil. Na esteira do espírito revolucionário, surge, nos palcos brasileiros, a partir da década de 1950, a preocupação renitente com a questão da política brasileira. Difundiu-se entre os grupos de teatro a idéia de que “a arte é sempre engajada, por ação ou por omissão”<sup>51</sup>. Começava, a partir de então, a “ser escrito um importante capítulo da história da cultura nacional, numa época de busca da brasilidade e estreita vinculação entre arte e política, que marcou um florescimento cultural que se estenderia até o final de 1968, com a edição do AI-5”<sup>52</sup>. Nesse sentido, identificam-se três grupos teatrais extremamente atuantes no período, que mantiveram a preocupação com a elite política e a sociedade brasileira: o Teatro de Arena, o Centro Popular de Cultura e o Teatro Oficina.

O Teatro de Arena surge em 1953, fundando por José Renato Pécora. De início, a idéia do grupo foi unicamente abrir espaço para novos profissionais do teatro propondo o uso de uma disposição cênica diferente: atores no centro,

---

<sup>50</sup> RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p.33-34.

<sup>51</sup> VIEIRA, Haydê Costa e ENEDINO, Wagner Corsino. Teatro e Sociedade: uma abordagem de Liberdade, Liberdade Millôr Fernandes e Flavio Rangel. **Literatura e autoritarismo. Literatura Brasileira: História e Ideologia**. N. 15, janeiro-junho 2010.

<sup>52</sup> RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança... **Op. Cit.**, p. 138.

espectadores ao redor. Pouco tempo mais tarde, uniram-se ao grupo Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri e Oduvaldo Viana Filho, trazendo preocupações com a realidade política nacional e com o panorama social brasileiro. A partir de então, as peças representadas pela Arena se dedicaram ao papel de “alertar a sociedade para um posicionamento político frente às mazelas sociais”<sup>53</sup>.

O CPC, Centro Popular de Cultura, nasce no início dos anos 1960, quando a Arena procurou a União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, para propor atividades conjuntas. O objetivo era o de fazer uma arte popular em diversas áreas: teatro, cinema, literatura, música e artes plásticas. O sucesso do CPC se generalizou pelo Brasil com a criação da UNE Volante, uma comitiva em que dirigentes e integrantes da entidade percorreram os principais centros universitários do país no primeiro semestre de 1962 levando adiante suas propostas de intervenção estudantil na política não só universitária, mas nacional. Pode-se imaginar o grande impacto da UNE Volante numa época sem uma rede de televisão nacional e em que a comunicação entre os estados ainda era precária. Como frutos da UNE Volante, doze CPC's foram espalhados nos quatro cantos do país<sup>54</sup>.

O teatro Oficina, fundado em 1958, demonstrou uma preocupação latente não apenas com as questões levantadas pelo marxismo, mas também pelo confronto imperialista entre nações ricas e pobres, colocando em xeque a moral burguesa.

No campo da literatura, a Editora Civilização Brasileira reflete a trajetória político-intelectual de seu editor e diretor Ênio Silveira, membro do PCB. Ênio Silveira acreditava que a educação e o conhecimento eram armas preciosas no combate às injustiças sociais, fazendo com que, para ele, o livro fosse um instrumento privilegiado na luta política. Silveira defendia que o conhecimento deveria expandir-se para além dos muros da Academia, ganhando espaço no meio estudantil e proletário. Acreditava também que, através da leitura, o povo poderia

---

<sup>53</sup> ROSA, Hélia Viana e RAMOS, Alcides Freire. Calabar- O elogio da traição (Chico Buarque e Ruy Guerra): Dimensões estéticas e políticas no teatro brasileiro na década de 1970, Disponível em: <http://www.propp.ufu.br/revistaeletronica/humanas2003/calabar.pdf>. Acessado em 10 de fevereiro de 2010.

<sup>54</sup> RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança... **Op. Cit.**, p. 138.

tornar-se livre e cidadãos de fato. Assim, publicou livros de bolso que enfatizavam temáticas políticas e sociais<sup>55</sup> a preços acessíveis à população menos abastada.

Em síntese, a Civilização Brasileira firmou-se no mercado editorial como uma entidade voltada a autores brasileiros e a temáticas relacionadas às ciências sociais e à política, bem como à divulgação de obras de conteúdos marxistas<sup>56</sup>.

O início dos anos 1960 foi ainda o do Cinema Novo, composto por Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Cacá Diegues, Ruy Guerra, Eduardo Coutinho e outros cineastas que defendiam posições de esquerda. O cinema, afirma Ridenti, estava na linha de frente da reflexão sobre a realidade brasileira, em busca de um homem novo, um cinema novo e um mundo novo a partir da revolução.

O movimento estudantil, através de sua representação maior, a UNE, e das Uniões Estaduais de Estudantes (UEE's), teve uma atuação destacada nessa nova modalidade de agitação política e debate cultural. Além de defender a reforma universitária, o movimento estudantil buscou se aliar com os demais movimentos de orientação nacionalistas e reformistas, atuando através de caravanas que percorreram todo país, como já citado, exibindo peças teatrais e divulgando músicas que debatiam o subdesenvolvimento, as reformas de base, a revolução, o imperialismo, etc<sup>57</sup>.

Nesse contexto de agitação cultural e social, é importante destacar o Rio de Janeiro como a capital que vivenciou essas transformações com a maior intensidade. Isso não significa que outras capitais não tenham participado da efervescência que ocorria nesse período, mas sim que o Rio de Janeiro, talvez pelo fato de ter sido durante muitos anos a capital do país, congregava grande parte dos atores sociais que compunham as mobilizações sociais, culturais e políticas da época. Nesse sentido, cabe lembrar que Zonildo Castello Branco, mesmo não tendo

---

<sup>55</sup> VIEIRA, Luiz Renato. Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília** v.20, n. 2, p. 139-192, jul./dez. 1996. Disponível em: [www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=8272](http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=8272). Acessado em 05 de agosto de 2010.

<sup>56</sup> Vale lembrar que, assim como aconteceu com tantos outros intelectuais e artistas após o golpe civil-militar de 31 de março de 1964, Ênio Silveira e a Editora Civilização Brasileira passaram a ser alvos de medidas repressivas do governo ditatorial. **Idem**, p. 12.

<sup>57</sup> É prudente frisar que a efervescência cultural e política nos anos iniciais da década de 1960 teve como cenário, especialmente, os grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. De maneira geral, o cotidiano cultural e político das pequenas cidades não sofreu grandes alterações.

a naturalidade carioca, viveu a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro. Foi então na conjuntura da sociedade carioca que Zonildo atuou como delegado.

Convém notar ainda que, entre 1950 e o golpe de 1964, alguns setores da Igreja Católica no Brasil – ligados à direção da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a grupos de Ação Católica, especialmente através da Juventude Universitária Católica (JUC), da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Operária Católica (JOC) – passaram a assumir posições de apoio a lutas populares, com atividades direcionadas à alfabetização e com o incentivo à sindicalização rural. Destaque-se ainda o comprometimento com movimento estudantil e a preocupação com os problemas causados pela estrutura agrária brasileira, o que levou à defesa da reforma agrária<sup>58</sup>, fazendo com que as críticas ao comunismo ou a determinados aspectos do capitalismo (como o laicismo e a secularização) dessem lugar ao questionamento das injustiças sociais. Estava surgindo, nesse momento, um catolicismo voltado para a ação social e para a promoção humana, uma espécie de esquerda católica que, seguramente, não ocupava posições majoritárias dentro da instituição, que se mantinha atuante e fervorosa contra o comunismo, como se verá adiante. Aliás, é importante frisar que mesmo essa esquerda católica, de viés socialista, era contrária ao comunismo.

É também no início dos anos 1960 que as bandeiras esquerdistas começaram a empolgar novos contingentes sociais para além de intelectuais e ativistas sindicais, tradicionais fornecedores de quadros para grupos radicais. Militantes católicos leigos e uma grande quantidade de líderes estudantis fortaleceram o campo esquerdista, engrossando os movimentos favoráveis às transformações sociais.

Ridenti afirma que alguns partidos e movimentos de esquerda atuavam expressivamente no cenário político brasileiro no início dos anos 60. Predominava o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, embora ilegal, viveu seu apogeu nesse período, quando contou com inúmeras adesões, dado a sua luta política e sindical. Rio de Janeiro e Pernambuco destacavam-se especialmente como capitais de acolhida a políticos mais de esquerda.

---

<sup>58</sup> Para entender melhor o desenho do catolicismo brasileiro, caracterizado pela diversidade de atos e atores, conferir: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves e PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (orgs). **O Brasil Republicano 4... Op.cit.**, pp- 95-131.



Como forma alternativa à política do PCB, duas correntes surgiram com força nesse período, a AP (Ação Popular) e a POLOP (ou ORM-PO, Organização Revolucionária Marxista - Político Operária). Essa última nasceu em 1961, com significativa presença universitária. A POLOP contestava as ideias reformistas e pacifistas do PCB e propunha a luta armada pelo socialismo. A AP surgiu em 1962, também com expressiva participação do movimento estudantil, especialmente da JUC (Juventude Universitária Católica)<sup>59</sup>.

Além do PCB, dos nacionalistas de esquerda, da POLOP e da AP, é preciso destacar a presença das Ligas Camponesas na política anterior à 1964. Essas Ligas foram criadas na região Nordeste em meados da década de 1950, como uma associação de ajuda mútua em que os lavradores se auxiliavam nos momentos de necessidade, tornando-se, com o tempo, um espaço de luta contra a exploração latifundiária. Paulatinamente, as Ligas se ampliaram, ganharam força e passaram a lutar a favor da reforma agrária. Através de passeatas e mobilizações, a situação do trabalhador rural nordestino foi apresentada ao resto do país, transformando a luta dos trabalhadores rurais em tema nacional.

Em que pese a significativa influência de tendências esquerdistas, é preciso lembrar que havia, naquele momento e no cenário político brasileiro, uma quantidade considerável de partidos, cujos projetos eram bastante distintos. O PSD (Partido Social Democrata), ligado às oligarquias agrárias regionais, representava a ala de apoio conservadora; o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) era composto majoritariamente por trabalhadores urbanos; a UDN (União Democrática Nacional) congregava setores médios, como advogados e profissionais liberais, além de industriais e fazendeiros; o PSB (Partido Socialista Brasileiro), agrupando intelectuais e estudantes; e o PCB (Partido Comunista Brasileiro) que, como já mencionado, contava com grande prestígio popular no período. Além desses, existiam outros partidos menores, em sua maioria com conotação regional, de inexpressiva representatividade eleitoral<sup>60</sup>.

Para além disso, a população brasileira da década de 1960 era composta por liberais, por defensores da centro-esquerda, pela extrema direita, por analfabetos e

---

<sup>59</sup> RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p. 26.

<sup>60</sup> MENDONÇA, Sonia Regina e FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente – 1964- 1992**. São Paulo: Ática, 2006. p. 12.

por alienados que não estavam, necessariamente, envolvidos com a vida pública. Ou seja, o comportamento político do brasileiro nesse período não era homogêneo, mas sim complexo, plural e contrastante.

No triênio de 1961-1963, o sindicalismo brasileiro alcançou um de seus momentos de mais intensa atividade. Caio Navarro de Toledo<sup>61</sup> demonstra que, enquanto nos anos de 1958 a 1960, sob o governo de Juscelino Kubitschek, tinham ocorrido cerca de 177 greves, nos três primeiros anos de Goulart foram deflagradas mais de 430 paralisações. Nesse mesmo período, foram criadas diferentes organizações de coordenação dos sindicatos no cenário regional e nacional.

Em meio a essas transformações, Quadros, numa tentativa de pressionar o parlamento em prol das mudanças que pretendia fazer, decidiu renunciar em janeiro de 1961, gerando uma grave situação de instabilidade política. O vice-presidente João Goulart deveria assumir o governo, mas os ministros militares se opuseram à sua posse, pois viam nele uma ameaça ao país, dados os seus vínculos com políticos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Com a finalidade de apoiar a posse de Jango, a campanha da legalidade partiu do Rio Grande do Sul sob o comando do então governador Leonel Brizola, que, valendo-se da mídia, convocava a população a sair às ruas e a defender a legalidade.

Como os militares não recuavam, o Congresso fez uma proposta conciliatória: a adoção do parlamentarismo. O presidente tomaria posse, preservando a ordem constitucional, mas parte de seu poder seria deslocada para um primeiro-ministro, que chefiaria o governo. Assim, no dia 2 de setembro de 1961, o sistema parlamentarista foi aprovado pelo Congresso Nacional. No dia 7, Jango assumiu a presidência, e Tancredo Neves, do PSD de Minas Gerais, ministro do governo Vargas, tornou-se o primeiro-ministro.

Neves se demitiu do cargo em junho de 1962 para concorrer às eleições de outubro do mesmo ano, que iriam renovar o Congresso e eleger os governadores. Goulart articulou a retomada do regime presidencialista, e foi convocado um

---

<sup>61</sup> TOLEDO, Caio Navarro de Toledo. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. V. 24. N.47. São Paulo, 2004.

plebiscito sobre a manutenção do parlamentarismo ou o retorno ao presidencialismo para janeiro de 1963. O parlamentarismo foi amplamente rejeitado.

João Goulart assumiu o executivo fortalecido por um grande partido de massas em crescimento, o PTB. Seu governo foi marcado por agitações sociais de trabalhadores urbanos e rurais assalariados e posseiros, estudantes e graduados das forças armadas, configurando uma redefinição da sociedade, que passaria a incorporar uma ampla e inédita participação popular.

Goulart desejava colocar em ação o programa de reformas de base, constituído por medidas econômicas e sociais de caráter nacionalista que previam uma maior intervenção do Estado na economia. As medidas propostas por Goulart eram: a *reforma agrária*, envolvendo a redistribuição de terras com o objetivo de criar uma numerosa classe de pequenos proprietários no campo; a *reforma urbana*, para planejar e regular o crescimento das cidades; a *reforma bancária*, com o objetivo de criar um sistema voltado para o financiamento das propriedades nacionais; a *reforma tributária*, que deslocaria a ênfase da arrecadação para os impostos diretos, sobretudo o imposto de renda progressivo; a *reforma eleitoral*, concedendo o direito de voto para analfabetos, que, na época, constituíam a metade da população adulta do país; a *reforma do estatuto do capital estrangeiro*, para disciplinar e regular os investimentos estrangeiros no país e as remessas de lucros para o exterior; a *reforma universitária*, para que o ensino e a pesquisa se voltassem para o atendimento das necessidades sociais e nacionais<sup>62</sup>.

Instaurou-se um amplo debate na sociedade sobre o assunto. No entanto, em sentido contrário às medidas propostas por Goulart, mobilizaram-se resistências expressivas, fazendo com que a sociedade se dividisse. De um lado, amplos contingentes de trabalhadores urbanos e rurais e os setores estudantis, além de muitos graduados das forças armadas – o movimento pela reforma lhes conferia uma importância política considerável, e a sua concretização haveria de consolidar uma repartição de poder e de riqueza que certamente lhes traria grandes benefícios, materiais e simbólicos. Do outro lado, as elites tradicionais, os grupos empresariais, parte das classes médias e até mesmo setores populares: pequenos proprietários, profissionais liberais, oficiais das forças armadas, enfim, uma constelação de profissões e atividades beneficiadas pelo dinamismo da economia brasileira.

---

<sup>62</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 24.

A fim de levar adiante seu planejamento, Goulart se propôs a realizar grandes comícios em diversas capitais do país para, assim, atrair o apoio popular. Porém, apenas o primeiro deles foi realizado. Em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, reuniram-se mais de 350 mil pessoas na defesa das reformas, o que acabou causando um grande alarde na opinião pública e uma profunda repercussão nos meios militares.

A reação foi imediata. O outro pólo ideológico da época, formado pelos segmentos conservadores das classes média e alta das grandes cidades brasileiras, acabou se mobilizando contra o governo Jango devido ao temor causado tanto pela “ameaça à ordem” que poderia “levar o Brasil para o comunismo” quanto pelo caráter apelativo das reformas de base, bem como pelas greves e pela presença das camadas populares nas ruas<sup>63</sup>. Dessa forma, no dia 19 – dia de São José, padroeiro da família –, em São Paulo, aconteceu a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade<sup>64</sup>. Cerca de 500 mil pessoas foram às ruas protestar contra as reformas e o governo de Jango com milhares de faixas e cartazes, além de palavras de ordem que traduziam o pensamento da época: “o civismo matará o comunismo”; “verde amarelo sem foice e martelo”; “um, dois, três, Brizola no xadrez, e se tiver lugar põe também o João Goulart”; “Senhora Aparecida, ilumina os reacionários”<sup>65</sup>. Essa manifestação pública foi utilizada pelos militares como uma legitimação para o golpe de Estado que aconteceria dias depois. Deve-se assinalar ainda que outras marchas se seguiram em várias cidades<sup>66</sup>.

Interessante pensarmos no dia e na capital escolhida. Realizar a “marcha” no dia do padroeiro das famílias era uma forma de, simbolicamente, vincular o

---

<sup>63</sup> *Idem*, p. 49.

<sup>64</sup> PRESOT, Aline Alves. **As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe militar de 1964**; 1; 151; Português; FICO, Carlos (Docente); História Social / UFRJ – 2004. Ver também: CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, vol.24, n.47 São Paulo, 2004.

<sup>65</sup> É importante destacar que, antes da “marcha”, várias manifestações públicas antijanguistas já haviam sido realizadas.

<sup>66</sup> O Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar, que desenvolve pesquisas acadêmicas sobre a História do Brasil no período 1964-1985, vinculado Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, contando com o apoio do CNPq e da FAPERJ, oferece, em sua base eletrônica, um panorama das Marchas das Famílias que ocorreram em todo o Brasil, seja nas capitais ou no interior, entre março e junho de 1964. Conferir em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/cronologia.php?ano=1964>. Acessado em 10 de julho de 2010.

comunismo não somente ao fim da ordem social, mas também ao fim da família<sup>67</sup>. Além disso, São Paulo era uma capital altamente conservadora e tradicionalmente antivarguista que tinha, no governador Adhemar de Barros, uma figura que conspirava abertamente contra o governo federal<sup>68</sup>.

Segundo Marcos Napolitano, o ano de 1964 foi marcado por dois grandes eventos: o comício da Central do Brasil (13/03/64), patrocinado pelo governo João Goulart, e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ideologicamente oposta ao comício da Central do Brasil. Esses dois momentos expressam, segundo o autor, “o grau e o tipo de politização da sociedade, que se radicalizava desde, pelo menos, 1963”<sup>69</sup>. Para Napolitano, essas duas manifestações, mesmo que centradas em campos social e ideologicamente opostos, possuíam em comum o governo, que determinava a orientação de suas ações: enquanto uma desejava fortalecê-lo exigindo dele as reformas, a outra queria derrubá-lo e afastar os “comunistas” do poder<sup>70</sup>.

A direita, com receios de perder sua posição econômica e política caso as reformas se concretizassem, pressionou as Forças Armadas, que entraram mais uma vez em ação e que, com o discurso de salvar o Brasil da subversão, do comunismo, da corrupção e do populismo, instauraram o golpe civil-militar em 31 de março de 1964<sup>71</sup>.

Eliézer Rizzo de Oliveira<sup>72</sup> e Nilson Borges<sup>73</sup> chamam atenção para a tradição militarista e intervencionista a que remontam, de longo tempo, a história do Brasil e também da América Latina. As Forças Armadas, desde a Guerra do

---

<sup>67</sup> NAPOLITANO, Marcos. Nós, que amávamos tanto a democracia: protestos de rua na Grande São Paulo (1977/1984). **Op. cit.**, p. 50.

<sup>68</sup> Juntamente com os governadores Calos Lacerda (Guanabara) e Magalhães Pinto (Minas Gerais).

<sup>69</sup> NAPOLITANO, Marcos. Nós, que amávamos tanto a democracia: protestos de rua na Grande São Paulo (1977/1984). **Op. cit.**, p. 47.

<sup>70</sup> **Idem**, p. 51.

<sup>71</sup> Convém lembrar que o golpe militar brasileiro de 31 de março de 1964 inseriu-se num contexto de golpes ocorridos em toda a América Latina.

<sup>72</sup> OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas. Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976.p.13.

<sup>73</sup> BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. *In*: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (orgs). **O Brasil Republicano 4, op. cit.**, p. 15.

Paraguai (1864-1870), apresentavam um alto índice de atuação nos momentos de crise, intervindo abertamente nas questões políticas do país, como, por exemplo, com a proclamação da República em 1889, com o golpe que levaria Vargas à presidência, e em diversos outros momentos.

No entanto, se até antes de 1964 as Forças Armadas intervinham na política, restabeleciam a ordem e, retornando aos seus quartéis, novamente passavam a condução do Estado aos civis, com o golpe de 1964 essa tradição se alterou, pois, dessa vez, os militares assumiram o papel de condutores dos negócios do Estado<sup>74</sup>.

Com isso, o golpe militar de 1964 e a alegação da elite conservadora de que o Brasil estava se tornando um país comunista interromperam o processo de democratização política e social, com sua crescente mobilização popular pelas chamadas “reformas de base” – agrária, educacional, tributária e outras que permitissem a distribuição mais igualitária das riquezas e o acesso de todos aos direitos de cidadania.

O contexto cultural e ideológico da época levou Roberto Schwarz a afirmar que, no pré-64, o Brasil começava a ficar “irreconhecivelmente inteligente”<sup>75</sup>, e Eduardo Coutinho a dizer que só quem viveu o período sabe do “clima irrepitível que foi o dos anos 60-64”<sup>76</sup>. Por sua vez, Carlos Nelson Coutinho garante que “a esquerda era forte na cultura e em nada mais”<sup>77</sup>. De fato, se analisarmos os estudos que tratam dos partidos de esquerda do período, é flagrante a pouca expressividade do número de seus membros. O país estava se politizando, mas sem optar pela via marxista, ainda que todos os indivíduos envolvidos em partidos e greves fossem enquadrados como comunistas pelo discurso dos articuladores e apoiadores do golpe.

Seguramente o comunismo foi um dos pretextos usados pela direita e pelos militares para o golpe de 64 e para os anos autoritários subsequentes. Delinear a

---

<sup>74</sup> Para maiores informações, ver: STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

<sup>75</sup> Citado por Caio Navarro de Toledo in: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (orgs). **O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 71.

<sup>76</sup> COUTINHO em entrevista a Ridenti. In: RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro... Op. Cit.**, p.37.

<sup>77</sup> Deve-se ressaltar que esses depoentes estiveram envolvidos afetivamente com aquela conjuntura política.

maneira pela qual esse discurso se desenvolveu e assumiu contornos eficientes para a adesão de muitos indivíduos à ditadura é o objetivo da próxima seção.

## **1.2. Tempo de recrudescimento anticomunista**

Conforme Motta, anticomunismo é, por definição, o sentimento nutrido por indivíduos e grupos que lutam contra o comunismo. É, portanto, uma recusa militante ao projeto comunista. Todavia, o autor alerta para a heterogeneidade do anticomunismo: o ponto de convergência entre os diversos grupos anticomunistas é a postura negativa em relação a um adversário comum, mas existem diferenças tanto nas formas de conceber a organização social quanto na elaboração das estratégias de combate ao comunismo<sup>78</sup>.

Como já comentado na seção anterior, o comunismo foi um fantasma que rondou a sociedade capitalista no século XX, provocando um medo sem precedentes aos setores mais conservadores da sociedade. Durante os cerca de setenta anos compreendidos entre a Revolução de outubro de 1917 e a crise do socialismo real da década de 1980 para 1990, o comunismo se tornou muito mais que um espectro. A ascensão dos bolcheviques ao comando da Rússia causou um forte impacto: o que antes era somente um sonho tornou-se uma realidade. O entusiasmo e a esperança dos revolucionários, somados à crise da sociedade liberal no contexto pós-Primeira Guerra, provocaram um considerável crescimento da influência dos ideais comunistas.

O que para alguns era a concretização de um sonho, para outros era um pesadelo tomando formas reais. Conforme Motta, o comunismo despertou paixões intensas e opostas: de um lado, seus defensores o encaravam como uma revolução libertadora, que abriria acesso ao progresso econômico e social; de outro, os detratores o entendiam como uma desgraça total, acreditando que o comunismo traria a destruição da boa sociedade e faria emergir o caos social e o terror político. Assim, pode-se dizer que o sentimento anticomunista foi gerado pelo medo e pela insegurança, transformando-se em um movimento organizado a partir da

---

<sup>78</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 20.

necessidade, percebida por algumas lideranças conservadoras, de refrear a escalada revolucionária<sup>79</sup>.

No Brasil, especialistas afirmam que o anticomunismo teve um papel marcante na história política. No período imediatamente posterior à Revolução de 1917 e no decorrer da década de 1920, as manifestações contra o comunismo já começaram a aparecer na imprensa, e o assunto entrou para o rol de preocupações dos grupos privilegiados. Aliás, como demonstra o estudo de Martha Huggins<sup>80</sup>, as relações de assistência e cooperação não somente política, mas também policial entre os Estados Unidos e o Brasil datam de longo tempo. Desde os anos de 1920, o governo brasileiro recebeu auxílio policial dos EUA para se proteger da Revolução de 1917 e da atuação da Internacional Comunista.

Com a adesão de Luiz Carlos Prestes ao Partido Comunista Brasileiro nos anos 1930, o partido cresceu consideravelmente. Assim, na mesma medida em que se dava o processo de expansão da influência do Partido Comunista, o anticomunismo começava a ganhar maior substância.

A Intentona Comunista em novembro de 1935 foi a maior responsável pela disseminação e pela consolidação do anticomunismo no Brasil. O seu impacto sobre a opinião conservadora, ressalta Motta, foi enorme, pois, afinal, não era uma mera rebelião comum: tratava-se de uma tentativa armada dos comunistas tomarem o poder, que, se bem sucedida, poderia provocar grandes transformações na organização social brasileira.

Criam-se, assim, bases para o estabelecimento de um sólido discurso anticomunista na sociedade brasileira, que foi reproduzido ao longo das décadas seguintes através da ação do Estado, de organismos sociais e mesmo de alguns indivíduos, e que tem, no golpe de 1964, uma de suas consequências mais marcantes.

Motta assinala três momentos em que o anticomunismo se intensificou na história do Brasil: o período entre 1935 e 1937, o início da Guerra Fria, entre 1946 e 1950, e, por fim, a crise de 1964, que desencadeou o golpe civil-militar. Nesses três períodos, as atividades anticomunistas foram intensificadas, e, em 1937 e em 1964,

---

<sup>79</sup> **Idem.**

<sup>80</sup> HUGGINS, Martha. **Polícia e política: relações Estados Unidos/ América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 10.



a “ameaça comunista” foi um argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes e para convencer a sociedade da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda.

Interessa-nos aqui uma análise mais detalhada do surto anticomunista no período que antecede o golpe de 64, pois, nesse contexto, o anticomunismo adquiriu uma importância determinante, sendo a faísca principal que detonou o golpe militar de 31 de março. Como já visto na seção anterior, tanto no plano internacional quanto no plano nacional, a década de 1950 e o início da década de 1960 representaram a emergência das esquerdas e do desejo de transformação social. Por outro lado, o “mau exemplo” cubano preocupou não apenas os norte-americanos, mas também os conservadores brasileiros. Além disso, a reestruturação do PCB, o surgimento de novas organizações esquerdistas, as Ligas Camponesas, a politização das artes e o direcionamento do governo de Jango, entre outros aspectos, excitaram o sentimento anticomunista.

Assim, atemorizados pela impressão de que os inimigos estavam se fortalecendo, os grupos comprometidos com o anticomunismo começaram se organizar. Segundo Motta, entre 1961 e 1964, surgiram uma série de novas entidades anticomunistas, compondo um número difícil de se precisar<sup>81</sup>. Muitas delas eram efêmeras, mas outras eram estruturadas o bastante para sobreviver ao tempo e continuar funcionando mesmo com a derrota dos comunistas. Seja como for, as organizações anticomunistas em atividade no período contribuíram na formação do ambiente de radicalização e polarização ideológica, preparando o terreno para a reação conservadora de 1964 e servindo para a sustentação e a manutenção do discurso dos militares durante os seus vinte e um anos de governo.

Uma característica interessante que Motta aponta nessas organizações são as suas propagandas, já que quase todas elas se dedicavam à divulgação do anticomunismo. Grosso modo, o trabalho consistia em editar e distribuir cartazes, panfletos, livros, revistas e jornais que propagavam as mazelas do comunismo e a necessidade de combatê-lo.

Com respeito às mobilizações em favor da ordem, que levaram muitos indivíduos a apoiar a Ditadura, destacam-se algumas organizações existentes entre 1961 e 1964: a Cruzada Brasileira Anticomunista, a Sociedade Brasileira de Defesa

---

<sup>81</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Op. cit.**, p. 237.

da Tradição, a Família Propriedade, a Liga de Defesa Nacional (LDN), o Movimento por um Mundo Cristão (MMC), a Liga Feminina Anticomunista, a União Feminina Anticomunista, o Centro Cívico do Brasil, o Movimento Democrático Brasileiro, os Voluntários da Pátria para a defesa do Brasil Cristão, a Liga Cristã contra o Comunismo, a Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres (REDETRAL), o Grupo de Ação Patriótica (GAP) e etc.<sup>82</sup>

Como pode-se observar pelos nomes das organizações, algumas delas tinham vínculos profundos com os valores cristãos, outras pretendiam conquistar os trabalhadores e outras tinham apenas a pretensão de divulgar a propaganda anticomunista, destacando-se assim a heterogeneidade que caracterizava as organizações e as mobilizações anticomunistas, conforme já havíamos indicado. Essa mobilização em repúdio aos comunistas, como não poderia deixar de ser, envolveu também os meios parlamentares, gerando, por exemplo, a Ação Democrática Parlamentar (ADP), criada para agregar políticos contra os "bolcheviques".

Até uma entidade anticomunista internacional, a Rearmamento Moral (RM), sediada nos Estados Unidos, veio intensificar no Brasil a luta contra o comunismo, realizando encontros nas principais cidades brasileiras e passando sua mensagem anticomunista através de filmes e peças teatrais.

O interesse em combater o "perigo vermelho" surge como preocupação na Igreja Católica ainda em meados do XIX. No Brasil, porém, segundo Carla Rodeghero, a Igreja começa a se incomodar com o comunismo somente entre os anos de 1917 e 1930<sup>83</sup>, tendo como alvos iniciais os movimentos operários de alinhamento anarquista e socialistas, e, posteriormente, os comunistas<sup>84</sup>.

---

<sup>82</sup> **Idem**, p. 239.

<sup>83</sup> RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**. vol.22 n.44, São Paulo, 2002.

<sup>84</sup> Sabe-se que a Igreja Católica não é e nunca foi um bloco homogêneo – o catolicismo guarda uma unidade plural. Desse modo, seria quase impossível balizar a extensa série de fontes católicas produzidas no Brasil sobre o comunismo. Assim, à guisa de exemplo, destacamos aqui o sentimento anticomunista dos grupos integristas na década de 1930, especialmente através da popular revista católica Ave Maria. Segundo Marcos Gonçalves, a revista AM vinculou, durante toda a década de 1930, textos com condenações totais e irrestritas ao comunismo. O que estava em questão era a disputa entre "Roma ou Moscou": a ideologia comunista e o idealismo cristão eram duas visões de mundo antagônicas, e apenas uma delas deveria triunfar. As matérias da AM tratavam da infiltração comunista, suas origens, grupos financiadores, aspirações e dos "decretos vermelhos". Gonçalves

A aversão que a Igreja tinha ao comunismo se devia ao seu questionamento dos fundamentos básicos da instituição religiosa. Afinal, como lembra Motta, o comunismo não se restringia a um programa social e revolucionário. Sua pretensão ia muito além, constituindo-se como uma filosofia, um sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo. A filosofia comunista negava a existência de Deus e pregava o materialismo ateu, propondo a “luta de classes em oposição ao amor e à caridade; pretendia substituir a moral crista e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus”. Portanto, a Igreja, para os comunistas, não tinha nenhum sentido para continuar existindo.

Para Rodeghero, nesse quadro de intenso pavor comunista, o anticomunismo católico no Brasil se organizou a partir da infraestrutura já existente na Igreja, para além de se favorecer das boas relações que a hierarquia católica mantinha com os governantes e com os grupos de poder. A batalha travada contra os “diabos vermelhos”<sup>85</sup> se deu através de pronunciamentos de autoridades católicas em jornais, alocações radiofônicas, solenidades de inauguração, missas especiais, páginas de jornais católicos e programas de rádio. Também foi difundida nas escolas, nos grupos da Ação Católica e nos seminários onde se formavam os novos padres.

Reconhecendo a palavra como uma ferramenta de grande relevância, a Igreja fez circular livros, revistas, cartazes, panfletos e santinhos impressos nas gráficas e editoras católicas. A batalha transformou-se também em tema para os sermões dominicais nas pequenas e grandes paróquias espalhadas pelo país, o que, conforme Rodhegero, permanece na memória de muitos católicos até hoje<sup>86</sup>. Além disso, a Igreja ainda incentivou multidões a irem às ruas para rezar o terço pedindo proteção a Deus contra a ameaça do comunismo, caracterizando o combate ao

---

salienta que a Igreja, que era representada pela AM, sentia-se como a única instituição capaz de verdadeiramente combater os “ideais bolcheviques”. Para saber mais, ver: GONÇALVES, Marcos. **As tentações integristas**. Um estudo sobre as relações entre catolicismo e política no Brasil (1908-1937). Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Defesa: Curitiba, 2009.

<sup>85</sup> Termo adotado por RODEGHERO, uma vez em que a Igreja associava o comunismo ao demônio. Cf. RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: Ediupf, 1998.

<sup>86</sup> RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo... **Op.cit.**

comunismo como um dos ingredientes do discurso e da prática da Igreja Católica no Brasil durante o século XX.

A participação feminina também é um aspecto decisivo para compreender o surto anticomunista no início dos anos 1960. Nesse período, várias entidades de combate ao comunismo foram criadas por mulheres, constituindo um fato inovador na política brasileira, que, até então, contava com pouca participação feminina. Em defesa da família, da propriedade e da religião, as mulheres lutavam contra o comunismo, que, em sua visão, queria acabar com tudo que lhes pertencia.

Mas certamente as entidades mais influentes e importantes do período, que desempenharam o papel de induzir a estruturação de novos grupos anticomunistas, foram o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). O IBAD surgiu primeiro, em 1959, tornando-se reconhecido através da revista “Ação Democrática”, um periódico mensal através do qual a organização lutava ferrenhamente contra o comunismo. As matérias da revista atacavam o comunismo nacional e internacional com a intenção de chamar a atenção das classes dominantes brasileiras para o “perigo vermelho” e convencê-los a enfrentar e combater esses inimigos. Especula-se que a IBAD contava com apoio estrangeiro, pois sua revista era composta em material caro, tinha tiragens muito altas, em torno de 200.000 exemplares, e era distribuída gratuitamente.

O IPES surgiu em 1961 e era constituído por militares, políticos e empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo que temiam o crescimento da esquerda e a ascensão de Goulart. O objetivo do grupo era propagar os ideais liberais e democráticos e travar luta contra o comunismo. Para tanto, financiavam publicações e filmes, distribuíam encartes por intermédio da grande imprensa e organizavam palestras<sup>87</sup>.

O IBAD e o IPES atuavam em conjunto e colaboraram para estimular a proliferação de organizações anticomunistas entre 1961 e 1964. Além do suporte ideológico e político, apoiavam financeiramente os grupos menores, fomentando o surgimento de grupos anticomunistas em diversos setores sociais, especialmente entre as mulheres e os estudantes. René Dreifuss atribuiu ao IBAD/IPES a denominação de “estado maior”, levando em consideração a influência e a importância que essas entidades tiveram na campanha antigoulart. O autor ainda

---

<sup>87</sup> DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981. pp. 242-243.

alega que tais entidades tinham o papel equivalente ao desenhado pela Escola Superior de Guerra nos meios castrenses<sup>88</sup>.

É preciso ter em mente que houve grupos e indivíduos que acreditavam piamente na existência de um risco real. Desse modo, mobilizaram-se e combateram por temer que os comunistas chegassem ao poder. Por outro lado, também não podemos negar que houve uma manipulação oportunista, por parte do Estado, da imprensa, de grupos e líderes políticos, dos órgãos de repressão e até mesmo da Igreja, que instrumentalizou o medo do comunismo.

Ademais, matérias sobre o “perigo bolchevique” eram garantia de venda nesse período, fazendo com que diversas editoras se dedicassem a publicar literatura anticomunista, especialmente traduções de autores estrangeiros. Dezenas de livros vieram à luz neste contexto, a maioria abordando as mazelas dos países comunistas e/ou trazendo ensinamentos sobre os métodos para combater o comunismo, e muitas deles tornaram-se “best-sellers”. Motta refere-se a esse mercado com a expressão “indústria do anticomunismo”<sup>89</sup>, referindo-se à exploração vantajosa do “perigo vermelho” por parte de organizações, jornais e editoras.

### 1.2.1. A Doutrina de Segurança Nacional

Além das organizações civis, a Escola Superior de Guerra (ESG) participou com afinco na luta contra o comunismo<sup>90</sup>. Para Maria José de Rezende, a ESG foi um verdadeiro “laboratório de idéias” no desenvolvimento de estratégias anticomunistas<sup>91</sup>. Nos anos anteriores e posteriores ao golpe, a Escola Superior de Guerra publicou diversas obras anticomunistas, influenciando, sobremaneira, militares e policiais civis.

---

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 164.

<sup>89</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 161.

<sup>90</sup> A ESG foi criada logo após o término da Segunda Guerra Mundial com o apoio norte-americano. Foi concebida como um centro de estudos dos problemas nacionais, internacionais e, especificamente, militares. Os cursos eram oferecidos a militares das três Armas e também a civis.

<sup>91</sup> REZENDE, Maria José de. *A Ditadura Militar no Brasil... op.cit.*,

A Doutrina de Segurança Nacional – idealizada e desenvolvida pela Escola Superior de Guerra, ligada ao IBAD e ao IPES –, serviu como base ideológica do Regime Militar implantado em 1964, e contribuiu para a formação do aparato de informações e de coerção da nova configuração do Estado<sup>92</sup>.

Martha Huggins destaca que a Doutrina de Segurança Nacional adotada no Brasil estava completamente atrelada aos preceitos estadunidenses referente à guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais<sup>93</sup>. A autora lembra ainda que desde os anos de 1920 o governo brasileiro já começou a receber auxílio policial dos EUA para combater os efeitos positivos da Revolução de 1917 e atuação da Internacional Comunista.

Depois da Segunda Guerra Mundial e principalmente com a Guerra Fria, as intervenções norte-americanas na política e na polícia brasileira se intensificaram. Assim, pode-se evidenciar que desde dos anos de 1920 e especialmente com a ideologia da Guerra Fria, a motivação para a cooperação policial entre Brasil e EUA objetivou destruir o inimigo comum, qual fosse, o comunismo<sup>94</sup>. Tanto é que desde 1957, com a criação da International Coporation Administration (ICA) militares em convênio com universidades norte-americanas recebiam orientação e treinamento sobre o serviço de segurança interno.

No entanto, como salienta Huggins, o que estava em jogo para os Estados Unidos, era assegurar condições propícias para sua presença política e econômica. Em 1969, momento em que a repressão se intensifica, o número de policiais brasileiros levados aos EUA para treinamento foi o maior de todos os tempos<sup>95</sup>. Portanto, os EUA ofereceram treinamento, tecnologia, apoio político e econômico, além de fornecer os pilares ideológicos para a Doutrina de Segurança aos governos autoritários envolvidos com tortura, desaparecimentos e assassinatos.

Ettore Boicco foi um dos primeiros pesquisadores no Brasil a avaliar a Doutrina de Segurança Nacional, ainda em 1975. Conforme o autor, a Doutrina de Segurança não se limitou apenas ao Brasil, mas, países como o Uruguai, o Chile, a

---

<sup>92</sup> **Ibidem**, p. 31.

<sup>93</sup> HUGGINS, Martha. *Polícia Política*, **op.cit.**

<sup>94</sup> **Ibidem**, p. 11.

<sup>95</sup> **Idem**, p. 15.

Bolívia, o Vietnã do Sul, a Grécia e a Indonésia também promoveram a Doutrina de Segurança, num mesmo tempo e sob a influência e auxílio norte-americano<sup>96</sup>.

Para criar o SNI, logo após a tomada de poder, Golbery do Couto e Silva contou com sugestões de consultores norte-americanos, e pautou-se pela Doutrina de Segurança Nacional, teorizada e desenvolvida pela Escola Superior de Guerra, seguindo os mandamentos estadunidenses.

Tal “Doutrina” supunha que o Brasil integrava-se ao contexto internacional da Guerra Fria considerando (a) sua volumosa população e extensão territorial; (b) seu posicionamento geopolítico, que lhe conferia importância estratégica no âmbito das relações políticas internacionais e (c) sua vulnerabilidade ao comunismo, à luz de supostas fragilidades internas (população “despreparada” e políticos “corruptos”)<sup>97</sup>. Desse diagnóstico, decorria que (a) o Brasil tinha possibilidades de se tornar uma das grandes potências mundiais e (b) era necessário se precaver contra a “ameaça comunista”.

Em conseqüência, os teóricos da Escola Superior de Guerra, tendo Golbery do Couto e Silva seu principal oponente, elaborou estratégias para possíveis (a) guerra entre os países capitalistas e comunistas; (b) mecanismos internos de combate ao comunismo e (c) um desenvolvimento econômico que encaminhasse o Brasil para seu único destino, qual seja, ser uma potência mundial. Assim, essa Doutrina buscava enquadrar a sociedade nas exigências de uma guerra interna, física, psicológica e de característica anti-subversiva contra o chamado inimigo comum<sup>98</sup>.

Entretanto, como destaca Carlos Fico durante os vinte e um anos do Regime Militar, o conjunto ideológico e sistemático da “Doutrina” sofreu variações, com certos aspectos se sobrepondo a outros, pois, “a Doutrina ou Ideologia de Segurança Nacional e desenvolvimento teve de se adaptar, ao longo do tempo, aos ditames dos mandantes do momento”<sup>99</sup>.

---

<sup>96</sup> BIOCOCO, Ettore. **Estratégia do Terror e face oculta repressiva no Brasil**. Lisboa: Iniciativas editoriais, 1975. pp. 47-54.

<sup>97</sup> OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas. Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976. pp. 27-43.

<sup>98</sup> ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985. pp. 72-73.

<sup>99</sup> FICO, Carlos. Como eles agiam.... **Op. cit.**, p. 41.

Portanto, a Doutrina de Segurança Nacional, juntamente com as publicações do SNI, contribuíram também no processo de recepção, repetição, transformação e circulação das imagens do comunismo entre os membros dos órgãos de repressão.

Até o presente momento, levamos em conta o que os estudiosos do meio acadêmico discorreram sobre o período em foco. Cabe, segundo nosso objetivo, analisar também o que os atores sociais que apoiaram, ou, mais do que isso, cooperaram entusiasticamente o regime ditatorial escreveram em favor das medidas repressivas. Para tanto, como já dito anteriormente, analisaremos, no capítulo seguinte, o *Dicionário* do delegado de polícia Zonildo Castello Branco, destacando sua trajetória pessoal e profissional, bem como o contexto histórico em que o documento foi produzido.



## Capítulo Segundo

### UMA LITERATURA PARA UMA IDEOLOGIA

Antes de tratarmos da bibliografia, apresentaremos algumas informações sobre a trajetória pessoal e profissional de Zonildo Castello Branco – quem foi, o que estudou e em que conjuntura escreveu –, e sobre as referências que o influenciaram na criação do dicionário, destacando quais autores, editoras e instituições o auxiliaram na composição dos verbetes.

#### **2.1. Notas sobre o *Dicionário* e seu autor**

Podemos observar, no século XX, o surgimento de uma grande quantidade de dicionários temáticos, como, por exemplo, dicionário da Saúde, de História, do Amor, de Literatura, do Cinema, de Direito, da Internet, Feminino, Masculino, do Futebol, da Direita, da Esquerda, de Guerras; enfim, uma gama ilimitada de temas. O documento selecionado como fonte primária deste trabalho poderia ser qualificado como “dicionário da repressão”, afinal, seu autor, o delegado de polícia Zonildo Castello Branco, definiu palavras e expressões estritamente relacionadas ao universo da Polícia Política durante a Ditadura Militar.

O título do dicionário, *Segurança Nacional e Subversão: (Dicionário teórico e prático)*, indica o seu principal assunto: a segurança nacional, que estava intimamente ligada à *subversão*. Todavia, as palavras e expressões selecionadas dizem respeito a temas além do proposto pelo título, na medida em que encontramos verbetes sobre política, economia, moral e cívica, filosofia e religião. É possível, então, averiguarmos, através desses verbetes, o sistema de ideias do delegado, suas crenças, seus valores, sentimentos e ressentimentos. Deve-se frisar que o *Dicionário* não possui ISBN, ou seja, não foi registrado. Foi distribuído na forma de fotocópias, possivelmente de mão em mão, ou disponibilizado nas bibliotecas da Secretaria de Segurança e das delegacias.

Composto em 362 páginas com um total de 1813 verbetes, sua redação e sua qualidade gráfica são precárias. Recebeu, ainda, a alcunha de “Reservado”, o que, nas definições do próprio Zonildo, significava:

RESERVADO- Documento, informação ou material não classificado como Ultra-Secreto, Secreto ou Confidencial, que não devem ser publicados ou comunicados a qualquer um, exceto para fins oficiais. O grau de sigilo ou classificação Reservada será atribuído aos assuntos que não devem ser do conhecimento do público em geral<sup>100</sup>.

Travava-se, portanto, de um documento especialmente dirigido à Polícia Política, cujo conteúdo não era recomendado para a sociedade civil. Não há como saber ao certo, mas estima-se que mais de 50 pessoas faziam parte da equipe do DOPS do Rio de Janeiro<sup>101</sup>, órgão no qual Zonildo ocupava uma posição de destaque. Levando em consideração que, provavelmente, o *Dicionário* tenha sido distribuído em outras delegacias pelo país, pode-se calcular que um número considerável de policiais teve acesso a esse material.

Embora o documento tenha sido intitulado pelo próprio autor como “dicionário”, vai, pode-se dizer, muito além dos limites de um glossário, pois o autor utilizou expressões como “o que é?”, “qual a?” e “como?”, preocupando-se não somente com a definição de uma determinada palavra, mas também com perguntas e respostas cujo conteúdo revela-nos os conceitos e os valores defendidos pelo autor, demonstrando assim um interesse não apenas com a propaganda antissubversiva, mas delineando, de certa forma, uma orientação para a ação. No limite, podemos entender esse *Dicionário* como uma cartilha através da qual o autor ensinava os agentes repressivos a identificar e combater os opositores do governo.

Obviamente, o documento não é pautado pelo refinamento acadêmico exigido para um dicionário, no entanto, não deixou de ser um trabalho intelectual, à medida que exigiu reflexão, raciocínio, domínio de conhecimentos e metodologias específicas. Na nota introdutória ao *Dicionário*, o delegado apresenta suas pretensões:

#### NOTA DO AUTOR

Visa este nosso trabalho, suprir lacuna existente nesta secretaria de Segurança, ou seja, a ausência de uma publicação para pronta consulta, cuidando de SEGURANÇA NACIONAL, INFORMAÇÕES, OPERAÇÕES e SUBVERSÃO, matérias afetas a POLÍCIA POLÍTICA.

A idéia de produzir uma obra que facilitasse o trabalho dos policiais em exercício na POLÍCIA POLÍTICA - Autoridades e agentes, foi amadurecendo e, após, alguns anos, é aqui apresentada. Realizamos pesquisas, tanto em obras abertas ao público, como outras, de caráter reservado.

Como resultado de trabalho humano, omissões serão encontradas. Assim encarecemos aos que nos honrarem com a sua atenção, na medida em que

<sup>100</sup> CASTELLO BRANCO, Zonildo. **Segurança Nacional e Subversão: Dicionário teórico e prático. Op. Cit.**, p. 303.

<sup>101</sup> FICO, Carlos. Como eles agiam. **Op. cit.**, p. 127.

constatarem as falhas, ou lapso, cuidarem de proceder as anotações necessárias, possibilitando, em futuro, a devida correção.

Com a mudança de táticas, de métodos e da realização de ações, bem como o surgimento de novas organizações subversivas, frações, termos, gírias – o que sempre ocorre, para dificultar os trabalhos dos órgãos de Segurança e Informações -, recomenda-se, por necessário, que cada policial, procure acompanhar tais inovações, atualizando-se constantemente.

Impraticável mencionar-se, mesmo sucintamente, nesta apresentação, o material que se contém nesta obra.

Contudo, a guisa de simples menção, encontrarão os leitores, dentre muitos outros, verbetes relacionados com: SEGURANÇA NACIONAL, Informações, Operações, PARTIDOS E ORGANIZAÇÕES, TÉCNICAS E TÁTICAS COMUNISTAS, MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL, CONCEITOS MARXISTAS-LENINISTAS, DOCTRINA DA ESG, GÍRIAS DA SUBVERSÃO, NOÇÕES DE SEGURANÇA FISICA DE DIGNITÁRIOS, LEGISLAÇÃO RELACIONADA COM A SEGURANÇA NACIONAL, CRIMES CONTRA A SEGURANÇA NACIONAL etc, etc.

Trata-se de uma obra leve, e produto de simples compilação. Não visa, senão, socorrer, dentro do possível, aos que necessitam de ajuda para o bom desempenho de suas missões.

Aos que desejarem um aprofundamento de conhecimentos, apresentamos, ao final, após os verbetes suplementares, uma Bibliografia, à qual nos socorremos.

Esperamos haver contribuído, embora modestamente, para o aperfeiçoamento dos policia mandados servir na POLÍCIA POLÍTICA, principalmente aos que se iniciam neste campo especializado.

ZONILDO CASTELLO BRANCO  
DELEGADO DE POLÍCIA  
MARÇO 1977<sup>102 103</sup>

Como de costume em toda introdução, o autor sublinhou a relevância do texto na medida em que, segundo ele, havia uma inexistência de material que tratasse dessa temática. Dessa maneira, observa-se que o documento se insere dentro da lógica da repressão preventiva abordada por Marion Brepohl de Magalhães em *A lógica da suspeição*, que consistia na vigilância e no controle cotidiano sobre a sociedade<sup>104</sup>, de modo que os policiais deveriam estar sempre atentos e informados para agir de maneira eficaz na repressão contra os “inimigos da Nação”. Assim, o *Dicionário*, tal como anunciado na sua introdução, tinha como um dos seus objetivos orientar a ação dos membros da polícia política, tanto dos estratos inferiores (agentes) quanto da cúpula (autoridades), no combate à subversão. O autor ainda deixou claro que pretendia lançar outra edição mais elaborada e aprofundada dos

<sup>102</sup> CASTELLO BRANCO, Zonildo. **Segurança Nacional e Subversão: Dicionário teórico e prático. Op. Cit.**, (Nota do autor).

<sup>103</sup> Cabe destacar que o texto foi copiado do original, preservando sua ortografia, pontuação, letras maiúsculas e minúsculas.

<sup>104</sup> MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *A lógica da suspeição*. **Op.cit**,

verbetes, pedindo a cooperação de seus leitores para ajudá-lo na redação, a fim de aprimorar o texto para uma possível reedição.

Nota-se ainda em seu discurso uma preocupação com a atualização do policial, evidenciando-se, com isso, o discurso do SNI, que recomendava incessantemente a necessidade do policial conhecer o inimigo para combatê-lo com precisão e eficácia. Para o SNI, o bom policial, mais que investigar, perseguir e prender, deveria penetrar na alma do inimigo, familiarizar-se com suas ideias e doutrinas de modo a facilitar o trabalho de identificação e combate<sup>105</sup>. Nessa perspectiva, não há dúvida que o delegado Castello Branco configurava-se, nos moldes recomendados pelo SNI, como um policial exímio e exemplar.

Castello Branco utilizou o termo “missão” e não “trabalho” para se referir às tarefas pertinentes aos policiais da repressão. Seguramente, essa escolha não foi aleatória. A expressão “missão” nos remete à religião, sendo muito comum as igrejas definirem suas missões (propósitos/razão de ser) e fazer delas um elo para a identificação entre seus membros. Diferentemente do “trabalho”, a “missão” não visa ao lucro, possui um sentido mais nobre e digno. Por isso, podemos pensar que, ao optar por “missão” e não por “trabalho”, o delegado poderia acreditar que um policial da polícia política não se caracterizava como um profissional qualquer, mas como um “servidor da nação”, cujo objetivo era salvar a pátria daqueles que a tivessem colocando em perigo. Portanto, pode-se alegar que, segundo a visão de Castello Branco, seu ofício lhe conferia um status superior perante as demais profissões, já que não realizava “tarefas”, mas sim “missões”, tal como um padre ao catequizar uma alma.

Temos também a informação de que o *Dicionário* levou anos para ser elaborado. No entanto, o delegado deixou claro que não se tratava de um texto com verbetes originais, mas de uma compilação que reuniu diversas obras e autores. Mesmo não sendo, portanto, completamente original, o autor imprimiu suas marcas subjetivas e ideológicas no documento. Assim sendo, para que compreendamos a lógica do texto escrito pelo delegado, é preciso conhecê-lo.

Zonildo Castello Branco nasceu em Recife, Pernambuco, no dia 27 de fevereiro de 1924, filho de Francisco Borges Castello Branco e de Maria Eugenia

---

<sup>105</sup> ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)... **Op. cit.**, p. 49.

Figueira Castello Branco. Graduou-se em Direito e ingressou na carreira da polícia civil no final da década de 1940, dedicando-se à polícia política, cujo objetivo era atuar de forma repressiva e preventiva visando à manutenção da ordem pública e da disciplina social. Ao que tudo indica, Castello Branco construiu toda sua carreira profissional na Polícia Política. Na década de 1970, era delegado do DOPS e, atualmente, é delegado aposentado<sup>106</sup>.

Em 1954, Zonildo, juntamente com outros colegas da corporação da polícia especial – como chamavam na época a polícia política –, foram acusados de insubordinação e acabaram respondendo a um inquérito administrativo. Ao que consta no inquérito, tudo começou com uma carta, que, conforme os depoentes, foi escrita pelo próprio Castello Branco, em que ele protestava contra as condições de higiene e decência dos vasos sanitários da corporação. Todavia, a carta relatava ainda o protecionismo que alguns policiais recebiam dos superiores, denunciando o “puxa-saquismo” dos seus colegas ao mesmo tempo em que criticava seus superiores por aceitarem e serem coniventes com esse tipo de atitude.

Essa carta foi colada por toda a corporação e foi entendida pelos estratos superiores como uma “ofensa”, uma carta “agressiva”, “um desrespeito à hierarquia”, um ato de “indisciplina”<sup>107</sup>. Esse acontecido foi descrito como “único” em toda a história da polícia civil. Em consequência, Castello Branco e os demais funcionários foram punidos com uma suspensão. Observa-se ainda no inquérito que Zonildo não possuía antecedentes comunistas.

Ao que consta nos depoimentos do inquérito, Zonildo não foi apenas o redator da carta de protesto, mas foi o seu mentor, seu idealizador<sup>108</sup>. A atitude de realizar esse protesto indica, portanto, um Zonildo rebelde, inconformado com a realidade da corporação da qual fazia parte, que via, na denúncia, um instrumento para a mudança. Acima de tudo, sugere o perfil de alguém que se utiliza das palavras para denunciar, para lutar contra algo que não lhe parecia correto – característica que se repetirá ao redigir o *Dicionário* anos depois.

---

<sup>106</sup> Informações cedidas por Zonildo Castello Branco à autora e encontradas no acervo de Polícia Política no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>107</sup> Pasta de inquéritos. Notação 13. Folhas 37. Data 17/08/1971. Confidencial – sigilosa. Sob a guarda do Arquivo Público do Rio de Janeiro.

<sup>108</sup> **Idem.**

Através das fichas encomendadas pelo SNI ao DOPS, podemos verificar alguns cursos realizados por Zonildo durante sua carreira. Em 1963 realizou um curso de comissão de polícia<sup>109</sup>; no ano seguinte, em 23 de dezembro, Castello Branco fez uma prova para a Inspetoria Geral de Segurança Pública<sup>110</sup>. Podemos constatar também a lógica da desconfiança – já muito bem estudada pelos historiadores –, pois todos eram espionados, sondados e vigiados, fossem os considerados “subversivos”, fosse a própria polícia, e com Castello Branco não foi diferente.

Recentemente, no lançamento do livro *Nem vem que não tem: a vida e o veneno de Wilson Simonal*<sup>111</sup>, do jornalista Ricardo Alexandre, o nome de Zonildo Castello Branco ganhou destaque. O livro narra a trajetória do cantor Wilson Simonal<sup>112</sup>, que, num envolvimento obscuro com DOPS carioca, teve sua carreira transformada do dia para noite, passando de cantor consagrado ao anonimato e ao “exílio em seu próprio país”<sup>113</sup>. Para compreender a atuação do delegado no “caso Simonal”, como ficou conhecido na época, é necessário entender de que maneira o artista se envolve com a Polícia Política.

Segundo Ricardo Alexandre, se, por um lado, Simonal, como grande parte da população brasileira daquele período, foi um simpatizante do golpe de 1964, por outro, convivia com artistas como Gilberto Gil, Caetano Veloso e Chico Buarque, caracterizando-se como alguém que “não era de direita ou esquerda”, mas sim um “desencantado político”<sup>114</sup>, cuja maior preocupação consistia em ganhar (e gastar)

---

<sup>109</sup> Pasta de informação. Notação 36. Folhas 79. Data: 09 de maio de 1963. Sob a guarda do Arquivo Público do Rio de Janeiro.

<sup>110</sup> Pasta de informações. Notação: 72. Folhas 180. Data: 04-08-66. Sob a guarda do Arquivo Público do Rio de Janeiro.

<sup>111</sup> ALEXANDRE, Ricardo. **Nem vem que não tem: a vida e o veneno de Wilson Simonal**. São Paulo: Globo, 2009.

<sup>112</sup> A história do cantor Wilson Simonal ganhou significativa notoriedade no ano de 2009, pois, além da biografia escrita por Ricardo Alexandre sobre a vida do artista, houve também o lançamento do documentário *Simonal: Ninguém Sabe o Duro que Eu Dei*, que resgata as relações obscuras envolvendo Simonal e os órgãos de repressão durante a Ditadura Militar. **Cf:** (2009, Brasil). Direção: Claudio Manoel, Calvito Leal, Micael Langer. Fotografia: Gustavo Hadba. Montagem: Pedro Duran, Karen Akerman. Música: Berna Cerpas. Produção: Lorena Bondarovsky. Estúdio: TvZero, Zohar, Globo Filmes. Distribuição: MovieMobz. 82 min.

<sup>113</sup> ALEXANDRE, Ricardo. **Op.cit.**, p. 09.

<sup>114</sup> **Ibidem**, p. 177.

dinheiro. De maneira obscura e nebulosa, o cantor passou a ser rotulado pela mídia, pela Polícia Política e pela classe artística como “de direita” e, mais ainda, como um delator do DOPS.

Tudo isso aconteceu em agosto de 1971, quando Simonal suspeitou que seu contador, Raphael Viviani, havia lhe dado um desfalque. Na tentativa de resolver a questão, o cantor recorreu a dois agentes do DOPS do Rio de Janeiro. Viviani, então, procurou a imprensa e declarou que foi coagido, interrogado e torturado pelos policiais do DOPS a mando de Simonal. Em contrapartida, para justificar sua atuação naquele caso, o DOPS alegou que Simonal era um colaborador da polícia e, como tal, havia declarado que Viviani era subversivo. Essa declaração ganhou destaque nacional, estampando as páginas dos principais jornais do país com notícias que acusavam o cantor de “dedo-duro”, “de direita”, “delator do DOPS”, etc<sup>115</sup>.

No entanto, independente de Simonal ter sido ou não um colaborador dos órgãos de repressão, interessa-nos aqui realçar de que maneira Castello Branco apareceu nesse caso polêmico. Como já salientado, esse evento tomou uma proporção bastante expressiva na mídia, fazendo com que não somente Simonal estivesse na mira da opinião pública, como também o DOPS, acusado de torturar um inocente que não possuía ligação alguma com crimes de Segurança Nacional – crimes que o DOPS deveria investigar. A partir desse momento, Castello Branco entra em cena.

No ano de 1971, Castello Branco era diretor da Divisão de Operações do DOPS. Assim sendo, os dois policiais que foram acusados de torturar o funcionário a pedido de Simonal eram subordinados de Zonildo. Tendo em vista a repercussão dos fatos na imprensa envolvendo seu pessoal, o delegado imediatamente recortou as reportagens dos jornais sobre o acontecido e as enviou ao seu superior juntamente com um memorando que dizia:

Os referidos recortes de jornal denunciam fatos relatados por um ex-empregado do artista Wilson Simonal, que teriam se verificado com conivência de policiais, sendo que, também pelos ditos recortes, o ex-empregado do cantor teria sido vítima de violência no DOPS (...). Face à gravidade dos fatos, informando a esta direção com urgência, a fim de que o senhor coronel diretor possa adotar as medidas cabíveis.<sup>116</sup>

---

<sup>115</sup> **Ibidem**, p. 208.

<sup>116</sup> **Idem**, p. 204.

Diante da notoriedade que a imprensa deu ao caso Simonal, era importante que Castello Branco esclarecesse as acusações feitas ao seu pessoal, afinal de contas, não podemos nos esquecer de que era importante para o Regime passar a ideia de que “não havia torturas” no país. À pedido de Castello Branco, um inquérito policial foi aberto para averiguar o caso. No inquérito, os policiais afirmaram que o cantor era um informante e um grande amigo da polícia política, e que ele frequentemente prestava “bons serviços à Revolução de 1964”<sup>117</sup>. Em 1974, foi dado fim ao inquérito, e Simonal foi considerado culpado pelo crime de extorsão e de constrangimento mediante violência e ameaça, sendo punido com cinco anos de prisão<sup>118</sup>. Por sua vez, o policial chefe da operação (subalterno de Castello Branco) foi inocentado<sup>119</sup>, sob a alegação de que a violência praticada na ação era justificada pela confiança que a polícia política tinha na palavra de Simonal, um informante de confiança do DOPS<sup>120</sup>.

Todavia, é curioso que, recentemente, ao ser procurado pelo jornalista Mário Magalhães da *Folha de São Paulo* para falar sobre o “caso Simonal”, Zonildo Castello Branco afirmou que Wilson Simonal não era um informante do DOPS<sup>121</sup>, mudando assim o seu discurso, uma vez que, durante a Ditadura, Zonildo e o pessoal da polícia política garantiram que Simonal era um delator do DOPS. No contexto atual, em que as discussões sobre o passado ditatorial estão na ordem do dia e em que ninguém quer se identificar com os “anos de chumbo”<sup>122</sup>, Castello Branco negou a afirmação feita no passado, declarando a inocência do cantor. Diante disso, não seria um absurdo pensar que Zonildo alegou que Simonal não era

---

<sup>117</sup> *Ibidem*, p. 207.

<sup>118</sup> Como era réu primário, o cantor ficou quinze dias preso, foi libertado com um *habeas corpus* e cumpriu a pena de cinco anos em liberdade. No entanto, por suas (supostas) relações com o DOPS, foi moralmente julgado e condenado pela esquerda, pela classe artística e por alguns meios de comunicação.

<sup>119</sup> *Ibidem*, p. 233.

<sup>120</sup> É preciso destacar que não existe nenhuma prova de que Simonal fosse informe do DOPS.

<sup>121</sup> MAGALHÃES, Mário. Simonal 3.540/72: o elo perdido. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 de junho, 2009. Caderno Mais!, p. 06.

<sup>122</sup> No ano de 2009, a Ditadura Militar ganhou destaque através dos jornais, livros e filmes. A discussão sobre a abertura de arquivos secretos, as indenizações pagas pelo Estado àqueles que foram prejudicados pelo governo ditatorial, bem como a criação de uma Comissão da Verdade para investigar abusos cometidos durante o regime militar; tomaram conta do debate público nesse ano.



um informante do DOPS para fugir de perguntas sobre o seu passado como funcionário de um órgão repressivo, pois, caso afirmasse que o artista foi um delator, possivelmente seria questionado sobre a tortura e a delação, que faziam parte do seu cotidiano como diretor do DOPS.

Aliás, ao que tudo indica, o delegado demonstra não gostar de falar sobre o seu passado como diretor do DOPS, pois, ao ser consultado sobre a possibilidade de concessão de uma entrevista, negou o pedido. Ainda que numa conversa breve, cerca de 4 ou 5 minutos por telefone, Castello Branco quis deixar claro que o *Dicionário* era apenas teórico e prático, e não ideológico, alegando que não desejou “tomar partido nem da direita e nem da esquerda”. O delegado relutou em falar sobre outros assuntos, sendo até grosseiro em certos momentos, afirmando que tudo o que precisávamos saber sobre o documento constava em sua bibliografia. Em seguida, desligou<sup>123</sup>, dando a entrevista por encerrada.

O intrigante é que não houve nenhum questionamento sobre uma possível filiação ideológica presente no *Dicionário*. Ainda que não estivesse disposto a falar, nesses poucos minutos de conversa, Zonildo fez questão de frisar que seu texto não era ideológico, mesmo sem que tivéssemos mencionado esse assunto, demonstrando que essa questão é, pois, uma preocupação sua. Ele não queria que seu texto fosse analisado com um viés ideológico, mas a existência de uma ideologia no seu texto é evidente. Essa rejeição de um determinante ideológico no *Dicionário* pode sugerir que o delegado não quer que seu texto e, conseqüentemente, ele próprio sejam interpretados e, no limite, julgados como defensores do governo ditatorial, tendo em vista que, no período de redemocratização, os militares e todos aqueles que, direta ou indiretamente, envolveram-se com a Ditadura foram condenados moralmente pela opinião pública.

A maneira como Zonildo nos tratou, recusando-se veementemente a falar sobre o *Dicionário*, indica que Castello Branco não tem nenhuma intenção de tornar conhecido o seu passado enquanto funcionário do aparato repressivo ditatorial.

Com as poucas pistas sobre a biografia de Zonildo Castello Branco, sabemos que ele foi um homem da polícia política e que, como tal, carregou as ideologias, os valores, os sentimentos e os ressentimentos difundidos por esse grupo. Desse modo, para compreendermos melhor o perfil do delegado, já que nos restam apenas

---

<sup>123</sup> Entrevista realizada por telefone em 21 de agosto de 2009.

vestígios de sua história de vida, é pertinente entendermos a trajetória da polícia política.

A Polícia Política brasileira foi empregada muito antes do período ditatorial, para investigar e reprimir a vadiagem e os “estrangeiros perigosos”, muitas vezes anarquistas ou organizadores do embrionário movimento sindical. Porém, Rosângela Assunção assegura que foi a “ameaça vermelha” que motivou a especialização da Polícia Política no Brasil.

Em 1924, criou-se, no Estado de São Paulo, a primeira Delegacia de Ordem Política e Social. Com isso, erguiam-se os alicerces do futuro Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), desenvolvido no Governo Vargas<sup>124</sup>. Um dos caminhos pelos quais se pode compreender o estabelecimento do DOPS pode ser trilhado, conforme Azevedo e Silva, a partir de uma análise do quadro político interno<sup>125</sup>.

A criação da DOPS se deu na mesma semana em que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi registrado oficialmente como partido político, anunciando a candidatura de Yedo Fiúza à Presidência da República. O relativo sucesso eleitoral do PCB – o partido elegeu 15 congressistas para a Assembléia Constituinte e a maioria na Câmara do Distrito Federal – foi visto por diversos setores do governo como uma ameaça real à ordem política. A partir disso, o combate ao comunismo foi colocado como um dos principais assuntos na agenda política do governo.

O espaço aberto pelos comunistas gerou uma intensificação das atividades do DOPS com relação ao PCB e ao processamento de informações sobre indivíduos que tivessem ligação, mesmo que indireta, com o Partido. A partir dessa lógica, a Polícia Política passou a rastrear diversos movimentos com o intuito de verificar tendências comunistas.

Assim, para Assunção, Polícia Política, comunismo e, por conseguinte, anticomunismo, são indissociáveis<sup>126</sup>. Tanto é que, em 1936, ano da Primeira Conferência Nacional de Polícia, que contou com a presença dos chefes de polícia

---

<sup>124</sup> FONSECA, Guido. DOPS – Um pouco de sua História. **Revista ADPESP**. Ano 10, nº 18, dezembro de 1989. p41-85. p. 53.

<sup>125</sup> SILVA, Angelissa Tatyane de Azevedo e. **Sob a lógica da desconfiança: a polícia política na campanha “O petróleo é nosso!” (1947-1954)**. Anais da Anpuh, 2004.

<sup>126</sup> ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. DOPS/MG: **Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)**. Dissertação (Mestrado) UFMG, Belo Horizonte, 2006. p. 51.

dos principais Estados da federação, as teses e os assuntos ligados ao combate ao comunismo foram as mais enfaticamente defendidas. Foi especialmente depois da Intentona de 1935 que anticomunismo ganhou fôlego não somente no meio policial, mas em toda a sociedade brasileira. A partir disso, os jornais têm um papel fundamental como meio de propagação contra o “perigo vermelho”.

Os anos de 1930 foram fundamentais para o processo de modernização e profissionalização da polícia civil. Nesse período, o Estado Vargas se voltou para uma maior regulação e intervenção na sociedade.

Nos anos que se seguiram, nos governos do período democrático do pós-1945, pode-se observar, segundo Assunção, uma continuidade nas funções preventivas e repressivas da Polícia Política, seguidas pela intensificação no processo de especialização funcional. Os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, o clima da Guerra Fria confirmaram os comunistas como o principal alvo da suspeição policial<sup>127</sup>. É nesse contexto, portanto, que Zonildo Castello Branco ingressa como policial nessa corporação.

A tentativa de reprimir a formação de associações que funcionassem como *locus* de comunistas resultou, em 1953, na promulgação de Lei nº 1802, de 5 de janeiro do mesmo ano. Essa nova lei – a Lei de Segurança Nacional –, segundo Azevedo e Silva, definiu os crimes contra o Estado e a ordem política e social. Entre tais crimes, figurava a tentativa de reorganizar, mesmo sob falso nome ou de forma simulada, qualquer partido político dissolvido por força de disposição legal. Ainda eram vedadas tanto a criação de associações destinadas a ajudar pessoas com serviços e donativos e de entidades/partidos dissolvidos por determinação legal, como a distribuição de boletins ou panfletos que incitassem a subversão da ordem política e social<sup>128</sup>.

Se essa mesma ideologia justificava a criminalização de inúmeros movimentos sociais, entre 1945 e 1964, formou-se, dentro de um sistema político democrático, um complexo burocrático que produziu uma enorme quantidade de informação sobre praticamente todas as formas de expressão política da sociedade civil.

---

<sup>127</sup> **Idem**, p. 41.

<sup>128</sup> **Idem**.

A partir disso, podemos concluir que a Polícia Política era vista como um órgão especializado dentro da corporação policial, inserida no aparato estatal. O que a distinguia dos demais órgãos policiais era sua função voltada à manutenção da ordem político-social, exercendo duas funções, a preventiva e a repressiva. Uma polícia que, trabalhando sob a lógica da desconfiança, tinha por objetivo impedir as manifestações contrárias aos interesses do Estado. Além do mais, como se observou no decorrer desta seção, a Polícia Política não foi um aparato que surgiu com os militares, mas certamente foi aprimorada e especializada durante o período ditatorial.

A partir do exposto, pode-se constatar que, desde sua criação e durante toda a sua existência, a Polícia Política teve, no comunismo, ainda que de diferentes matizes, seu principal alvo. Todas as suas emoções, seus sentimentos e paixões foram destinados a esse inimigo que ela dedicava-se em combater. Portanto, obviamente, existiu uma transmissão de afetos ao longo do tempo pelas diferentes gerações de policiais que fizeram parte desse grupo, no qual Castello Branco se incluía. Não queremos com isso negar os sentimentos individuais do delegado, mas, todavia, grande parte dos sentimentos e ressentimentos que Castello Branco nutria pelos subversivos provém do coletivo.

Tendo a trajetória de Zonildo Castello Branco como ponto de partida, procuraremos entender, na próxima seção, o contexto político e social no qual o delegado elabora seu *Dicionário*.

## **2.2. Governo Geisel e a abertura política**

Sabe-se que a confecção do *Dicionário* durou cerca de três a quatro anos<sup>129</sup>. Portanto, muito possivelmente, a ideia de realizar esse empreendimento se deu durante o governo de Médici (1969-1974), sendo que as leituras, a redação, a organização dos verbetes e a publicação aconteceram durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Desse modo, é pertinente compreender o contexto no qual o delegado geriu e redigiu seu texto. Importante destacar, mais uma vez, que o

---

<sup>129</sup> Em entrevista concedida à autora, Zonildo declarou que levou certo tempo para redigir seu *Dicionário*, de 3 a 4 anos. Entrevista realizada por telefone no dia 21 de agosto de 2009.

cenário no qual se elaborou o documento foi o Rio de Janeiro, capital por excelência da liberalização dos costumes, das mobilizações políticas e sociais e o centro artístico e cultural do país.

Geisel ficou conhecido como o “ditador da abertura”, pois o objetivo de seu governo era, no período de 1974 a 1979, realizar a volta organizada dos militares aos quartéis, enquanto o regime ainda tinha prestígio e alguma força criativa. Para tanto, tinha como meta a distensão lenta, gradual e segura. Esse projeto de abertura, que representava uma volta do Estado de Direito, a reconstitucionalização do regime, mas não exatamente a redemocratização do país<sup>130</sup>, foi elaborado como uma forma de assegurar garantias básicas para o regime: evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964.

A distensão aumentaria os espaços de participação política e anularia os mecanismos de repressão explícitos. No entanto, não se pode dizer que Geisel abriu mão da repressão às oposições<sup>131</sup>. Tanto é que, no ano de 1975, segundo dados da Anistia Internacional, mais de duas mil pessoas foram detidas no Brasil, das quais cerca de 700 permaneceram presas. Além do que, entre 1974 e 1976, mais de sessenta adversários da ditadura foram assassinados, dos quais grande parte estava ligada a organizações comunistas<sup>132</sup>. Como afirmam Mattos e Swensson Jr., a coerção fazia-se necessária na medida em que o regime não queria correr o risco de perder o poder, e precisava demarcar às oposições os limites da contestação política a ser tolerada<sup>133</sup>. Durante o governo Geisel, ocorreram investidas repressivas a alvos selecionados da resistência, promovendo uma dura perseguição ao PCB e ao PCdoB.

Em contrapartida, o governo de Geisel também ficou marcado pelas lutas democráticas empreendidas pela sociedade civil – o “despertar da sociedade civil”. A

---

<sup>130</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: O Brasil Republicano (vol. 4)... **Op. cit.**, p. 263.

<sup>131</sup> MATTOS e SWENSSON JR... **Op. cit.**, p. 69.

<sup>132</sup> Deve-se salientar que, durante o governo Geisel, os organismos de repressão adotaram novas estratégias para a eliminação física dos opositores, e, com a imprensa tendo mais liberdade para denunciar os agentes de segurança, o aparato repressivo começou a negar a prisão dos opositores assassinados e a desaparecer com seus cadáveres. É por conta disso que grande parte das famílias de opositores mortos sob o governo Geisel jamais recuperou os corpos para que pudessem enterrelos. Cf: MATTOS e SWENSSON JR... **Op. cit.**, p. 70.

<sup>133</sup> MATTOS e SWENSSON JR... **Op. cit.**, p.64

reação da extrema direita militar e civil também foi acentuado durante o seu governo<sup>134</sup>.

Adriano Codato considera os anos do governo Geisel como a fase de *transformação do regime ditatorial-militar*<sup>135</sup>. Codato defende que o processo de abertura foi iniciado pelos militares, ainda que a sociedade civil os tenha influenciado. Esse processo corresponderia, sobretudo, à necessidade dos próprios militares de resolver problemas internos da corporação. Desse modo, a abertura lenta, gradual e segura respondia, em parte, aos conflitos internos do governo.

Segundo Bernardo Kucinski, a decisão de Geisel em favor da abertura, justificava-se, em grande parte, pelo fator econômico, pois, a crise do petróleo em 1973, acarretou o aumento da dívida externa e as altas taxas de juros, interrompendo assim, o crescimento econômico iniciado na década de 1970<sup>136</sup>.

Juntamente com crise econômica veio a crise política, ocasionando uma desintegração do pacto entre o empresariado e os militares, que se refletiu nas eleições de 1974, na qual o MDB, “partido de oposição”, saiu vitorioso. Seguramente, este foi o primeiro sinal do esgotamento da ditadura militar.

Outro elemento soma-se ainda ao processo de abertura: os fatores externos. Desde 1974, e especialmente a partir de 1976 com a ascensão de Jimmy Carter à presidência norte-americana com seu programa de governo defendendo os direitos humanos, abriu-se espaço para a atuação das oposições no Brasil, especialmente nos meios de comunicação através dos “brazilianists”<sup>137</sup>.

Porém, não devemos esquecer nem subestimar a retomada da luta democrática contra a ditadura empreendidas por diversos setores da sociedade civil a partir de meados da década de 1970. O contexto da luta democrática começou a se definir com a derrota política e militar e com a experiência da luta armada quando

---

<sup>134</sup> Para saber mais sobre a reação da extrema direita militar e civil, ver: GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

<sup>135</sup> CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar a democracia. Dossiê Democracias e Autoritarismos. **Revista de Sociologia Política**, n. 25, Curitiba, novembro, 2005.

<sup>136</sup> KUCINSKI, Bernardo. **Abertura**: a história de uma crise. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982. pp. 14-15.

<sup>137</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: O Brasil Republicano (vol. 4)... **Op. cit.**, pp.258-259.

as esquerdas brasileiras, ainda que com diferenças políticas no interior do bloco<sup>138</sup>, se reorganizaram em torno da luta pela liberdade política.

Os anos de 1975 e 1976 podem ser considerados como um marco importante no processo de distensão política, pois, nesse período, a emergência dos movimentos sociais e diversas formas de organização da sociedade civil trouxeram para a arena política suas reivindicações, “seus desejos de liberdade”<sup>139</sup>.

Diante dessa conjuntura, verifica-se que foram múltiplos os fatores que determinaram o processo de redemocratização, que sofreu ainda a influência da pressão externa, dos determinantes da economia global, dos militares e seus condicionantes institucionais e da oposição, centrada nos movimentos sociais.

De 1974 em diante, houve uma retomada da política legal, pública, que procurou romper com a clandestinidade, tornando visível o movimento de oposição à ditadura. No entanto, esse processo de oposição “não foi sem baixas”<sup>140</sup>, sendo marcado, por exemplo, por prisões e mortes, como as do jornalista Vladimir Herzog e do líder sindical Manuel Fiel Filho no ano de 1975, ou a invasão, em 1976, de uma reunião do Comitê do PCdoB, em São Paulo, que resultou na morte de dois dirigentes, Pedro Pomar e Ângelo Arroyo. Em meados de 1976, começaram os ataques a bomba em sedes de instituições civis de caráter oposicionista, na ABI e na OAB.

Vladimir Herzog foi o primeiro corpo que não desapareceu dentro de um órgão de repressão militar. É possível que esse “erro técnico” dos torturadores tivesse um objetivo: anunciar à sociedade e ao governo Geisel que a “comunidade de segurança” continuava viva e atuante. A versão do suicídio não foi aceita pela família do jornalista nem pela sociedade civil, e o impacto de sua morte foi enorme. Os jornais, a OAB, os estudantes, o MDB e a Igreja Católica exigiam explicações. Realizou-se um culto ecumênico na Catedral da Sé, em São Paulo, que contou com a participação de todas essas organizações, unindo cerca de 8000 pessoas. Essa

---

<sup>138</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (orgs). O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)... **Op. cit.**, pp. 161-162.

<sup>139</sup> **Idem**, p. 174.

<sup>140</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (orgs). O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)... **Op. cit.**, p. 167.

“manifestação” ia além de uma homenagem a Vladimir, pois tinha um significado político contra o autoritarismo<sup>141</sup>. Com isso, algo novo começava a surgir, pois, desde 1968 com a passeata dos Cem Mil, não se via tanta gente reunida num ato de protesto.

Assim, pode-se ver que os movimentos sociais estavam conseguindo espaço, mas, por outro lado, o risco persistia, já que a repressão continuava a se preocupar com os subversivos, prendendo, violentando e matando.

A comunidade de informações intensificou, no Rio de Janeiro e em São Paulo, o combate ao PCB, que foi considerado a “alma” da vitória do MDB em 1974, já que, vedada sua existência legal, diversos membros do Partidão acabaram por se filiar ao MDB<sup>142</sup>. Segundo Francisco Teixeira Silva, a perseguição comunista continuava como principal estratégia da polícia política.

Três atores merecem destaque nesse cenário de lutas democráticas: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a Igreja Católica e o Movimento Estudantil. O MDB, após sua vitória eleitoral de 1974, passou a congregar o descontentamento dos mais diversos setores da sociedade em relação à ditadura. A Igreja teve um papel enorme na luta pela defesa dos direitos humanos, principalmente através das comunidades Eclesiais de Base, as CEBs e as Pastorais. O Movimento Estudantil, por sua vez, foi um dos grandes responsáveis pela retomada das mobilizações políticas, recuperando o espaço das ruas<sup>143</sup>.

Napolitano define o ano de 1977, ano da publicação do *Dicionário*, como o ano da repolitização das ruas, sendo o movimento estudantil o maior protagonista disso. Em diferentes cidades, milhares de jovens foram às ruas reivindicar questões estudantis, como mais vagas na Universidade Pública e maiores verbas para a educação, mas também para protestar contra o regime em favor da liberdade, e foram os estudantes os idealizadores da luta pela anistia<sup>144</sup>. Era uma retomada do “clima de 1968”.

---

<sup>141</sup> NAPOLITANO, Marcos. Nós, que amávamos tanto a democracia: protestos de rua na Grande São Paulo (1977/1984). **Op. cit.**, pp. 75-78.

<sup>142</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: O Brasil Republicano (vol. 4)... **Op. cit.**, p.265.

<sup>143</sup> **Idem.**

<sup>144</sup> Deve-se salientar que as manifestações foram acompanhadas pela repressão por parte do governo ditatorial.



Entidades representativas de alguns setores profissionais também se posicionaram contra o regime, destacando-se como as mais ativas na luta pela democracia a OAB, Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, a ABI, o Sindicato dos Professores e o Instituto de Arquitetos do Brasil, IAB, que passaram a expressar publicamente seu repúdio ao governo ditatorial.

É preciso lembrar dos movimentos de bairros, que, através das associações de moradores, criticaram e combateram a ditadura. A partir de 1971, tem-se a criação do “clube das mães” numa paróquia da periferia de São Paulo. Nesse espaço, as donas de casa, além de aprenderem atividades domésticas como costura, bordados e crochê, tinham um contato com leituras cristãs e discussões dos problemas do cotidiano. O movimento se estendeu por vários bairros da capital paulista, e, em 1973, publicaram um documento sobre a “situação das classes trabalhadoras”, acompanhado de uma pesquisa sobre os preços dos gêneros básicos. Nascia aí, segundo Napolitano, o movimento do custo de vida<sup>145</sup>, um movimento de contestação que nasceu no dia a dia dos bairros afastados, distante dos canais tradicionais de expressão social. A polícia estava pronta para reagir por ordem do governo, mas a repressão não deu muita importância a esse movimento. Além do que, o regime hesitava em entrar em choque com a Igreja Católica, que era patrocinadora do movimento<sup>146</sup>.

Também ocorreu um “reflorescimento sindical”, um movimento operário e sindical do ABC paulista que cobrava a ampliação dos espaços para a representação dos interesses da classe trabalhadora, realizando greves e campanhas por melhores salários.

A imprensa também contribuiu sobremaneira na luta pela democracia. Na década de 1970, proliferou-se, no Brasil, a “imprensa alternativa”, jornais em formato tablóide, com tiragem incerta, vendidos em bancas ou de circulação restrita e com uma marca registrada: sempre de oposição. Araújo chama a atenção para a relevância desses jornais no período ditatorial, uma vez que eles questionavam o

---

<sup>145</sup> NAPOLITANO, Marcos. Nós, que amávamos tanto a democracia: protestos de rua na Grande São Paulo (1977/1984). **Op. cit.**, p.106.

<sup>146</sup> **Idem**, p. 111.

regime, denunciavam a violência e as arbitrariedades e expressavam uma opinião e uma posição de esquerda num país suprimido pelo autoritarismo<sup>147</sup>.

A imprensa alternativa congregava os mais distintos tipos de jornais: de esquerda, de partidos e organizações políticas clandestinas, dos movimentos sociais, do movimento estudantil, de movimentos de bairro, das chamadas minorias políticas – negros, mulheres, homossexuais e indígenas. Os mais conhecidos foram: *O Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Versus*, *Em tempo*, dentre outros. Desse modo, a imprensa alternativa fez propaganda e divulgou campanhas contra a ditadura e contra a carestia, e em favor da constituinte e da liberdade democrática.

Constata-se assim que a experiência da luta democrática durante os meados da década de 1970 caracterizou-se pela multiplicidade de formas de enfrentamento e de resistência à ditadura civil-militar, uma luta pautada por avanços e retrocessos.

### 2.3. O perfil da bibliografia

Para além de outras coisas, os linguistas nos ensinaram também a importância de tudo que compõe um livro além do texto em si. Desse modo, é imprescindível saber quem o traduziu, a editora que o publicou, as ilustrações e, lógico, quem é o autor e a quem seu discurso se dirige<sup>148</sup>. Além do mais, a bibliografia consultada para a elaboração de um texto, seja ele de qualquer tipo, revela muito dos objetivos, interesses e valores que o autor do texto deseja difundir. Por isso, nesta seção, preocupamo-nos em traçar um perfil da bibliografia que ajudou Zonildo a definir e redigir seus verbetes.

Ao total, foram sessenta e dois textos, entre livros, artigos de jornais, manuais, dicionários, enciclopédias e anais de congressos que serviram de base para a elaboração do “dicionário da repressão”. Tratam-se tanto de textos restritos, destinadas à comunidade de informação/repressão, como de publicações endereçadas à sociedade em geral.

<sup>147</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (orgs). *O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)*... **Op. cit.**, p. 169.

<sup>148</sup> EUZÉBIO, Eliane. **O poder das idéias: as traduções com objetivo político de Carlos Lacerda**. Dissertação de Mestrado. Área de Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês, FFLCH/USP, 2007. pp.56-57.

Metodologicamente, decidiu-se por dividir a bibliografia em quatro grandes grupos: 1) livros ou textos publicados pela Biblioteca Nacional do Exército (BIBLIEX), pela Escola Superior de Guerra (ESG) ou, ainda, pela comunidade de Informação; 2) livros ou panfletos traduzidos de autores estrangeiros, lançados pelas editoras da direita conservadora; 3) livros discutidos em disciplinas acadêmicas, como a Ciência Política, a Teoria Política, a Sociologia e a Filosofia; 4) almanaques e outros dicionários<sup>149</sup>.

Devido à grande quantidade de livros presentes na bibliografia, não será possível apresentarmos autores e conteúdos de todos os sessenta e dois títulos. Desse modo, optamos por uma amostragem seguindo a classificação proposta acima, apresentando as obras em sua ordem cronológica de publicação.

### **2.3.1. Livros da Bibliex, ESG e Comunidade de Informação**

São vinte títulos que compõem esse grupo. Livros, manuais e panfletos que abordam assuntos como: a Intentona Comunista, a Revolução de 31 de março de 1964, crimes contra a Segurança Nacional, Segurança Nacional, espionagem, subversão, estratégias de defesa e confronto, guerra revolucionária, serviço secreto, entre outros.

A Editora Biblioteca do Exército (BIBLIEX), criada em 1891, contribuiu especialmente a partir da “Intentona Comunista” de 1935 como difusora e propagadora de livros que retratassem o comunismo. As obras eram escritas por militares, mas destinavam-se também ao público civil, apresentando um número admirável de assinantes. A “coleção General Benício” trazia livros reconhecidamente anticomunistas, como alguns títulos que veremos mais à frente.

A Escola Superior de Guerra destacava-se como um lugar ímpar na luta contra o comunismo através de palavras e ideias. Seus panfletos, cartilhas, cartazes, livros e manuais estavam presentes no cotidiano dos agentes dos órgãos de repressão e informação. A “guerra revolucionária”, que tirava o sossego dos ideólogos da ESG, também preocupava o delegado Castello Branco, a ponto de ele trabalhar com três livros que tratavam desse assunto.

---

<sup>149</sup> A bibliografia do *Dicionário* agrupada por essas quatro grandes temáticas encontra-se no Anexo I.

Certamente, o livro que ficou mais conhecido na época foi *Guerras Insurrecionais e Revolucionárias*, do coronel francês Gabriel Bonnet. Escrito em 1958, foi publicado no Brasil pela Bibliex em 1963 com uma tiragem de nove mil exemplares, especialmente alta para a época<sup>150</sup>. Em resumo, o livro apresentava “as origens dos processos e técnicas de ação utilizadas nessa guerra de caráter muito mais político e psicológico do que militar, a guerra revolucionária”.

A expressão “guerra revolucionária” ocupa os textos militares desde o final dos anos 1950. O termo remete a uma das matrizes do pensamento militar que vigorou por pelo menos duas décadas e marcou profundamente a visão de mundo de uma geração de oficiais, especialmente do Exército Brasileiro<sup>151</sup>. Influenciado pelo pensamento militar francês, os militares brasileiros atentaram para a necessidade de conhecer e combater a “guerra revolucionária”.

Os militares franceses consideravam que o marco da guerra revolucionária havia sido a Revolução Chinesa de 1949, e Mao Tsé-Tung seria o seu principal teórico. O mais importante objetivo desse tipo de guerra era conquistar a população através da ação psicológica, sua principal linha de atuação. Mao Tsé-Tung, baseado numa doutrina marxista-leninista, desejava, ao invés de conquistar um país, o objetivo primeiro das guerras tradicionais, conquistar o mundo.

Convictos de que a guerra revolucionária estava em curso no Brasil, os militares brasileiros, a partir de 1959 e durante parte do período ditatorial, empenharam-se em conhecer esse novo tipo de guerra para combatê-la. Através de livros e palestras, apresentaram esse novo tipo de guerra à polícia política, e Castello Branco, certamente, não ficou a ela indiferente.

Logo após o golpe militar, realizou-se uma “operação limpeza” para varrer os “subversivos” do país. Assim, poucos dias após a sua posse, o presidente Humberto de Alencar Castelo Branco determinou a criação da Comissão Geral de Investigação, com a função de coordenar o trabalho das Comissões Especiais de Inquérito, que investigavam a presença de “subversivos” em todos os níveis do aparelho do Estado. Segundo Mattos e Swensson Jr., tais comissões eram compostas por 220 militares encarregados de presidir os inquéritos policiais militares

---

<sup>150</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. [online]. 2008, vol.23, n.67, pp. 39-50.

<sup>151</sup> **Idem**, p. 39.

(IPMs)<sup>152</sup>. Foram então instaladas centenas de IPMs, que indiciaram estudantes, professores, parlamentares, burocratas, militares e operários<sup>153</sup>, etc.

O IPM de número 709, conhecido como IPM do Partido Comunista, foi presidido pelo coronel Ferdinando de Carvalho e contou com o auxílio de vinte oficiais entre os anos de 1964 e 1966. O objetivo do inquérito era apurar as atividades do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em todo o território nacional, e serviu de base para Zonildo compor o seu *Dicionário*.

O IPM 709 pode ser visto como um documento pautado nos crimes considerados pela ditadura como “crimes de subversão”. As fontes do Inquérito informavam detalhes da vida e das atividades comunistas, informações retiradas do conjunto de cadernetas do comunista Luiz Carlos Prestes, a principal fonte na sua composição. O IPM 709 foi dividido em quatro volumes e publicado pela Bibliex entre 1966 e 1967.

Ferdinando de Carvalho pertencia à chamada “linha dura”, que se caracterizava pelo radicalismo, pelas arbitrariedades e intransigências e pela adoção de meios e processos violentos de intimidação e coação. Nasceu em 12 de agosto de 1918 e, em abril de 1937, entrou para as Forças Armadas na qualidade de praça, seguindo daí em diante a carreira militar. Consta que Ferdinando de Carvalho realizou cursos na Escola Superior de Guerra no início da década de 1960, e durante o período ditatorial pertenceu à alta hierarquia do Exército Brasileiro, sendo o coronel que chefiou o Inquérito Policial Militar (IPM 709). Na década de 1970, tornou-se general<sup>154</sup>.

Como um “homem de seu tempo”, foi um militar nitidamente anticomunista. Conhecedor das posturas ideológicas defendidas pela “Doutrina de Segurança Nacional”, Ferdinando, durante todo o período ditatorial, realizou uma parceria

---

<sup>152</sup> MATTOS e SWENSSON JR... **Op. cit.**, p.14.

<sup>153</sup> Pode-se considerar que a quantidade de IPMs abertos entre 1964 e 1966 varie entre cem e duzentos inquéritos, que resultaram em processos judiciais para cerca de duas mil pessoas. O fundo Brasil Nunca Mias catalogou 2127 nomes de indivíduos processados, destacando que havia cidadãos indiciados em mais de um IPM. Cf: ARNS, Dom Paulo Evaristo (Prefácio). ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 10 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1985.p. 85.

<sup>154</sup> Informação encontrada no site “Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. In: <http://www.adesg.org.br/portal/features/turmas-esg/93-turma-de-1962>. E também no **Almanaque do Exército para 1970**, organizado pelo Ministério do Exército.

relevante com a Editora da Biblioteca do Exército, publicando sete livros que tinham o comunismo como tema principal.

De acordo com Sandra Regina Souza, é comum que se encontrem, no IPM 709, apreciações sobre os comunistas ora como meros apêndices da URSS, ora como irracionais, traidores, fanáticos e desequilibrados. Imagens se repetem e relacionam o comunismo à violência, à destruição e ao fanatismo, como também a uma doença, ao estrangeiro e à ilusão<sup>155</sup>. Evidenciam-se nele traços fortemente conservadores, anticomunistas e de nacionalismo autoritário a favor da manutenção de valores tradicionais, religiosos e familiares. Ao fim e ao cabo, valores relacionados à família, à moral, à autoridade e à “lei e ordem”<sup>156</sup>.

O IPM 709 trazia ainda as “bases ideológicas ou filosóficas do comunismo”, através da apresentação de algumas ideias e trechos das obras de autores como Karl Marx, Friedrich Engels e Vladimir Lênin feita no seu primeiro volume. O internacionalismo proletário e a internacional comunista, ou a Komintern, também foram incessantemente descritos.

Em sentido contrário ao de Motta, verifica-se que, mesmo depois do AI-5, com o recrudescimento da ditadura, a Bibliex continuou a publicar títulos anticomunistas. O livro *A Intentona Comunista de 1935*, do militar José Campos Aragão, faz parte desse esforço da Bibliex em informar os leitores brasileiros sobre a “peste bolchevique”. Publicado em 1973, o livro teve como fonte o IPM 709 do General Ferdinando de Carvalho.

O livro se divide em duas partes: na primeira, o autor se dedica à “síntese da formação do partido comunista brasileiro”<sup>157</sup> e busca apresentar a ANL, Aliança Nacional Libertadora, como a articuladora da Revolução. Na segunda parte, Aragão transcreveu, com a versão dos militares, documentos, ofícios, depoimentos e fotos que serviram para corroborar seu discurso de condenação à Intentona Comunista.

---

<sup>155</sup> SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. Os sete matizes do rosa ou o Mundo contaminado pela radiação comunista... **Op.cit.**, p. 14.

<sup>156</sup> **Idem**, p. 51.

<sup>157</sup> ARAGÃO In: OLIVEIRA, Natália Vial de. **A Intentona Comunista na Bibliex: Em guarda contra o Comunismo**. XIV Encontro Regional – ANPUH, RJ. Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 19-23 de julho de 2010. p. 7.

Segundo Aragão, os participantes dos levantes eram traidores da pátria, submissos ao imperialismo russo, “extremistas e sanguinários”<sup>158</sup>. Grosso modo, o livro utiliza-se dos acontecimentos de 1935 para combater as ideias comunistas de seus dias, fazendo um resgate do passado no intuito de alertar para o que poderia acontecer no presente se o comunismo não fosse derrotado. Portanto, Aragão mostra que a história pode se repetir, evocando o passado a fim de mostrar como o presente poderia se tornar “sangrento” se os comunistas se rebelassem novamente. Por conta disso, era importante a coerção aos comunistas, justificando-se, assim, a repressão direcionada aos partidos de esquerda.

Sucesso de venda no ano de publicação, *Os subversivos*, de Joseph Bernard Hutton, foi um dos livros mais comentados no ano de 1975, tanto que o próprio Plínio Corrêa de Oliveira publicou uma resenha sobre a obra, recomendando-a veementemente a todos os seus seguidores. Conforme o líder da TFP, a leitura d’*Os subversivos* poderia “levar o leitor a uma atitude de maior vigilância contra o comunismo”<sup>159</sup>, já que o livro apresentava estratégias e ações realizadas pelos subversivos.

Joseph Bernard Hutton nasceu na antiga Tcheco-Eslovaquia, tendo estudado na Alemanha, onde residiu durante treze anos. Foi membro do Comitê Central do Partido Comunista Tcheco, tendo, todavia, renunciado ao comunismo, passando daí em diante a militar contra o Partido através de artigos em jornais e livros. Atuou como jornalista em Berlim, Praga, Moscou, Paris e Londres, tendo escrito quase duas dezenas de livros, sendo grande parte de temática anticomunista.

Um dos motivos que justificam a explosão de venda d’*Os Subversivos* se deve à biografia de seu autor, pois, sendo ele um ex-comunista, o público acreditava que Hutton era um homem que podia falar com propriedade daquilo que conheceu e vivenciou. Para dar credibilidade, o autor apresentava documentos secretos e fotos de “ações subversivas” como as de Che Guevara, dos estudantes na França em 1968, de greves operárias e de dispositivos como bombinhas caseiras fabricadas por estudantes no intuito de “comprovar” os métodos utilizados pelos comunistas.

---

<sup>158</sup> **Idem**, p. 8.

<sup>159</sup> **Cf:** [http://www.pliniocorreadeoliveira.info/OUT\\_76-01-27\\_A\\_nova\\_rede\\_do\\_comunismo.htm](http://www.pliniocorreadeoliveira.info/OUT_76-01-27_A_nova_rede_do_comunismo.htm) "Diário de las Américas" (Miami) e "The Remnant", 27 de janeiro de 1976.

Segundo a apresentação da Bibliex, editora que publicou o livro, em *Os Subversivos*, os leitores “encontrarão os motivos por que nós brasileiros [...] repudiamos esse verdadeiro cancro internacional chamado comunismo”<sup>160</sup>. O livro tinha como objetivo denunciar os “meios de subversão: assassinato político, infiltração, recrutamento de pessoal, agitação, terrorismo, doutrinação”<sup>161</sup>.

Hutton também chama a atenção para os não comunistas, aqueles agentes que “são usados pelos “vermelhos”. Tratavam-se de indivíduos que não eram filiados ao Partido, mas que colaboravam consciente ou inconscientemente com as “atividades subversivas”.

Ao longo das centenas de páginas, Hutton oferece dicas práticas de como enfrentar as ações subversivas, chamando atenção para o fato de que o “Ocidente precisa sempre estar de guarda contra a quinta coluna vermelha dentro do seu seio”<sup>162</sup>. O autor procura ainda deixar explícito que todo homem “sem levar em conta a nacionalidade, cor, religião ou opinião política”, deveria sempre se precaver contra o “inimigo vermelho” para que não fosse usado por ele.

Sendo Hutton um ex-comunista que se arrependeu de defender a causa comunista e, a partir de então, passou a combatê-la tornando-se um anticomunista convicto, é instigante pensar nos motivos que levaram ao seu arrependimento.

Ao que tudo indica, tal como muitos intelectuais, Hutton deixou o partido comunista depois de 1953 ao tomar conhecimento dos crimes de Stalin. Sem dúvidas, a descoberta dos crimes cometidos pelo líder comunista é um motivo plausível para o seu rompimento com o partido. Porém, mesmo assim, isso não necessariamente justifica uma mudança para uma posição político-ideológica tão oposta. Todavia, como já sabemos, nos anos de Guerra Fria, o anticomunismo era um tema de venda garantida nos EUA e em países aliados. Desse modo, não seria ousado supor que um dos motivos que impulsionaram Hutton a se tornar um militante anticomunista tenha sido o fator econômico, pois, seguramente, o autor lucrou e muito com seus livros “antivermelhos”.

Consta ainda na bibliografia de Castello Branco o *Manual Básico da Escola Superior de Guerra*, do ano de 1976. Em 1973, a doutrina da Escola Superior de

---

<sup>160</sup> HUTTON, Joseph Bernard. **Os Subversivos**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1975. (Prefácio).

<sup>161</sup> **Idem**.

<sup>162</sup> **Ibidem**, p. 261.



Guerra, já vista no capítulo anterior, foi sintetizada no seu *Manual Básico*. Tratava-se de uma interpretação completa do país, de seu passado, presente e futuro. O intuito era apresentar os “objetivos Nacionais Permanentes”, ou seja, os valores perseguidos pela nação, que incluíam a soberania, a integração nacional, a integridade territorial, a democracia (de uma maneira adaptada à realidade brasileira) e o progresso. Ademais, o manual listava os obstáculos e pressões a serem enfrentados e determinava o “conceito estratégico nacional” que daria forma a esse enfrentamento nos campos “econômico”, “político”, “psicossocial” e “militar”. Em síntese, o manual se dividia em dois grandes tópicos, a segurança – leia-se a necessidade de enfrentar o “inimigo interno” – e o desenvolvimento econômico do país. Várias edições do *Manual básico*, cada uma com pequenas alterações, foram feitas, mesmo após a redemocratização<sup>163</sup>.

### 2.3.2. Traduções Anticomunistas

A categoria com maior número de livros, vinte e três no total, destaca-se pelo seu teor marcadamente anticomunista. Só para se ter uma ideia, mais da metade desses livros têm, em seus títulos, palavras como “comunismo”, “comunistas” e “subversivos”. Cabe assinalar ainda que alguns desses títulos foram publicados por recomendação da IPES.

Três editoras estavam diretamente ligadas ao IPES, a Distribuidora Record, a Agir Editora e a Edições GRD<sup>164</sup>. Ressalte-se aqui o vínculo pessoal dos donos dessas editoras com o Instituto<sup>165</sup>. Através das suas publicações, essas editoras difundiam os valores ideológicos do grupo do capital multinacional, além de divulgar ideias anticomunistas traduzindo “best-sellers” estrangeiros<sup>166</sup>.

---

<sup>163</sup> MIGUEL, Luís Felipe. Segurança e Desenvolvimento: peculiaridades da Ideologia da Segurança Nacional no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, n.5, 2002, pp. 40-56. Encontrado em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/162/16200503.pdf>. Acessado em: 02/09/2010.

<sup>164</sup> Além dessas, outras editoras, esporadicamente e sem um vínculo direto com o IPES, também publicaram livros recomendados pelo Instituto, como O Cruzeiro, José Olympio, Globo, entre outras.

<sup>165</sup> SPOHR, Martina. **Páginas Golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, maio 2010. pp.35-36.

<sup>166</sup> *Idem*.

Décio de Abreu, um dos fundadores da Distribuidora Record, era membro do conselho executivo do IPES, daí a grande quantidade de livros publicados pelo IPES com o selo dessa editora. Se inicialmente a Record era uma distribuidora de histórias em quadrinhos e serviços de imprensa, a partir da filiação ao IPES, na primeira metade da década de 1960, passou a difundir os valores ideológicos do Instituto, dando um salto qualitativo enquanto empresa.

Atrelado ao grupo do IPES, que tinha forte ligação com a Escola Superior de Guerra, a Distribuidora Record foi crucial na divulgação de concepções anticomunistas e na defesa de um modelo de democracia específico, uma democracia dentro da ordem, que respeitasse o patriotismo, a família e a religião, com cooperação entre patrões e empregados e sem características negativas, como a agitação sindical, o nacionalismo extremado, etc<sup>167</sup>.

A Agir Editora e Livraria era representada por Alceu Amoroso Lima e Cândido Guinle de Paula Machado, fundadores da editora e membros do IPES. Intelectual católico, Amoroso Lima chegou a ministrar palestras do IPES no curso de Atualidades Brasileiras de 1963. A área de atuação da Agir atingia principalmente esferas como a religião, a arte, a literatura, a pedagogia e os livros didáticos. Além de publicar alguns livros recomendados pelo IPES, a Editora operava dando apoio financeiro ao Instituto<sup>168</sup>.

Outra editora atrelada ao IPES era a GRD, sigla que corresponde às iniciais de Gumercindo Rocha Dórea, seu dono e sócio do IPES. Dórea também atuava em diversos órgãos de doutrinação integralista. Realizou grande parceria editorial com o IPES, sendo a editora que publicou o maior número de livros e panfletos do Instituto<sup>169</sup>.

Um aspecto em comum entre essas editoras era o característico estilo combativo das suas edições, com livros nitidamente anticomunistas. Todavia, não se tratavam de livros com propagandas simplistas. Os autores traduzidos buscavam, na legislação, nos discursos, nas personalidades e nos acontecimentos históricos, material de divulgação anticomunista. Procuravam, portanto, sempre mostrar o quão

---

<sup>167</sup> A coleção “Livros para a juventude” publicados entre 1961-1965 são exemplos dessa pretensão de divulgar seus valores. Cf: **Idem**.

<sup>168</sup> **Idem**.

<sup>169</sup> **Ibidem**.

embasadas eram as suas considerações<sup>170</sup>. Ademais, os textos pregavam valores essenciais para o tipo de democracia defendida. Os títulos das obras nos dizem bastante sobre o embate ideológico travado, como veremos a seguir.

Plínio Salgado possui uma vasta literatura sobre o comunismo. No entanto, dentre essa gama de livros, Zonildo Castello Branco escolheu uma única obra sua como referência, *Doutrina e Tática Comunista*, de 1956, o seu mais famoso livro contra o esquerdismo. Salgado nasceu no dia 22 de janeiro de 1895 em São Bento do Sapucaí, cidade do interior de São Paulo. Nessa mesma cidade, aos 18 anos, criou o Partido Municipalista, iniciando aí sua carreira política. Foi romancista, jornalista e ensaísta. Em 1926, publicou seu primeiro romance político, *O Estrangeiro*, que, entre outros assuntos, abordava a “ação corrosiva do comunismo”. Em 1928, foi eleito deputado estadual. Em 1930, em viagem pela Europa, Salgado conheceu novos regimes políticos, especialmente o fascismo Italiano de Bento Mussolini. Esse regime o fez pensar numa saída para o Brasil.

Assim, influenciado pelas ideias fascistas, em 1932, apostando que o Brasil precisava de um movimento político diferenciado para enfrentar os problemas econômicos, sociais, políticos e morais pelos quais passava, Plínio Salgado deu início à Ação Integralista Brasileira (AIB), transformada em partido político em 1935 com Plínio Salgado sendo então confirmado como Chefe Nacional. O posto do chefe era vitalício, e sua figura considerada onipresente. O culto à personalidade, a divinização do líder e a noção de infalibilidade do chefe nacional constituíram-se como um dos traços mais marcantes do integralismo.

A AIB tinha como objetivo o “culto a Deus, à Pátria e à Família, a unidade nacional, o princípio da ordem e da autoridade, o prestígio do Brasil no exterior, a justiça social e a paz entre as famílias brasileiras mediante o sistema orgânico e cristão das corporações; economia social, grandeza e prestígio das forças armadas e a união de todos os brasileiros<sup>171</sup>. Era um movimento de extrema direita, com traços de conservadorismo, tradicionalismo religioso, nacionalismo e autoritarismo.

---

<sup>170</sup> **Ibidem**, p. 77.

<sup>171</sup> ROQUE, José Brito. Plínio Salgado (Trajetória Política e Idéias). In: TEIXEIRA, Francisco Carlos; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**: idéias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000. p. 366.

Seguindo o exemplo do Nazismo e do Fascismo, a AIB, desde o início, utilizou-se dos meios de comunicação de massa para realizar propaganda política. Seus livros, panfletos, pronunciamentos no rádio e principalmente a imagem de Plínio Salgado foram usados como instrumentos para arregimentar novos filiados e conquistar votos nas disputas eleitorais<sup>172</sup>.

A sua propaganda política surtiu efeitos, posto que o movimento da Ação Integralista se expandiu por centenas de municípios em todos os estados brasileiros. Foram milhares de adeptos, dezenas de livros e jornais integralistas em todo país, fazendo com que a AIB fosse considerada o primeiro partido brasileiro de massa.

Em 1937, Salgado candidatou-se à presidência do país. Todavia, com o golpe de estado protagonizado por Getúlio Vargas, as eleições não ocorreram. No ano seguinte, o chefe integralista tenta derrubar Vargas, mas não obtém sucesso e acaba tendo que se exilar em Portugal. Em 1946, com a redemocratização, Salgado retorna ao Brasil, dando continuidade à sua carreira política. Tentou outras vezes alcançar a presidência e foi deputado federal pelo Paraná e por São Paulo. Em 1964, após o golpe militar e ingressa na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), sendo deputado durante grande parte da vigência dos governos ditatoriais, até falecer em dezembro de 1975.

Livro *best-seller* de 1958, *Mestres Do Embuste*, de Edgar Hoover, editado pela Itatiaia, vendeu dois milhões e quinhentas mil cópias, chegando à marca de 29 reedições nos doze anos seguinte ao seu lançamento. Castello Branco foi um dos milhares que adquiriram um exemplar do livro. Em linhas gerais, o livro do diretor do FBI narra a história do comunismo na América e como combatê-lo<sup>173</sup>.

Há que se frisar que esse livro mantém-se atual até hoje. Num sítio eletrônico intitulado “Grupo Terrorismo Nunca Mais”, composto por membros das forças armadas que procuram contar a “história daqueles que combateram a luta armada no Brasil” denunciando os “terroristas” do período ditatorial<sup>174</sup>, o livro de Hoover é

---

<sup>172</sup> FAGUNDES, Pedro Ernesto. “O Chefe Nacional está sempre entre nós”: Imagens de Plínio Salgado nas publicações da Província Integralista Fluminense. **História, Imagens e Narrativas**, n. 10, abril/2010. Encontrado: <http://www.historiaimagem.com.br/edicao10abril2010/chefenacional.pdf>. Acessado em 01 de setembro de 2010.

<sup>173</sup> RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, vol.22 n. 44, São Paulo, 2002.

<sup>174</sup> Conferir: <http://www.ternuma.com.br/index.htm>. Acessado em 08 de outubro de 2010.

citado como bibliografia sugerida, sendo considerado essencial para quem quer conhecer os “terroristas” que os militares “corajosamente” combateram durante a ditadura.

Outro autor de reconhecimento expressivo, Gustavo Corção foi um dos intelectuais mais lidos e discutidos durante o período que compreende as décadas de 1940 e 1970<sup>175</sup>. Publicou quatorze livros e escreveu regularmente artigos para importantes jornais brasileiros. Contava com um público grande, e o delegado Castello Branco seguramente fazia parte do seu universo de leitores.

Corção foi um escritor e pensador católico que militou através de seus escritos pela Igreja Católica e seus mandamentos. Foi também membro da antiga União Democrática Nacional (UDN), um expoente do pensamento conservador no Brasil, a ponto de considerar a implantação do governo militar em 1964 como uma forma de garantir a liberdade civil e de evitar que o país se transformasse em uma ditadura socialista.

Zonildo leu de Corção, o livro *Patriotismo e Nacionalismo*, de 1961, uma obra composta por compilações de conferências feitas na sede da UDN em 1950 e por textos publicados em diferentes jornais do país. O intuito do autor nessa obra foi qualificar e pontuar as diferenças entre o patriotismo e nacionalismo.

Para Corção, patriotismo e nacionalismo são dois sentimentos e duas atitudes que nascem da relação entre o indivíduo e o país ao qual ele pertence. São, porém, sentimentos e atitudes bastante diferentes e opostas, sendo, respectivamente, qualificadas como uma “virtude” e como um “vício”<sup>176</sup>. Corção exemplifica essa sua interpretação em dois fatos históricos: enquanto a invasão da Polônia em 1939 seria um ato nacionalista, a defesa da Polônia seria uma atitude patriota.

Para ele, o patriotismo é uma atitude, e um sentimento, desejável e necessário, tendo em vista que todo e qualquer país precisaria delimitar e definir suas fronteiras e identidades, respeitando o patriotismo dos outros países. Seria

---

<sup>175</sup> SANTOS, Ivaldo. **O Tomismo de Gustavo Corção**. Encontrado em: [www.aquinate.net/revista/edicao%20atual/Estudos/.../Estudo-3-Santos.pdf](http://www.aquinate.net/revista/edicao%20atual/Estudos/.../Estudo-3-Santos.pdf). Acessado em: 01 de setembro de 2010.

<sup>176</sup> CORÇÃO, Gustavo. *Patriotismo e Nacionalismo*. São Paulo: Presença. 1961. p. 09. Encontrado em: [http://www.4shared.com/file/38708804/3d554607/Nacionalismo\\_e\\_Patriotismo\\_-\\_Gustavo\\_Coro\\_-\\_nazismo\\_holocausto\\_integralismo\\_plnio\\_salgado\\_gustavo\\_barroso\\_gilberto\\_freyre.html?dirPwdVerifid=ecd535aa](http://www.4shared.com/file/38708804/3d554607/Nacionalismo_e_Patriotismo_-_Gustavo_Coro_-_nazismo_holocausto_integralismo_plnio_salgado_gustavo_barroso_gilberto_freyre.html?dirPwdVerifid=ecd535aa). Acessado em 05/09/2010.

ainda uma espécie de respeito às tradições e aos antepassados, uma reverência ao país e à sua continuidade.

Por sua vez, o nacionalismo seria uma espécie de isolamento, algo que não visa à reciprocidade, mas que funciona como uma exaltação frente a uma idéia a ser realizada, um desejo de mudança. Nesse ponto, Corção critica Plínio Salgado, Mussolini e Hitler.

Um fato curioso na bibliografia de Castello Branco é a presença de um texto muito semelhante ao seu *Dicionário*. Em *O Jargão Comunista*, publicado em 1964 pela Editora Dominus, Carew Hunt preocupou-se em analisar e definir as gírias e as expressões marxistas e comunistas. Podemos pensar que esse livro pode ter servido de inspiração para Castello Branco redigir seu próprio dicionário, adaptando-o à realidade brasileira.

O propósito de Hunt era analisar o significado dos mais importantes conceitos marxistas-leninistas, além de definir os objetivos dos comunistas e “destacar os resultados dos seus trabalhos na sedimentação dos dogmas do comunismo internacional”. “Agitação”, “fracionismo”, “parlamentarismo”, “reboquismo”, “ditadura do proletariado”, “agitação”, “dialética”, “autodeterminação” e “nacionalismo” são alguns exemplos dos verbetes que integravam o livro.

Nessa mesma direção, *Cartilha do Comunismo: teoria e prática*, escrita por Moshe Decter, traduzido para o português em 1964 e lançado pela Editora GRD, tinha o intuito de elucidar, ponto a ponto, com um sistema de perguntas e respostas, questões relativas à doutrina, aos países e aos acontecimentos históricos vinculados aos “vermelhos”<sup>177</sup>.

Decter nasceu em Tarento, na Pensilvânia, em 1921, e serviu na Segunda Guerra Mundial. Iniciou sua carreira profissional como chefe de uma revista de esquerda. Crítico do macarthismo, concluía que McCarthy era ineficaz e superficial na condução de sua cruzada anticomunista. A partir de 1950, tomou conhecimento da situação dos judeus na União Soviética e começou , a partir de então, a se dedicar a essa temática<sup>178</sup>.

<sup>177</sup> SPOHR, Martina. **Páginas Golpistas...** Op.cit.,p. 76.

<sup>178</sup> Sobre o autor ver: [http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://www.forward.com/articles/11136/&ei=IEG2TI7mCMOB8gbn\\_9i\\_AQ&sa=X&oi=translate&ct=result&resnum=2&ved=0CB8Q7gEwAQ&prev=/search%3Fq%3DMoshe%2BDecter%26hl%3Dpt-BR%26sa%3Dg%26biw%3D1280%26bih%3D615%26prmd%3Do](http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://www.forward.com/articles/11136/&ei=IEG2TI7mCMOB8gbn_9i_AQ&sa=X&oi=translate&ct=result&resnum=2&ved=0CB8Q7gEwAQ&prev=/search%3Fq%3DMoshe%2BDecter%26hl%3Dpt-BR%26sa%3Dg%26biw%3D1280%26bih%3D615%26prmd%3Do). Acessado em 07 de outubro de 2010.

Decter escreveu centenas de artigos denunciando os maus tratos que os judeus sofreram na União Soviética a mando de Stalin. Pelo seu trabalho em prol da causa judaica, ocupou cargos de liderança em algumas de suas organizações. Era um homem com tendências de esquerda, mas um anticomunista<sup>179</sup>.

Por mais que Decter apoiasse as ideias de esquerda, era contrário ao Partido Comunista, especialmente ao PCUS. Discordava das atitudes tomadas por Stalin e, provavelmente por esse motivo, militou contra o comunismo. Porém, diferentemente da maioria dos autores citados nesta seção, Decter não era um homem de direita, conservador e com um discurso alarmista sobre o comunismo. Sua militância anticomunista tinha uma causa e um objetivo bastante plausíveis.

A escritora e cientista política francesa Suzane Labin foi um nome bastante citado pela imprensa brasileira nos anos de iniciais da década de 1960, fato que se deveu ao sucesso que seus livros anticomunistas tiveram no país. A militância anticomunista de Labin não se restringiu apenas ao Brasil, mas se espalhou a toda a América Latina. Seus livros serviram de inspiração para vários autores nacionais iniciarem suas lutas contra o “perigo vermelho” através das palavras.

Nascida em 1913 na França, Labin graduou-se em Ciências pela Universidade de Paris, acumulando diversos títulos e prêmios ao longo de sua vida. A partir de 1943, dedicou-se à escrita de livros anticomunistas. Seu primeiro livro traduzido no Brasil foi *A Rússia de Stálin*, em 1949, com prefácio de Carlos Lacerda. Iniciou-se aí uma parceria com as editoras brasileiras, e diversos livros e palestras proferidas por ela foram transformados em panfletos e publicados no Brasil.

Tal como Decter, Labin dedicou-se à causa anticomunista mediante críticas ao Partido Comunista russo e chinês. Defensora da democracia e dos direitos humanos, discordava da violência e do autoritarismo do partido comunista nesses países, o que, certamente, levou-a a combatê-los. Labin também era simpática às ideias socialistas, mas recusava veementemente a maneira como o partido comunista conduzia e readaptava essas ideias.

---

<sup>179</sup> Em: [http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://www.ncsj.org/AuxPages/070807NYTimes\\_Decter.shtml&ei=IEG2T17mCMOB8qbn\\_9i\\_AQ&sa=X&oi=translate&ct=result&resnum=6&ved=0CDUQ7qEwBQ&prev=/search%3Fq%3DMoshe%2BDecter%26hl%3Dpt-BR%26sa%3DG%26biw%3D1280%26bih%3D615%26prmd%3Do](http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://www.ncsj.org/AuxPages/070807NYTimes_Decter.shtml&ei=IEG2T17mCMOB8qbn_9i_AQ&sa=X&oi=translate&ct=result&resnum=6&ved=0CDUQ7qEwBQ&prev=/search%3Fq%3DMoshe%2BDecter%26hl%3Dpt-BR%26sa%3DG%26biw%3D1280%26bih%3D615%26prmd%3Do). Acessado em 07 de outubro de 2010.

O IPES trouxe a autora da França para lançar seu livro e realizar conferências sobre as “táticas de infiltração comunista” e sobre a “guerra política” para as mais variadas plateias em diferentes lugares do Rio de Janeiro e São Paulo, como a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), a Escola Superior de Guerra (ESG), o Centro das Indústrias do Rio de Janeiro, o Colégio Santo Inácio, o Teatro Municipal, o próprio IPES, o Automóvel Clube e o Colégio Mackenzie. Labin também realizou palestras em outras capitais brasileiras, como Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte<sup>180</sup>.

Zonildo Castello Branco não ficou indiferente ao “fenômeno Labin”, e dois textos da autora constam na bibliografia do seu dicionário. Suas obras mais conhecidas no Brasil são o livro *Em cima da hora: a conquista sem guerra*, publicado pela Editora Record em 1963, e o folheto intitulado *A Guerra Política: arma do comunismo internacional*, de 1964, publicado pela Editora Presença.

*Il est moins cinq* foi lançado na França em 1961, e traduzido como *Em Cima da Hora – a Conquista sem Guerra* em uma curiosa e esclarecedora tradução de Carlos Lacerda<sup>181</sup>. O livro criticava a influência soviética no mundo, denunciando os métodos “maquiavélicos” e as atrocidades cometidas pelos comunistas<sup>182</sup>.

Na sua tradução, Lacerda ressalta a contribuição dessa obra na luta pela democracia no Brasil e acrescenta: “poucos fatores podem ser tão decisivos, na guerra política, quanto um livro. Foi com livros que Lenine deu saída à revolução Russa. É com livros, é com ideias que podemos fazer a Revolução Brasileira”<sup>183</sup>. Lacerda acreditava que aquele livro poderia “salvar o povo”. Desse modo, a obra de Labin libertaria todos aqueles que a lessem das armadilhas do comunismo.

*A guerra política: arma do comunismo internacional*, o outro livro que Castello Branco leu da autora, foi lançado pela Editora Presença em 1964. Nesse livro, Labin apresenta, aos anticomunistas, as armas de combate dos comunistas. Isto é, retrata

<sup>180</sup> SPOHR, Martina. **Páginas Golpistas... op.cit.**, p. 133.

<sup>181</sup> Lacerda traduziu ainda outro livro da escritora, “A Rússia de Stálin: um programa do regime soviético” (1958). Para Lacerda, traduzir era um ato político, e, por isso, na maioria das vezes, procurava traduzir textos que seriam úteis à sua cauda política. Para maiores informações, ver: EUZÉBIO, Eliane. **O poder das idéias: as traduções com objetivo político de Carlos Lacerda**. Dissertação de Mestrado. Área de Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês, FFLCH/USP, 2007.

<sup>182</sup> SOUZA, Marcos Santana. Em tempos de terror e otimismo: o discurso autoritário na Imprensa de Sergipe (1964-1974). **Revista de História e Estudos Culturais**. V.5, n. 3, 2008.

<sup>183</sup> LACERDA, prefácio LABIN. In: EUZÉBIO, Eliane. O poder das idéias: as traduções com objetivo político de Carlos Lacerda. **Op. cit.**, p.65



as maneiras pelas quais os comunistas mentiam, difamavam e agrediam aqueles que lhes fossem contrários recorrendo às manobras sujas da guerra psicológica revolucionária e procurando disseminar, por meio de suas linhas auxiliares de criptocomunistas e inocentes-úteis, a prevenção aos e o descrédito dos anticomunistas.

Dos diversos livros publicados por Plínio Corrêa de Oliveira, Zonildo Castello Branco leu *A Igreja ante a escala da ameaça Comunista*, de 1976, o que evidencia que o delegado era um leitor atualizado, antenado com as publicações mais recentes. Esse livro narra as lutas da TFP chilena de uma maneira a denunciar a contribuição que o Episcopado e o Clero chilenos deram à “política marxista do líder Salvador Allende”<sup>184</sup>, o que, para Plínio Oliveira, deveria servir de exemplo para o Brasil. Assim, o autor alertava os brasileiros para a necessidade de uma maior atenção para o perigo que seria a união da Igreja à subversão, defendendo que o combate ao comunismo deveria ser feito porque ele era o “adversário da Igreja” e o “inimigo máximo de todas as pátrias”.

Devemos lembrar que a preocupação de Oliveira com o apoio da Igreja aos “subversivos” diz respeito especialmente à CNBB, que, de fato, tinha uma posição de esquerda – o que, obviamente, não significava ser comunista. Porém, como sabemos, frequentemente as matizes de esquerda foram “enquadradas” como “comunistas” por segmentos da sociedade. Assim sendo, podemos dizer que Oliveira não era um autor ingênuo e alarmista, uma vez que suas denúncias estavam ligadas a fatos concretos.

Plínio Corrêa de Oliveira nasceu em São Paulo em 1908. Iniciou sua militância católica nos anos de 1920 como integrante da congregação Mariana da Paróquia de Santa Cecília, e continuou nessa militância até seus últimos dias de vida (1995). Participou ativamente de atividades de inspiração cristã, foi fundador da Ação Universitária Católica (1929), criou a Liga Eleitoral Católica (1932), foi deputado da Assembléia Constituinte entre 1934-1937, diretor do jornal católico “O Legionário” e ganhou maior notoriedade ao fundar e presidir da Sociedade Brasileira

---

<sup>184</sup> Esse livro encontra-se digitalizado e disponível no site oficial de Plínio Correa de Oliveira. Cf: <http://www.pliniocorreadeoliveira.info/livros/1976%20-%20Escalada.pdf>. O site traz a biografia do líder da TFP, além de suas obras, artigos, entrevistas e discursos.

de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a TFP<sup>185</sup>, uma associação civil que atuaria em todo território nacional.

A fundação da TFP advém do anseio de um grupo de católicos leigos que se identificavam com a doutrina tradicional da Igreja por obter estatuto jurídico para suas atividades. É uma doutrina integrista que defende uma adesão incondicional à tradição e ao papado, buscando um catolicismo autêntico, não influenciado pelo espírito moderno. Seguramente, a TFP foi uma das bases da mobilização civil contra o governo de João Goulart, e apoiou intensamente o golpe e a ditadura que se instauraram.

### 2.3.3. Livros de Teoria Política, Ciência Política, Sociologia e Filosofia

As leituras realizadas por Zonildo durante sua graduação de Direito também foram incorporadas à sua bibliografia. Nela encontram-se, ao todo, dezesseis títulos que remetem à Teoria geral do Estado, à Ciência política, à Sociologia e à Filosofia.

A Teoria geral do Estado (TGE) é a disciplina que estuda os fenômenos do Estado, desde sua origem, formação, estrutura, organização e funcionamento até suas finalidades, compreendendo no seu âmbito tudo que considera pertencer ao Estado ou sobre ele influir. Nela, sistematizam-se conhecimentos jurídicos, filosóficos, sociológicos, políticos, históricos, antropológicos, econômicos e psicológicos.

São quatro os livros relacionados à TGE presentes na bibliografia de Castello Branco: *O Espírito das Leis*, de Montesquieu, *Diálogos*, *A República*, de Platão, *A Política*, de Aristóteles, e *Teoria Geral do Estado* (1934), do jurista e professor Hans Kelsen. Considerado o principal representante da chamada Escola Positivista de Direito, Kelsen era opositor das teorias políticas marxistas. *Ensaio de Sociologia*, de Max Weber; *A Utopia*, de Thomas More, *A Dialética*, do francês Paul Fouquié, *Introdução à ciência política* (1956), do professor e jurista Themístocles Brandão Cavalcanti, *Princípios de Direito Constitucional Moderno* (1955), de Pinto Pereira,

---

<sup>185</sup> ZANOTTO, Gizele. **Tradição, Família e Propriedade: Cristianismo, sociedade e salvação**. In: XI Congresso Latino-americano sobre religião e etnicidade: Identidades e Convergências, 2006. São Bernardo do Campo/SP. Informações encontradas também no site oficial, acima citado.

*Uma teoria de análise política*, do cientista social canadense David Easton, *Teoria do Estado* (1951), de Euzébio de Queiroz Lima, entre outros, são também citados.

Do exposto, observa-se Zonildo Castello Branco passou a integrar a polícia política, que ainda nem se tinha essa denominação no final da década de 1940, portanto, até a data de publicação do seu *Dicionário* foram mais ou menos 30 anos de experiência. Podemos com isso dizer que as leituras que influenciaram o delegado na escrita do seu *Dicionário* foram feitas tanto durante a sua carreira de policial quanto durante a sua graduação em Direito.

Os sessenta e dois livros consultados pelo delegado para elaborar seu texto, dos quais apresentamos apenas os principais, demonstram que Castello Branco representava mais que um policial que exercia sua função administrativa. Ao realizar leituras publicadas pelos ideólogos do Regime, e, principalmente, ao sistematizar e reproduzir essas ideias, o delegado tornava-se um reproduzidor da ideologia da Doutrina de Segurança Nacional.

Suas leituras mostram-no como um policial exemplar, que buscava se informar e conhecer o inimigo subversivo. Um policial, portanto, completo, revestido de valores e de qualidades morais que o colocavam do lado do bem, da justiça e da defesa da Pátria.

Além do mais, o perfil da bibliografia do *Dicionário* deixa nítida a ideologia de Zonildo, que aparece como um homem claramente anticomunista, alinhado com os ideais difundidos pela ESG e pela comunidade de Informação. Todavia, resta-nos saber as matizes que compõem seu anticomunismo, tal como veremos no capítulo seguinte.

Elio Gaspari, em *A Ditadura Encurralada*<sup>186</sup>, apresenta diversos manifestos da comunidade de informação/repressão contra o processo de abertura de Geisel. Inúmeros panfletos, jornais e cartazes, alertando que o perigo do comunismo e da subversão continuavam, foram distribuídos, em caráter restrito, dentro da comunidade. Essas publicações serviam ainda para demonstrar que o grupo não estava satisfeito com as medidas adotadas pelo governo e evidenciavam o desejo de prosseguir com seu trabalho no combate ao inimigo.

A análise da fonte nos leva a acreditar que Zonildo Castello Branco, delegado do DOPS, não estaria satisfeito com o processo de abertura política proposta pelo

---

<sup>186</sup> GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

governo Geisel, já que, em seu texto, nosso autor realça o perigo que o país ainda corria de ser invadido e tomado pelos subversivos.

O capítulo que segue é um desdobramento deste, e nele voltaremos nossa atenção aos verbetes do *Dicionário*, procurando entender tanto a maneira pela qual Zonildo internalizou e reproduziu as leituras que fez a respeito da subversão como quais eram suas justificativas para a repressão.

## Capítulo Terceiro

### DESVENDANDO O DICIONÁRIO: ENTRE OPOSITORES, POLICIAIS E AS “PESSOAS DE BEM”.

Objetivamos, neste capítulo, analisar os verbetes do “Dicionário da Repressão”, composto por 1813 termos<sup>187</sup>. Visando facilitar o trabalho analítico, agrupamos os verbetes em três categorias: 1) opositores do governo ditatorial; 2) o trabalho da Polícia Política no combate aos inimigos; 3) as “pessoas de bem”.

Desse modo, nossa análise pautar-se-á num tripé que compreende a identificação dos adversários do Estado que ameaçavam a ordem estabelecida, das ações preventivas e repressivas dos policiais da Polícia Política, cuja função era reprimir as contestações ao governo e a desordem, e, finalmente, daquilo que era considerado pelo autor do livro como a “boa sociedade”.

Neste capítulo, pretendemos, portanto, entender o discurso do delegado Zonildo Castello Branco, destacando sua lógica, sua visão de mundo e suas justificativas para a repressão<sup>188</sup>.

#### 3.1. Os opositores do Governo

Para detectar as ameaças à ordem e aplicar as respectivas medidas coercitivas, Zonildo mapeou os adversários do governo, colocando-os numa hierarquia organizada de acordo com o seu grau de periculosidade.

No entanto, antes de atentarmos para essa tipologia dos subversivos, é bom que se destaque aquilo que Castello Branco entendia por subversão:

SUBVERSÃO – (1) Emprego planejado da propaganda e de outras ações principalmente de cunho psicológico, com o objetivo de conquistar a população para um movimento revolucionário que visa alcançar o poder. (2) Ação tendente a enfraquecer a lealdade de uma pessoa ao seu governo, ou organização, como prelúdio à defecção, ou ao trabalho de recrutamento. (3) Esforços para alterar o caráter ou fidelidade de uma organização. Na subversão, pode-se estabelecer a seguinte hierarquia, quanto ao grau de

---

<sup>187</sup> Dos 1813 verbetes, 898 retratam os adversários do governo; 778 se referem ao universo policial da Polícia Política e 137 dizem respeito à boa sociedade, que legitimava a Ditadura.

<sup>188</sup> No Anexo II encontram-se na íntegra alguns dos verbetes que utilizaremos no decorrer deste capítulo, além de outras expressões que consideramos relevantes para o leitor ter uma ideia mais precisa sobre o teor do *Dicionário*.

participação das pessoas: 1) Simpatizantes. 2) Aliados. 3) OPP<sup>189</sup>. 4) Militantes. Quadros. (...) Os “companheiros de viagem”, os “oportunistas” e os “inocentes úteis” também participam, porém, de forma concorrente, ou seja, sem objetivarem o mesmo que os comunistas, ou melhor, a tomada do poder para os marxistas-leninistas<sup>190</sup>.

Nesse sentido, aquele que praticava a subversão, era definido como:

SUBVERSIVO – Que subverte ou pode subverter; revolucionário; contrário à ordem. Com grande proveito recomenda-se a leitura do livro “Os subversivos” de Bernard Hutton, publicação da Biblioteca do Exército, ano de 1975. Constitui crime contra a Segurança Nacional, o transporte de subversivos em aviões<sup>191</sup>.

Para Castello Branco, a subversão consistia em qualquer ato de insubordinação ao poder constituído, enquadrando assim qualquer indivíduo que não agisse de acordo com as premissas do governo ditatorial na categoria dos “subversivos”, fato que caracterizava um grupo enorme de pessoas como tais.

Podemos destacar ainda a influência da literatura anticomunista estrangeira no discurso do delegado mediante a citação do livro de Bernard Hutton, já detalhado no segundo capítulo. Todavia, a análise dos verbetes nos permite observar que, embora o modelo de subversivo estrangeiro tenha sido frequentemente utilizado pelo delegado, há uma preocupação em marcar as peculiaridades do subversivo brasileiro em seu discurso.

Essa especificidade estava estritamente relacionada ao contexto de abertura política na medida em que se verifica uma quantidade notável de verbetes apontando como subversivos membros dos movimentos sociais (já citados no capítulo anterior) e instituições que, de alguma forma, apoiaram e lutaram pela redemocratização. Portanto, Zonildo conferiu a essas pessoas e organizações uma particularidade que os distinguia dos subversivos de qualquer outra Nação, demonstrando com isso que nem todas as tipologias subversivas foram copiadas ou reproduzidas de abordagens estrangeiras.

Tendo salientado a relevância do contexto de abertura política para a construção da tipologia dos subversivos, faz sentido examinarmos de que maneira o

<sup>189</sup> Organismo Pára-Partidário. Conforme o delegado, a OPP é uma grupo formado por simpatizantes de Organizações de esquerda, que seguem suas orientações. CASTELLO BRANCO, Zonildo. Segurança Nacional e Subversão: Dicionário teórico e prático. **Op. Cit.**, p. 248.

<sup>190</sup> **Ibidem**, p. 341.

<sup>191</sup> **Idem**.

delegado definia a abertura política: “Palavra de ordem das esquerdas, visando a obtenção de facilidades no movimento subversivo”<sup>192</sup>.

Esse é um verbete de importância fundamental, pois aponta para uma visão negativa da abertura política, posto que Zonildo colocou todo o peso da responsabilidade pelo processo de redemocratização na esquerda, deixando de citar que, desde o fracasso do modelo econômico em 1973, precipitado pela crise mundial do petróleo, o governo apresentava dificuldades em manter o apoio da população, o que contribuiu para que uma parcela dos militares e dos civis, inclusive do empresariado, apoiasse a distensão<sup>193</sup>. A pressão internacional pela reabertura também foi silenciada pelo delegado. Ao delimitar a abertura somente pela ótica dos movimentos sociais, desenhando-os como inimigos, o delegado desprezou esse processo, reforçando, com isso, o perigo que a subversão ainda representava para o país.

Uma das principais motivações para a escrita do *Dicionário* foi alertar para o pessoal dos órgãos de repressão/informação que o perigo da subversão continuava a existir no Brasil, dando a entender que o país não estava preparado para a retomada democrática e, conseqüentemente, para a eliminação da polícia política, o que, obviamente, atingiria Castello Branco.

O fato de escrever um dicionário dedicado à subversão e à Segurança Nacional e publicá-lo no ano de 1977 é bastante significativo. Afinal, ao condensar todas as tipologias subversivas num texto dessa magnitude, o delegado fez com que a subversão apresentasse uma projeção muito maior do que de fato possuía naqueles anos de abertura política.

No entanto, a confecção desse documento pode ter sido propositalmente planejada, objetivando endossar o seu repúdio à redemocratização. Isso não exclui, obviamente, o fato de o *Dicionário* se caracterizar como um “discurso dos sentimentos”, no qual Castello Branco verbalizou, ainda que nas entrelinhas, suas emoções em relação ao “outro”, sejam eles os subversivos ou os comunistas.

O papel de alguns segmentos da Igreja Católica no processo de abertura política foi bastante relevante. Aliás, desde 1972, os bispos Dom Helder Câmara e Paulo Evaristo Arns lutavam pelos direitos humanos, repudiando a prática de tortura

---

<sup>192</sup> CASTELLO BRANCO, Zonildo. Segurança Nacional e Subversão... **Op. Cit.**, p. 1.

<sup>193</sup> Para mais detalhes, ver: KUCINSKI, Bernardo. **Abertura... op.cit.**,

exercida pela ditadura. Zonildo não ficou indiferente a isso, definindo a atuação desse segmento da Igreja nos seguintes termos:

CLERO PROGRESSITA – Ala da Igreja que, divergindo da doutrina tradicional, forma a “esquerda” do clero, ligando-se à subversão, mas recorrendo ao manto da Igreja, sempre que se vejam em risco de serem processados<sup>194</sup>.

Nessa passagem, o autor destaca a posição de esquerda no interior da Igreja Católica. No entanto, mais que estigmatizar o clero progressista, o delegado expressou seu julgamento da esquerda católica, ao afirmar que os membros religiosos realizavam atos subversivos, mas valiam-se da proteção da Igreja para não serem punidos. Transparece, assim, um sentimento de indignação e antipatia pela intocabilidade da Igreja frente os órgãos de repressão, uma vez que, segundo sua opinião, a polícia política teria que tratar os “subversivos” católicos de maneira menos severa.

Reforçando sua desaprovação e sua desconfiança quanto a alguns religiosos, Zonildo, em outro verbete, diz:

[...] É extremamente difícil distinguir os limites onde a sinceridade e a hipocrisia se encontram na defesa ou na exploração de justas causas da miséria e da injustiça humana. A verdade é que se observam constantemente atividades subversivas de religiosos que procuram exacerbar as populações, lançando-as contra as bases da ordem vigente [...]<sup>195</sup>.

Convém destacar que para Zonildo e seus companheiros da Polícia Política era mais difícil e complexo lidar com os subversivos religiosos, uma vez que envolvia a Igreja e a esfera do sagrado. Dessa forma, na hierarquia subversiva, os “subversivos religiosos” careciam de um tratamento investigativo e repressivo mais cauteloso. Como um instrumento internacional da Igreja Católica no combate à ditadura, Zonildo aponta a Anistia Internacional, também apresentada como:

uma Frente Internacional. Veja Frente Internacional. Foi fundada em 25/5/61, pelo advogado britânico Peter Beneson<sup>196</sup>.

<sup>194</sup> CASTELLO BRANCO, Zonildo. Segurança Nacional e Subversão... **Op. Cit.**, p. 42.

<sup>195</sup> **Ibidem**, p. 177.

<sup>196</sup> **Ibidem**, p. 10.



Se seguirmos a recomendação de Castello Branco e atentarmos para o verbete “Frente Internacional”, concluímos que a Anistia Internacional era um órgão subversivo, sendo que, para Zonildo, as Frentes Internacionais faziam parte “do movimento Comunista Internacional”, funcionando como “instrumento de ação e órgão de apoio”. Segundo o delegado, as frentes internacionais representavam “grande ameaça e um perigo infinitamente maior do que o representado pelo Partido Comunista”, já que “as frentes não se dizem comunistas, nem aparecem com o nome de frentes” no intuito de atrair “nosso bom, patriótico e democrático povo” para seus “propósitos elevados e belíssimos”, quando, na verdade, desejam “levar à causa comunista”<sup>197</sup>.

Ao afirmar que a Anistia Internacional era uma Frente Internacional, Zonildo conferia a ela um perigo iminente, apontando todos aqueles que a ela recorriam ou dela fizessem parte como um subversivo bastante ameaçador.

Dessa forma, a ONG entrava na lista de opositores do governo e, conseqüentemente, na tipologia de subversivos elaborada pelo delegado, posto que criticava e denunciava os abusos e a violência praticada pelo governo militar brasileiro. Podemos ainda pensar que as críticas da A.I. referentes à violência ditatorial atingiam pessoalmente o delegado, uma vez que ele estava diretamente ligado à repressão.

Em outro verbete, o delegado especifica uma outra Frente Internacional, a “FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE MULHERES DEMOCRÁTICAS - Frente Internacional”<sup>198</sup>, uma organização internacional formada por mulheres, com o objetivo de propagar e defender a ideologia comunista pelo mundo, enfatizando o papel das mulheres nessa luta. Fundada em Berlim logo após a Segunda Guerra Mundial, a Federação Internacional de Mulheres Democráticas reuniu, em torno da política, milhares de mulheres no mundo todo.

A propósito dessa associação, em 1975, quando estava exilado na Europa, Luiz Carlos Prestes escreveu um texto no qual agradecia a ajuda da Federação na realização de protestos no exterior denunciando as atrocidades cometidas pelo

---

<sup>197</sup> **Ibidem**, pp. 146-148.

<sup>198</sup> **Ibidem**, p. 135.

governo ditatorial brasileiro<sup>199</sup>. Dessa maneira, além de serem mulheres e comunistas, as componentes atacaram, num ambiente estrangeiro, o trabalho de Zonildo. No entanto, diferentemente dos demais verbetes, nos quais o delegado explicou e traçou a trajetória de cada um dos órgãos subversivos, nesse caso ele tão somente qualificou a Federação como uma “frente internacional”, apenas constatando sua existência. Isso pode significar que, na concepção do delegado, uma mulher comunista poderia ser duplamente subversiva, uma vez que subvertia a ordem por ser comunista e, mais ainda, por ser mulher e estar renegando sua função de esposa e de mãe.

Em muitos dos verbetes, Zonildo ressaltou fatos e acontecimentos vivenciados por ele como policial da Polícia Política. Sendo assim, é óbvio que ele sabia que havia mulheres militantes e ativas que participavam dos movimentos de esquerda e/ou de resistência no Brasil durante a Ditadura, pois, ainda que, como apontam as pesquisas, as mulheres fossem um número muito inferior ao da participação masculina, é fato que atuaram na cena política brasileira do período<sup>200</sup>. Assim, ao deixar de estigmatizar a mulher como comunista, militante, combatente e ativa, o autor desqualificou a mulher como “ser ativista deliberado”, restringindo-a somente ao espaço privado. Verifica-se, em última instância, o machismo do autor, pois a história do comunismo, ou melhor, do combate ao comunismo travada por ele era uma história de homens. A mulher militante política não foi encarada como sujeito histórico, sendo excluída do jogo de poder.

Sob este aspecto, convém assinalar que o gênero predominante no *Dicionário* é o masculino. Eram os homens que lutavam contra a ditadura, homens comunistas e subversivos, homens que defendiam o governo ditatorial, homens que trabalhavam na polícia política<sup>201</sup>.

---

<sup>199</sup> Para ver o texto na íntegra:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:vbtLmeQA3HsJ:www.marxists.org/portugues/prestes/1975/07/declara.htm+federa%C3%A7ao+internacional+das+mulheres+democraticas&cd=9&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&source=www.google.com.br>. Acessado em 28 de janeiro de 2011.

<sup>200</sup> COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. RIDENTE, M.S. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, 1990. pp.113-128.

<sup>201</sup> HUGGINS, Martha; HARITOS-FATOUROS e Mika; ZIMBARDO, Philip chamam a atenção sobre o silêncio da Academia e da mídia no que diz respeito à participação de mulheres policiais nos órgãos repressivos durante a Ditadura militar Brasileira. **Cf. Operários da Violência**. Policiais torturadores e assassinos reconstróem as atrocidades brasileiras. Brasília: EdUnB, 2006. p.167.

Segundo Michelle Perrot, quando se trata da história das mulheres, o silêncio pode ser revelador<sup>202</sup>, pois indica o esforço que os homens, durante muito tempo, fizeram para apagar seus traços tanto públicos como privados<sup>203</sup>. Nesse sentido, o fato de Zonildo calar-se sobre o gênero feminino pode nos dizer muito em relação à sua concepção sobre a mulher. Confirmando o que foi mencionado, o delegado lembrou-se das mulheres em alguns brevíssimos verbetes como: “mulher casada e mulher viúva”<sup>204</sup>, em que recorreu ao Código Civil Brasileiro para explicar que as mulheres menores de 18 anos eram “irresponsáveis” pelos seus atos. Aqui, Zonildo evidenciou sua formação acadêmica em Direito, mostrando seu conhecimento em relação às leis no Brasil. Contudo, não podemos deixar de pensar que num dos únicos verbetes destinados às mulheres, o delegado acrescentou os adjetivos “casada” e “viúva”, dando a entender que o que caracterizava uma mulher era sua qualidade de esposa. Sendo assim, a condição da mulher, na percepção do policial, estaria vinculada à casa, ao marido e à vida familiar.

Por sua vez, as frentes Internacionais das quais a Federação Internacional de Mulheres Democráticas faziam parte mereceram o destaque do delegado, não como um órgão político, mas como mero instrumento de manipulação:

FRENTES INTERNACIONAIS- O Movimento Comunista Internacional, para a realização do processo revolucionário mundial, recorre aos Instrumentos de Ação e os Órgãos de Apoio. Como Instrumentos de Ação, se vale o MCI dos Partidos Comunistas dos Países não comunistas, as organizações de Frente e outras forças. Os órgãos de Apoio do MCI são os Governos de países socialistas, as embaixadas socialistas, os escritórios ou representações comerciais etc. As organizações de Frente Comunistas, no Brasil, como nos demais países não-comunistas, representam a grande ameaça, e um perigo infinitamente maior que o representado pelo Partido Comunista ou Partidos Comunistas Locais, ou qualquer de suas alas dissidentes. [...] Existem Frentes Internacionais Comunistas, sediadas em países satélites da URSS, como a Federação Sindical Mundial (FSM), o Conselho Mundial da Paz (CMP), a União Internacional dos Estudantes, a Anistia Internacional etc., e existem Frentes Nacionais, filiadas às Internacionais e por elas dirigidas e mantidas. No âmbito nacional, as frentes não se dizem comunistas, nem aparecem com o nome de Frente. Elas aparecem com Ligas, Associações, Clubes, Campanhas etc., interferindo na organização religiosa, cultural, pacifista, econômica, beneficente, intelectual, feminista, estudantil, classista etc. Todas surgem apregoando seus propósitos elevados e belíssimos programas de ação e atuam procurando não atrair a atenção das Autoridades e não assustar seus militantes não-comunistas, e, por vezes, em face do entusiasmo que provocam, chegam a pleitear subvenção do Governo contra

<sup>202</sup> PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005. pp.09-26.

<sup>203</sup> **Ibidem**, p. 29.

<sup>204</sup> CASTELLO BRANCO, Zonildo. **Op. cit.**, p. 236.

o qual estão agindo. Para que a concepção das Frentes seja bem compreendida basta dizer que o comunista alemão Willi Munremberg, que teve a tarefa inicial de organizá-las, denominou-as “Clubes Inocentes”, nome que não ficou, por motivos óbvios, mas que revela bem a idéia estratégica básica. Sua forma de ação é tão velada, que existe uma série de organizações fichadas como “provavelmente comunistas”, ainda funcionando e arregimentando militares, sem que possamos fazer mais do que observar suas atividades. A razão dessa tolerância decorre da certeza de que seria tomada como arbitrariedade, violenta e contrapudente, uma ação prematura contra certas organizações, cujos programas coincidem com nossos mais nobres ideais, antes que elas tivessem revelado os reais e espúrios objetivos. [...] Elas servem de ponte, de aliança, tática, de cobertura ou veículo para os serviços secretos comunistas, e desenvolvem propagandas procurando mostrar a simpatia, o apoio e a aceitação do comunismo no Mundo. [...]”<sup>205</sup>.

Nas entrelinhas do seu discurso, pode-se ler que não foram exatamente as Frentes Internacionais que Zonildo desejou realçar nesse verbete. Pode-se averiguar que, indiretamente, o delegado pôs o foco sobre os movimentos sociais brasileiros, pois apontou as ligas, as associações, os clubes e as campanhas como uma “grande ameaça”, como o verdadeiro perigo da implantação do comunismo no Brasil.

Mais uma vez, tudo leva a crer que o policial estivesse remetendo esse “grande perigo” ao momento de abertura política, pois, como mostramos no segundo capítulo, foi a partir de 1975 que os movimentos sociais, mediante a resistência democrática, lutaram contra a ditadura, movimentos esses denominados pelo delegado como “ligas”, “associações”, “clubes” e “campanhas”. Porém, como já salientado, os indivíduos, entidades e instituições inseridos na luta pela redemocratização eram bastante heterogêneos<sup>206</sup>, sendo que apenas uma parcela minoritária tinha como intuito a causa comunista.

Entretanto, verifica-se um discurso paranóico, posto que Zonildo insistia em caracterizar como comunistas os movimentos sociais que estavam fervilhando no contexto em que ele escrevia. Paranóico também porque, em 1977, quando publicou seu *Dicionário*, e mesmo nos anos precedentes, quando o escreveu, praticamente todos os comunistas no Brasil já haviam sido silenciados pela Polícia Política, sendo presos, mortos ou exilados. Assim, os comunistas remanescentes eram muito poucos e certamente não tinham poder para, sozinhos, realizarem a “revolução

---

<sup>205</sup> **Ibidem**, pp.146-148.

<sup>206</sup> Bernardo Kucinski ressalta que até mesmo empresários de direita e autoritários, a partir de 1974 com a crise econômica, passaram a defender a abertura. Para saber mais, ver: KUCINSKI, Bernardo. **Abertura: a história de uma crise**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982. p. 33.

vermelha”. Ademais, muitos deles haviam se comprometido com outras plataformas de oposição, como o MDB, com entidades científicas ou de representação de classe e com demais formadores de opinião.

Como se sabe, os movimentos sociais compostos por diferentes ideologias tiveram um papel relevante na luta pelo fim da Ditadura na medida em que mobilizaram a opinião pública contra o governo, contribuindo significativamente para a abertura política. Portanto, a desconfiança de que os comunistas estavam por todos os cantos esperando a primeira oportunidade para tomar o poder é um tanto quanto exagerada ou mesmo injustificada, tendo lógica apenas no discurso paranóico elaborado pelo delegado.

As considerações de Pierre Ansart sobre os diferentes tipos de ideologia nos ajudam a explicar tal discurso. A ortodoxia elaborada pelos ideólogos da ditadura, por meio da Doutrina da Segurança Nacional, é o que Ansart nomeia de “ortodoxia terrorista”, em que não se desejava apenas a obtenção de uma conformidade, mas em que também se pressupunha o exercício da violência sobre os adversários<sup>207</sup>. Além do mais, nesse tipo de ideologia, os mitos e as propagandas são tratados como verdades absolutas, que devem ser absorvidas e seguidas pela população. Sabendo-se disso, é evidente que Zonildo introjetou a “ortodoxia terrorista”, passando a ser um defensor entusiasta da “verdade” pregada pelo Regime.

Nessa esteira, Zonildo conferiu a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, desejavam o fim da Ditadura o predicado de “comunista”. O delegado enxergava supostos comunistas por quase todos os lados e em quase todos os lugares. No seu discurso, existe uma nítida perseguição, ou melhor, uma dupla perseguição, por meio da qual os comunistas perseguiram a sociedade e, conseqüentemente, para cumprir seu dever, o policial perseguia os comunistas.

O verbete reforça ainda mais uma de nossas premissas, a de que o delegado estava em desacordo com a abertura política proposta pelo General Geisel. Em sua fala, Zonildo aparentava simpatizar com o governo autoritário brasileiro – para ele, como veremos adiante, uma democracia –, tendo em vista que condenava os movimentos sociais e sua luta pela redemocratização, tanto como o próprio discurso oficial.

---

<sup>207</sup> ANSART, Pierre. *Op. cit.*, p. 150.

Sobre o seu objetivo de qualificar os subversivos, chama-nos a atenção o seguinte verbete:

ANARQUISMO – é uma doutrina política que postula a anarquia social, ou seja, a ausência de toda autoridade na organização dos interesses coletivos. Inexistência de Governo. Iniciativas espontâneas e individuais, sem o controle de quem quer que seja. Apareceu como teoria Política na segunda metade do século XIX. Com o advento do comunismo, foi relegado a plano secundário e, gradativamente foi desaparecendo do cenário político internacional. Atualmente não há anarquismo nem anarquistas (...). Ao contrário do comunismo, que prega um Estado totalitário, o anarquismo visava o desaparecimento do Estado<sup>208</sup>.

Embora o anarquismo não representasse um efetivo perigo naquela conjuntura, como o próprio delegado afirmou, ele fez questão de escrever sobre o anarquismo num *Dicionário* que trata da subversão e da segurança nacional. Assim sendo, ainda que inexpressivo, o movimento anarquista, na visão do delegado, ocupava, mesmo que num grau menor, uma posição entre os diferentes tipos de subversivos. Afinal de contas, na leitura do autor, os anarquistas desejavam destruir um dos aspectos mais caros a Zonildo, a ordem estabelecida.

Num outro extremo, os integralistas, que não apelavam para o fim do Estado como os anarquistas, também foram estigmatizados pelo delegado:

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA – Movimento Revolucionário ocorrido no Brasil, chefiado por Plínio Salgado. Doutrina político-social criada no Brasil, equivalente ao nazismo e ao fascismo. O partido Integralista foi dissolvido pelo Presidente Getúlio Vargas, em 1937. Essa doutrina nitidamente totalitária, ou seja, anti-individualista e anti-social, não se conformava com a formação democrática do povo brasileiro. O vocábulo integralismo significa que a doutrina propõe a criação de um partido integral, ou seja, um estado que dirige, controla e dá normas para todas as atividades no País<sup>209</sup>.

Certamente não era por comprometer a ordem estabelecida que os integralistas poderiam ser considerados subversivos, mas pela sua pretensão totalitária, que significava para Zonildo ser “anti-individualista e anti-social”. Segundo o delegado, assim como o nazismo e o comunismo, o integralismo não respeitava a democracia, que Castello Branco defendia com veemência, como veremos no decorrer desta análise. Em sua lógica, os indivíduos, grupos ou instituições que colocassem a democracia em perigo seriam, acima de tudo, inimigos do governo, para o qual o ele trabalhava, e mais que isso, acreditava e protegia.

<sup>208</sup> CASTELLO BRANCO, Zonildo. Segurança Nacional e Subversão... **Op. Cit.**, p. 12.

<sup>209</sup> **Ibidem**, p. 2.

Podemos observar com mais profundidade os diferentes tipos de subversivos no seguinte verbete:

AUXILIARES DO PARTIDO COMUNISTA – Sob a dominação de auxiliares do Partido Comunista compreende-se um número imenso de pessoas, supostamente não pertencentes aos quadros da organização mas que, consciente ou inconscientemente, direta ou indiretamente, cooperaram com o Partido, através dos mais variados meios e processos. (...) Vamos enumerar e procurar definir algumas das principais categorias de auxiliares do PC. 1. Cripto-comunistas. São comunistas não confessos, por medo ou conveniência. Entre estes encontram-se, por exemplo, os membros de certos setores secretos do Partido Comunista, como o militar e o jurídico. É o comunista oculto, (...) que se manifesta sempre em favor dos comunistas ou do PC, em todas as ocasiões favoráveis. (...) Os cripto-comunistas procuram dificultar a repressão ao comunismo e orientar as decisões políticas e administrativas em favor dos comunistas. O que caracteriza o cripto-comunista é, por conseguinte, o fato de ser comunista e ocultar a sua ideologia, só se tornado possível identificá-la através de seus atos, suas atitudes ou de referências por correligionários. 2. Simpatizantes. Só as pessoas que, ainda que não comunistas são condescendentes ou parcialmente adeptos da causa comunista, de seus objetivos ou de seus esforços. Os simpatizantes constituem talvez o grupo mais numeroso de auxiliares. (...) Cooperam nas campanhas do Partido Comunistas, com seu trabalho e ajuda. Participam de cerimônia ou reuniões de comunistas. Assinam memoriais e manifestos. (...) Tem sempre atitudes favoráveis e simpáticas em relação às pessoas, produtos e empreendimentos de nações comunistas, as quais procura visitar ou conhecer. (...) O simpatizante não tem uma ideologia definida. Apenas vê o comunismo com bons olhos. 3. Oportunistas. São indivíduos que por interesse pessoal ou por receio, associam-se à ação partidária, auxiliam-na e procuram obter vantagens. Esse grupo é constituído principalmente pelos políticos profissionais que se aliam aos comunistas para obterem mais votos ou prestígio. (...) 4. Inocente-útil. Essa categoria abrange certos indivíduos que se prestam às manipulações dos comunistas por vaidade, desconhecimento ou inconsciência. (...) 5. Companheiros de Viagem - ou aliados - são elementos não comunistas, algumas vezes mesmo de objetivos contrários aos comunistas, mas que se aliam a estes para a conquista de determinados objetivos em comum (...). (extraído do livro do General Ferdinando de Carvalho, vol.II, páginas 126/132, intitulado “O comunismo no Brasil”, edição da Biblioteca do Exército, anos de 1966/1967)<sup>210</sup>.

Nessa passagem, o delegado permitiu-se reproduzir a hierarquização dos adversários do governo formulado pelo general Ferdinando de Carvalho, que, por sua vez, copiou-a de Suzanne Labin e Bernard Hutton, cujas principais ideias foram vistas no capítulo anterior. Dessa maneira, evidencia-se que a Polícia Política brasileira não apenas traduziu e leu livros anticomunistas estrangeiros como também empregou seus ensinamentos na sua prática profissional. Na ótica exposta ainda nesse verbete, verifica-se que o grau de opositores do governo compreendia um leque determinado pela possibilidade de ameaça ao governo, em que o primeiro

---

<sup>210</sup> *Ibidem*, pp. 21-22.

tipo (cripto-comunista) era o mais extremado, e, portanto, o mais perigoso, e o quinto (companheiro de viagem) seria o menos perturbador da ordem, sem, obviamente, deixar de sê-lo.

Chama a atenção ainda a seguinte afirmação: “O que caracteriza o cripto-comunista é, por conseguinte, o fato de ser comunista e ocultar a sua ideologia, só se tornado possível identificá-la através de seus atos, suas atitudes ou de referências por correligionários”. Percebe-se então que a polícia só tinha certeza de quem era um cripto-comunista quando esse era delatado por um membro de seu grupo. Sabe-se que o que fazia um subversivo delatar seus companheiros era a prática da tortura. Assim, Zonildo citou, aqui, o uso dos métodos de tortura empregados pela Polícia Política, que serviam, entre outras coisas, para fazer falar.

Como não poderia deixar de ser, os professores e os estudantes encontravam-se entre os subversivos catalogados pelo delegado. Sobre eles, declarou:

ESTUDANTES- Veja o Decreto- Lei 477/69, que proíbe a prática de atos subversivos por estudantes e professores nas Universidades do País<sup>211</sup>.

Para compreender esse verbete tão sucinto é necessário cumprir a recomendação do delegado e averiguar o que constava no Decreto Lei 477069, que definia as infrações disciplinares praticadas pelos professores e alunos dos estabelecimentos de ensino públicos ou privados<sup>212</sup>, bem como suas respectivas punições. Conforme a lei, eram considerados subversivos e, portanto, passíveis de repressão os professores e alunos cuja ação levasse a: 1) incitar mobilizações e paralisações; 2) atentar contra pessoas ou instalações; 3) organizar ou participar de passeatas ou comícios que não fossem autorizados pelo governo; 4) conduzir, realizar, confeccionar, imprimir, armazenar ou distribuir material subversivo; 5) sequestrar ou manter em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino; 6) usar dependência ou

---

<sup>211</sup> **Ibidem**, p. 129.

<sup>212</sup> Para consultar o Decreto na íntegra, ver: [http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao\\_14.htm](http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_14.htm). Acessado em 30 de outro de 2010.



recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública<sup>213</sup>.

Essa lei reforçava o perigo que estudantes e professores poderiam oferecer para a ordem estabelecida, apontando-os como potenciais subversivos, de maneira que eram suspeitos simplesmente por sua condição, antes mesmo de cometerem qualquer delito.

Como zeloso guardião da ordem, Zonildo ainda alertou que os focos da subversão eram as universidades, destacando as seguintes instituições: “UCP- Universidade Católica de Petrópolis”; “UCRJ - Universidade Católica do Rio de Janeiro”; “UERJ - Universidade Do Estado do Rio de Janeiro”, “UFF – Universidade Federal Fluminense”<sup>214</sup>.

Note-se que ele assinalou somente universidades cariocas, afinal, o Rio de Janeiro era o grande centro de efervescência política e cultural do país, lugar por excelência das grandes manifestações e, além do mais, local em que o policial atuava.

Ainda no que concerne aos estudantes subversivos, Castello Branco apontou a criação de mártires ou de vítimas como uma estratégia utilizada por esses jovens. Vejamos:

CRIAÇÃO DE MÁRTIRES – ou vítimas – consiste em realizar ou explorar o derramamento de sangue e violência física, ou moral, de que foram vítimas seus correligionários, simpatizantes ou inocentes, em tumultos ocorridos. Visa a aumentar o estado emocional, angariar simpatias para o movimento, desacreditar na força legal e levar os manifestantes a um louco “frenesi”, assegurando o sucesso do tumulto em causas<sup>215</sup>.

É bastante provável que a inspiração de Zonildo para escrever esse verbete tenha sido o falecimento do estudante Edson Luís, que foi morto por um policial durante uma manifestação contra o aumento do preço da comida no Restaurante estudantil do Calabouço, no Rio de Janeiro, em março de 1968.

Segundo Maria do Valle, a morte do estudante por um policial ocasionou manifestações contra a ditadura militar em várias regiões do país, de maneira que seu enterro tornou-se a maior mobilização popular desde o golpe, reunindo mais de

---

<sup>213</sup> **Idem.**

<sup>214</sup> CASTELLO BRANCO, Zonildo. **Op.cit.**, p. 352.

<sup>215</sup> **Ibidem**, p.81.

50 mil pessoas<sup>216</sup>.

Com esse episódio, a violência policial ganhou visibilidade, gerando severas críticas e manifestações contra a polícia e, conseqüentemente, contra a Ditadura. Ao analisar os meios de comunicação da época, Maria do Valle mostra que os policiais foram apontados como culpados, enquanto os estudantes apareceram como vítimas<sup>217</sup>. Assim, a morte do estudante, acompanhada pela enorme repercussão midiática, contribuiu para uma revitalização das lutas estudantis contra a ditadura militar.

Diante do exposto, mesmo que Castello Branco não tenha nomeado nem narrado explicitamente o acontecido, é muito provável que tenha se referido à morte de Edson Luis. Na sua opinião sobre o episódio, Zonildo culpou os manifestantes (estudantes) pela exploração do “derramamento de sangue”, ao passo em que se solidarizou com os policiais (a “força legal”) que foram “desacreditados” por conta dessa estratégia utilizada pelos estudantes subversivos com a finalidade de desonrar os policiais. Nesse ponto, o delegado defendeu seus colegas policiais, evidenciando, com isso, seu sentimento de identificação com o grupo do qual fazia parte e, segundo ele próprio, liderava.

Além dos estudantes e professores, os intelectuais, obviamente, foram apontados na hierarquia dos opositores do governo:

INTELECTUAIS – “A atitude dos Partidos Comunistas para com os intelectuais é ambivalente e contraditória. Quando em oposição, os comunistas apelam para o sentimento de justiça e para o desejo de liberdade. Quando no Poder, exigem obediência irrestrita; são silenciados ou mortos aqueles que não querem converter em instrumentos do Partido” (Hugh Ston-Wats, in “Anatomia do Comunismo, Ed. GRD, Rio, 1963, pág. 58). “A sorte do intelectual no Estado Comunista é ainda mais trágica. Como é o principal propagandista do regime, sua posição exterior pode ser excelente, podendo mesmo viver em grande luxo, mas esse esplendor esconde extremo infortúnio. O escritor jamais pode manifestar suas opiniões e sentimentos. Deve sempre usar máscara e transformar-se num mestre na arte da dissimulação. Também o estudioso é colocado numa apertada camisa-de-força da ideologia comunista; o historiador; o biólogo; o filósofo e até mesmo o filólogo ficam jungidos a certas premissas e conclusões que podem alterar somente com grave risco para si, [...] Depois de serem entusiásticos partidários do Comunismo, os ingênuos simpatizantes, muitos intelectuais - em especial os jovens - se tornaram os seus mais acerbos e mais perigosos adversários. Se ainda é discutível a vitória do Comunismo, deve-se isso principalmente ao fato de que a elite intelectual ainda está tentando se

<sup>216</sup> VALLE, Maria do. 1968: **O diálogo é a violência. Movimento Estudantil e a Ditadura Militar no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 49.

<sup>217</sup> *Ibidem*, pp.68-72.

defender contra a engrenagem do Partido e do Estado. Nem o suborno material, nem o terror político, conseguiram suprimir o anseio de liberdade intelectual” (Walter Kolarz “in”Anatomia do Comunismo, Ed. GRD, Rio, 1963, pág. 13)<sup>218</sup>.

Durante a Ditadura, muitos intelectuais foram rotulados de subversivos pelos órgãos de repressão. Foram inúmeros os casos de intelectuais perseguidos, presos e/ou torturados pela polícia política. No entanto, é preciso deixar claro que subversivo era, segundo o delegado, o intelectual que defendia os princípios de alguma organização de esquerda, ou ainda aquele que, mesmo não fazendo parte de nenhum partido de esquerda, contestava o governo através de sua arte ou de sua escrita. Portanto, era o intelectual que questionava a ordem estabelecida que Zonildo e os policiais da Polícia Política recriminavam.

Porém, a tônica aqui incidia sobre o destino dos intelectuais a serviço do comunismo. Afinal de contas, como vimos no capítulo anterior, grande parte da bibliografia que Zonildo leu para preparar seu *Dicionário* era composta por autores norte-americanos ou europeus anticomunistas, sendo que muitos deles eram ex-comunistas. Então, nesse verbete, o autor apresentou o ponto de vista desses escritores, demonstrando o quanto o comunismo poderia ser manipulador, autoritário e cruel quando desafiado.

Podemos afirmar, apoiando-nos nesse verbete e nos livros anticomunistas que influenciaram o delegado, que Zonildo se referia aqui aos intelectuais perseguidos pelo stalinismo. Detecta-se aí uma vinculação do comunismo brasileiro ao comunismo soviético, uma comparação inevitável, já que o delegado enfocou a atuação dos comunistas brasileiros pela ótica da Guerra Fria. Em outras palavras, o nacionalismo de Castello Branco vê o comunismo no Brasil pela lente estadunidense da confrontação leste-oeste.

Pode-se considerar ainda que se, por um lado, o delegado enfatizou as características pejorativas do comunismo, por outro, ele exaltou as atitudes dos intelectuais que, tal como ele, lutavam através das palavras contra a ideologia comunista. Afinal, seu *Dicionário* não deixa de ser palavras que visavam contribuir para a eliminação do comunismo.

Ainda no que se refere aos tipos de subversivos, chama-nos a atenção a significativa quantidade de verbetes relacionados às drogas: foram 8 expressões

---

<sup>218</sup> CASTELLO BRANCO, Zonildo. **Op. cit.**, pp. 194-195.

cujo sentido faz referências aos narcóticos: “atravessador”<sup>219</sup> (traficante), “cocaína”<sup>220</sup>, “cocainomania”<sup>221</sup>, “distribuidores”<sup>222</sup> (de tóxico), “entorpecente”<sup>223</sup>, “tóxico”<sup>224</sup>, “toxicomania”<sup>225</sup>, e “toxicômanos”. Vale à pena reproduzir na íntegra o seguinte verbete:

TÓXICOS: (1) Para os que atuam em prisões de subversivos, convém saibam [sic] que os mesmos costumam usar tóxicos nos momentos que antecedem suas prisões, ou logo após de presos, com o fim de não apresentarem condições para o interrogatório. A beladona, a atropina, a morfina e o ópio, reduzem a saliva no viciado em tóxicos. Quando se ordena a alguém que cuspa várias vezes seguidamente, pode-se constatar se o elemento é, ou não, viciado em tóxico, pela pouca saliva, ou nenhuma, após algumas cusparadas. (2)- Os comunistas, adotam em outros países a técnica de venderem a baixo custo, e mesmo distribuírem tóxicos, para a conquista de aptos pelo vício. O livro “Os subversivos”, de J. Bernard Hutton, editado pela Biblioteca do Exército, aborda muito bem essa matéria. (3)- legislação atual no Brasil sobre tóxicos [...] (4) Característica do viciado ou dependente: 1. Invencível desejo ou necessidade (obrigação) de continuar a consumir a droga e de procurá-la por todos os meios. 2. Tendência a aumentar a dose. 3. Dependência de ordem psíquica e física em face dos efeitos da droga<sup>226</sup>.

Seguramente, a seleção desses verbetes não foi aleatória. Ela revela que, para Castello Branco, ser um viciado em drogas constituía uma subversão, pois o drogado também era subversivo. Afinal, o uso de entorpecentes era (e é) proibido no país, de maneira que o indivíduo que fizesse uso de drogas estaria infringindo à lei, e, portanto, subvertendo a ordem. Além do que, o vício e os efeitos que a droga poderiam causar num usuário não condiziam com os valores e o modelo de cidadão apreciado pelo governo e, conseqüentemente, por Zonildo, que defendia e concordava com a ideologia estabelecida. Fica então evidente uma condenação moral às drogas, vistas como um elemento maléfico para a harmonia da sociedade.

É flagrante também a relação entre o comunismo e as drogas. Do ponto de

---

<sup>219</sup> **Ibidem**, p. 19.

<sup>220</sup> **Idem**, p. 43.

<sup>221</sup> **Ibidem**.

<sup>222</sup> **Ibidem**, p. 102.

<sup>223</sup> **Ibidem**, p. 116.

<sup>224</sup> **Ibidem**, p. 348.

<sup>225</sup> **Ibidem**, p. 349.

<sup>226</sup> **Ibidem**, p. 348.

vista do delegado, que obviamente foi influenciado por leituras anticomunistas de autores estrangeiros, a droga era um instrumento de troca para os avanços da luta comunista, já que, através dela, era possível conseguir adeptos dispostos a colaborar com a causa comunista, além de servirem para dificultar, como no exemplo, os interrogatórios da polícia.

O comunista representava um elemento perigoso, que, como veremos adiante, ocupava um lugar de proeminência na hierarquização dos opositores do governo. Contudo, pode-se imaginar que o comunista atrelado às drogas oferecia um grau muito maior de periculosidade na medida em que desafiava duplamente a ordem estabelecida, por sua opção ideológica e pelo uso de drogas ilícitas.

Como se pode constatar, os comunistas ocupam um espaço singular no discurso do delegado, que dedicou 734 verbetes a eles, que segundo o autor, eram o “inimigo principal dos países democráticos, como o Brasil”<sup>227</sup>. Para Castello Branco, enquanto inimigo externo, o comunismo ameaçava a liberdade de todos os povos, mas enquanto inimigo interno, o “comunismo ameaça um sistema de governo”<sup>228</sup>. Sendo assim, pode-se afirmar que o comunista era o primeiro da lista hierárquica dos opositores do Regime, representando, portanto, um altíssimo grau de perigo para o governo e para as “pessoas de bem”.

Diante da grande quantidade de verbetes destinados ou relacionados ao comunismo e aos comunistas, optamos por citar apenas as expressões mais representativas. Deve-se mencionar ainda que, nas 764 expressões referentes ao comunismo, encontram-se muitas repetições, podendo isso ser encarado como um recurso para intensificar o “perigo vermelho”.

No universo moral de Zonildo, os comunistas foram estigmatizados como “mentirosos”, “cínicos”, “cruéis”, “violentos”, “oportunistas” e “traidores”, como pessoas que “iludem”, “seduzem” e “convencem” facilmente<sup>229</sup>. Com isso, o delegado retratava o inimigo por meio de características extremamente depreciativas e, ao mesmo tempo, como dotados de extremo poder, pretendendo incitar o seu leitor – o policial da Polícia Política – a puni-los e eliminá-los sem culpa.

Além do mais, podem-se detectar alguns sinais de ódio na maneira pela qual

---

<sup>227</sup> **Ibidem**, p. 189.

<sup>228</sup> **Idem**.

<sup>229</sup> **Ibidem**, pp. 107, 195.

Zonildo estigmatizou os comunistas, posto que os desenhou como criaturas abomináveis. Aqui, podemos lembrar que, conforme muito bem explicou Pierre Ansart, os sentimentos e os ressentimentos na política levam a uma ação. Assim sendo, o sentimento de ódio que Castello Branco nutria pelos comunistas tornou-se uma inclinação agressiva, que visava à sua destruição.

Verifica-se também uma linguagem que conduz à extrema oposição entre os valores do bem e os valores do mal, entre grupos legitimados e grupos não legitimados, fato que, segundo Ansart, é próprio da “ortodoxia terrorista”, que procura constantemente invalidar o inimigo<sup>230</sup>.

A “ortodoxia terrorista” de que nos fala Ansart, e que identificamos em Zonildo, traz, em seu bojo, uma linguagem vazia de informações e de argumentações, já que não visa convencer pelo raciocínio, mas “apenas designar os inimigos”<sup>231</sup>. Assim, “a violência das afirmações, a intensidade das emoções substituem a evolução dos argumentos”<sup>232</sup>. É essa linguagem anunciada por Ansart que verificamos nos 15 verbetes destinados unicamente a definir o comunismo. Ao menos nessas entradas, o delegado não desejou somente explicar a ideologia comunista, mas, para além disso, a repudiou, tornando-a passível de violência e aumentando a distância entre os cúmplices da repressão (os policiais) e suas vítimas (os comunistas).

É preciso salientar ainda que o delegado não leu os clássicos de Marx e, portanto, teve acesso às ideias do pensamento marxiano somente através de comentadores avessos às obras do pensador.

Zonildo demonstrava um conhecimento abissal sobre a imprensa comunista em todo território nacional e sabia todos os códigos e expressões utilizadas pelos comunistas de todos os estados brasileiros, o que evidencia as trocas de informações entre os órgãos de repressão. Como policial que ocupava um cargo de prestígio e de grande relevância no cenário nacional da polícia política, devemos concordar que fazia parte do seu trabalho possuir um vasto conhecimento sobre os “inimigos do estado”. Pode-se perceber também que Zonildo, ao estudar, pesquisar

---

<sup>230</sup> ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder...** Op. cit., p. 153.

<sup>231</sup> **Ibidem**, p.152.

<sup>232</sup> **Idem**.

e frequentar congressos e seminários anticomunistas<sup>233</sup>, estava seguindo as trilhas dos pressupostos da ideologia da Segurança Nacional, que recomendava o conhecimento do inimigo como forma de aperfeiçoamento profissional e amor à pátria<sup>234</sup>.

Maria José de Rezende diz que a Doutrina de Segurança Nacional foi dividida em quatro redes de poderes, o político, o econômico, o militar e o psicossocial<sup>235</sup>. Essa última tinha por objetivo fazer com que a ditadura fosse aceita pela população brasileira. Mais que isso, pretendia-se conquistar as mentes e os corações dos brasileiros, fazendo com que os valores criados pela ditadura fossem internalizados. O que os ideólogos da Doutrina de Segurança Nacional pretendiam era a lealdade das massas, além de uma total homogeneização da sociedade brasileira, não cabendo, portanto, nenhuma diferença de pensamento, comportamento, atitude e sentimentos<sup>236</sup>.

Assim, verificam-se duas tendências marcantes no discurso do delegado. Por um lado, observa-se o sentimento de ódio pelos subversivos, estimulado pela ideologia da Segurança Nacional na medida em que, de acordo com ela, os comunistas eram um mal absoluto, que precisava, portanto, ser eliminado. Por outro lado, constata-se a insistência do delegado em negar a possibilidade da abertura política, como ficou claro na décima primeira definição de “comunismo”:

COMUNISMO(11) - Objetivos imediatos dos partidos Comunistas – São os seguintes: a desmoralização da Revolução de 31 de março de 1964, ao mesmo tempo em que constituem uma “frente única” de todas as esquerdas para empolgar o poder. [...] Além dos objetivos acima, presentemente a plataforma defendida pelos comunistas infiltrados no partido da oposição ao Governo do Brasil, pelos simpatizantes e adeptos, através de meios de comunicação, são os seguintes fins que perseguem: 1. Restabelecimento do Habeas-Corpus para os crimes contra a Segurança Nacional. 2. Revogação do Ato Institucional n.5/68. [...] Convocação de uma Constituinte. 7. Anistia geral para os presos políticos. 8. Anistia geral para os elementos cassados. 9.

---

<sup>233</sup> O delegado citou em um verbete o “Congresso da Sociedade de Estudos Políticos Econômicos e Sociais”, de caráter anticomunista, que se realizou no Rio de Janeiro em 1975, do qual ele participou. CASTELLO BRANCO, Zonildo. **Op.cit.**, p. 346. Ademais, o policial escreveu diversos verbetes relacionados a movimentos e grupos anticomunistas.

<sup>234</sup> REZENDE, Maria José de. **Op.cit.**, p. 53.

<sup>235</sup> **Ibidem**, p. 47.

<sup>236</sup> **Ibidem**, p. 53.

Elaboração de uma Constituição. 10. Pela eleição direta do Presidente da República<sup>237</sup>.

Pode-se daí inferir que Castello Branco rotulou todos os movimentos da sociedade civil, tratados no segundo capítulo, como comunistas. Dedicou ainda uma crítica aos meios de comunicação que em sua grande parte apoiaram as manifestações pela redemocratização. Ademais, é evidente seu desconforto e sua depreciação à abertura, pois, ao que parece, na visão do policial, o que os movimentos sociais (comunistas, na sua ótica) queriam era a tomada do poder para implantar o socialismo no país. Portanto, não podemos desconsiderar ou menosprezar o medo que Zonildo nutria em relação à redemocratização como uma possibilidade da esquerda assumir o governo, e não podemos também deixar de suspeitar que a redemocratização o assustasse por dois motivos bastante contundentes: primeiro, ele poderia perder sua função, e segundo, poderia ter sérios problemas, caso o pessoal da polícia política fosse condenado, como ocorreu em outras ditaduras.

Deve-se ressaltar mais uma vez que o público de Castello Branco era justamente os policiais da repressão. Dessa maneira, é prudente pensar que mais que justificar e legitimar a repressão, Zonildo pretendesse convencer os membros da Polícia Política da ameaça que os comunistas e a subversão representavam para o país, destacando, com isso, o perigo que a redemocratização oferecia na medida em que daria margem para a ascensão das esquerdas.

Portanto, para ensinar como os policiais deveriam combater o comunismo, o delegado escreveu:

COMO LUTAR CONTRA O COMUNISMO – O problema do comunismo tem sido encarado sob diversos aspectos, uns em consequência de fatos e circunstâncias criados pela política internacional e pelas realidades nacionais, outros como decorrência da própria formação intelectual e das condições temperamentais do observador. [...] Assim, podemos hoje, no Brasil, classificar os adversários do credo de Moscou, nas seguintes categorias: 1- os que entendem tratar-se de um caso de polícia, apenas se preocupando com as atividades de investigações e com as medidas de repressão. 2- os que julgam relacionar-se a questão exclusivamente com o desconforto das classes trabalhadoras, elevado custo de vida, descontentamento popular, e estes estão convencidos de que o único meio de combater o credo de Moscou é fazer funcionar um vasto aparelhamento de assistência social, ambulatórios médicos, hospitais, clubes recreativos, e a outros suplementos à insuficiência dos beneficiados. 3- os que consideram o problema como assunto meramente político, sendo que estes procuram desviar a massa para

---

<sup>237</sup> CASTELLO BRANCO, Zonildo. **Op.cit.**, pp. 70,71.



os partidos de índole trabalhista ou populistas, em cujos programas se inscrevem reivindicações populares. 4- os que tomam o comunismo nos seus termos internacionais, convencidos de que a solução do problema virá do resultado da luta entre os Estados Unidos e a Rússia, de nada valendo quaisquer atitudes ou providências que sejam tomadas no país. O que ninguém considera é o aspecto fundamental do comunismo, isto é, como cultura específica de uma política tendente a dominar as massas populares (mesmo quando estas são contrárias ao credo moscovita) coordenando-as no sentido de objetivar a tomada do poder por uma minoria despótica. Quem estuda o comunismo nas suas origens, verifica, desde logo, que esse movimento internacional tem bases sólidas numa filosofia a parte, vigorosamente de uma concepção de vida. Antes do seu aparecimento, as reivindicações dos pobres exprimiam apenas aquela sede de justiça de que fala o Evangelho. Nos tempos modernos, com o desenvolvimento das indústrias, surgiram mais fortemente anseios de reivindicações, porém sempre com um caráter puramente ético, oferecendo soluções empíricas. Mas o marxismo chamado pelos adeptos de “socialismo científico”, apareceu no século passado não apenas como uma solução ao problema da justiça social, mas principalmente como uma concepção de vida. [...] Antes de tudo, o marxismo concebe o mundo sem Deus e o homem sem alma. [...] Isto posto, torna-se claro tudo quanto se refere ao combate que se pretende dar ao comunismo. Esse combate deve ferir-se em duas linhas de batalhas: a primeira pela formação de uma cultura espiritualista, que ao mesmo tempo refute os erros do dogmatismo materialista e delineie um tipo de vida individual, de convívio social, de expressão nacional, de expressão estatal, criando uma consciência nítida de atitudes de aspirações ideais; a segunda batalha exige o conhecimento perfeito do processo revolucionário comunista, sua estratégia, sua tática, suas diretrizes, seus planos, assim como tudo que se refere às realizações práticas do regime marxista ou de suas transições objetivadoras. [...] A formação de uma cultura espiritualista exige maior tempo, um trabalho sistemático, metódico, persistente. O conhecimento do que seja o comunismo reclama a leitura de obras básicas de informação. Estes livros existem e é preciso que sejam lidos e até decorados. Se considerarmos essas duas batalhas quanto a uma metodologia racional, é evidente que a formação espiritualista deve preceder o conhecimento da estratégia, da tática e dos crimes praticados pelo comunismo. Mas se considerarmos a urgência do esclarecimento acerca da grande calamidade social que hoje ameaça as nações livres, então as leituras das obras onde se encontram as tremendas revelações da marcha sangrenta do comunismo, torna-se o ponto principal da campanha a desenvolver-se para salvar a nossa Pátria. Tudo isso não exclui os outros setores de combate, que enumeramos acima, como pareceres isolados de interpretações unilaterais do problema. Mas a imunização contra a peste vermelha, notadamente classe mediana, na pequena burguesia, de onde saem os líderes das massas, é imperativo nesse momento. Constitui-se erro palmar pretender dar combate ao comunismo diretamente junto aos operários e camponeses, sem a preocupação de guerreá-los nas suas cidadelas mais importantes, constituídas pela classe média e profissões liberais. [...] Quem são os que iludem os trabalhadores, ensinando-lhes uma doutrina anti-humana? A resposta é uma só: os que manobram as massas trabalhadoras são médicos, engenheiros, advogados, farmacêuticos, professores, estudantes, militares, bancários, jornalistas. Nenhum líder do comunismo saiu de outras categorias sociais [...] verse-a que são todos intelectuais. [...] Precisamos imunizar os intelectuais brasileiros, dando-lhes a ler as suas onde encontrarão argumentos para responder aos sofismos dos catequistas vermelhos. [...] Ou nos lançamos nessa grande campanha, ou de nada valerá tudo o que se fizer para combater o comunismo em nossa Pátria. (Plínio Salgado, em *Doutrinas e Táticas Comunistas*, 1956)<sup>238</sup>.

---

<sup>238</sup> *Idem*. pp. 47-50.

Nesse verbete, Zonildo elencou as diferentes formas de interpretação do comunismo naquele contexto. Todavia, é acentuada sua preocupação em relação ao comunismo como uma filosofia, fazendo-o defender uma concepção de vida. Pudemos detectar, então, uma apreensão sua ao que diz respeito ao materialismo ateu. Nesse sentido, o delegado compartilhava do medo que grande parte da Igreja e dos seus devotos nutriam em relação ao comunismo. No limite, a imagem do comunista, sob o ponto de vista do autor, não se desenhava apenas a partir da política.

O policial sugere ainda duas frentes de batalha contra a “peste vermelha”: o campo religioso e o conhecimento. Aqui, verifica-se que Zonildo estava de acordo com os ensinamentos tanto da Igreja Católica quanto à necessidade de uma sociedade cristã para neutralizar a ideologia comunista como da Ideologia da Doutrina Nacional, que pregava o conhecimento como uma das principais ferramentas para erradicar o comunismo.

No entanto, quando se refere à urgência do conhecimento da doutrina comunista, podemos perceber que o policial, ao demonstrar seu profundo conhecimento – tão grande a ponto de tornar possível que ele escrevesse um *Dicionário* sobre o comunismo e a subversão – se autoelogiava, valorizando-se diante dos demais companheiros de profissão.

Zonildo também assinalou quem eram os comunistas: “médicos, engenheiros, advogados, farmacêuticos, professores, estudantes, militares, bancários, jornalistas”. Não é sem motivo que o delegado identificou essas profissões como focos comunistas, pois, como já vimos no capítulo anterior, a OAB e a ABI, associações representativas dos advogados e jornalistas, foram duas das mais importantes instituições civis de resistência democrática na luta contra a ditadura militar<sup>239</sup>.

Os estudantes e os professores, desde o início da ditadura, foram alvo da repressão policial. Quanto aos militares, o delegado possivelmente se referia àqueles que partiram para o enfrentamento direto com o governo, como, por exemplo, Carlos Lamarca, que deixou o posto de capitão do Exército para ingressar na luta armada contra a ditadura. Já em relação aos bancários, a indicação

---

<sup>239</sup> Para informações mais precisas sobre a atuação da OAB no processo de abertura, cf: ROLLEMBERG, Denise. Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura (1964-1974). In: REIS, Daniel Aarão & ROLLAND, Denis (org.). **Modernidades alternativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 57-96.

certamente deveu-se à sua força sindical.

No que concerne aos profissionais da saúde, devemos lembrar que diversos médicos, enfermeiros e farmacêuticos fizeram parte da equipe da Polícia Política auxiliando os órgãos repressivos nos interrogatórios. Porém, logicamente, não era a esses que Zonildo se referia, mas sim àqueles que prestavam socorro aos subversivos quando feridos, o que se evidencia no verbete:

BASE MÉDICA – É o organismo encarregado da assistência médica aos membros de uma organização subversiva. A base médica é composta de médico e outros profissionais (enfermeiros, etc), militantes, simpatizantes e aliados<sup>240</sup>.

Assim, os profissionais elencados por Zonildo como potencialmente comunistas eram aqueles que, de alguma maneira, desafiavam a ordem estabelecida.

Nessa lógica, podemos pensar na seguinte pergunta: quem não era subversivo? As boas donas de casa, os empresários, os trabalhadores e os policiais, por exemplo, não representavam uma ameaça à nação por não contestarem o governo ditatorial.

Não podemos deixar de mencionar que, para escrever o verbete “como lutar contra o comunismo”, Zonildo inspirou-se nas ideias de Plínio Salgado. Como se sabe, esse autor foi o idealista do integralismo brasileiro, que tinha tendências claramente fascistas. Convém lembrar que, no verbete destinado à “Ação Integralista”, o delegado denunciou o Integralismo e seu líder com severas críticas, comparando o integralismo com o nazismo e com o comunismo por serem todos sistemas totalitários. Porém, nesse verbete, o delegado pareceu esquecer-se do julgamento pejorativo que fez em relação ao chefe integralista, uma vez que o utilizou como referência para combater o comunismo, ressaltando, com isso, a lógica de que o inimigo do meu inimigo é meu amigo. Assim, fica claro que qualquer discurso que corroborasse com sua ânsia de acabar com comunistas seria por ele utilizado, mesmo que incoerentemente.

É interessante observar que freqüentemente expressões foram emprestadas da Biologia para caracterizar os comunistas. Assim, palavras como “elemento”, “imunizar”, “peste” eram bastante comuns nos verbetes. Nessa perspectiva, seres

---

<sup>240</sup> CASTELLO BRANCO, Zonildo. Segurança Nacional e Subversão... **Op. Cit.**, pp.24, 25.

humanos dotados de sentimentos e particularidades foram rebaixados à categoria de doentes ou de doenças infecciosas.

Eugène Enriquez, ao analisar os assassinatos coletivos do século XX, identificou neles uma característica em comum: em todos, o extermínio era justificado pela afirmação de que a espécie humana não era uma só. Em certas conjunturas, o homem poderia ser rebaixado ao nível de um animal e, portanto, poderia ser morto sem nenhum remorso<sup>241</sup> – pois, afinal, matar um animal, ainda mais quando ele pode fazer mal aos seres humanos, não traz nem culpa nem arrependimento. Guardadas, obviamente, as devidas diferenças (entre os genocídios armênio, judeu, cigano, ruandense, bósnio e a ditadura militar brasileira), pensamos que a lógica de matar o outro sem remorso estava presente no discurso do delegado. Assim, ao associar os comunistas a agentes infecciosos, que poderiam se “infiltrar” na “administração pública”<sup>242</sup>, no “meio camponês”<sup>243</sup>, no “meio estudantil”<sup>244</sup>, no “meio intelectual”<sup>245</sup>, no “meio militar”<sup>246</sup>, no “meio parlamentar”<sup>247</sup>, no “meio religioso”<sup>248</sup> e no “meio sindical”<sup>249</sup>, ou seja, em todos os organismos sociais, debilitando-os internamente, Zonildo destacava a necessidade de exterminar essa “peste” nociva. Dessa maneira, o ato de humilhar, violentar e até matar indivíduos tidos como comunistas não implicava em nenhuma culpa ou arrependimento, mas, talvez, num sentimento de satisfação por ter acabado com “elementos” e “pestes” que ameaçavam a harmonia da sociedade.

Além das patologias, há a comparação entre as ações e atitudes

---

<sup>241</sup> ENRIQUEZ, Eugène. Matar sem remorso: reflexões sobre os assassinatos coletivos. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 35, jul./dez, 2001. p. 12.

<sup>242</sup> CASTELLO BRANCO, Zonildo. Segurança Nacional e Subversão... **Op. Cit.**, p. 174.

<sup>243</sup> **Idem.**

<sup>244</sup> **Idem.**

<sup>245</sup> **Ibidem**, p. 175.

<sup>246</sup> **Ibidem**, pp.175, 176.

<sup>247</sup> **Ibidem**, p.176.

<sup>248</sup> **Ibidem**, p.177.

<sup>249</sup> **Idem.**

supostamente comunistas às características de determinados animais, como no exemplo a seguir:

AÇÃO DO COMUNISMO - A ação do comunismo se estende a todos os setores da vida de uma Nação, por meio de organizações ostensivas ou clandestinas, legais ou ilegais, formando um complexo subversivo, com extraordinária capacidade, como se fosse um polvo, com os tentáculos dirigindo-se em várias direções. Os meios mais visados pela ação comunista são: sindical, estudantil, Intelectual, camponês, parlamentar, militar, religioso e administração pública<sup>250</sup>.

Aqui, Zonildo dá aos comunistas brasileiros características de um polvo, um molusco com oito braços. Para o delegado, o polvo representava o projeto comunista de dominar o mundo, pois seus “tentáculos dirigindo-se em várias direções” sugeriam a onipresença e a capacidade de entrelaçar as sociedades numa trama poderosa.

A partir das considerações expostas, podemos verificar que, no raciocínio de Castello Branco, toda e qualquer manifestação política contra o governo ditatorial era considerada uma forma de subverter a ordem. O rótulo de subversivo foi empregado arbitrariamente a padres, estudantes, professores, intelectuais, médicos, bancários, militares, jornalistas, anarquistas, integralistas e viciados em drogas, aplicando-se a todos os indivíduos cuja ideologia era estranha ao do governo. Observam-se ainda dois aspectos marcantes no que se refere à hierarquização formulada pelo delegado para os inimigos do governo. Tratava-se de levar em consideração tanto as tipologias de subversivos empregadas por autores anticomunistas estrangeiros quanto as peculiaridades dos inimigos do governo brasileiro. Dessa amálgama das experiências subversivas estrangeiras com as nacionais, Zonildo criou uma tipologia da subversão única e própria.

Pode-se constatar ainda que o *Dicionário* cumpria a função de uma cartilha para a Polícia Política, que objetivava, entre outras coisas, convencer os policiais dos perigos que ameaçavam a Pátria e, com isso, justificar a repressão. No limite, como veremos ao longo deste capítulo, o discurso empregado no *Dicionário* procurava convencer o policial – uma pessoa normal – a praticar atos violentos sem sentir remorso.

Nessa direção, ao mapear os diversos tipos de opositores do governo – subversivos e comunistas –, o delegado conferia aos inimigos do Estado um valor

---

<sup>250</sup> *Ibidem*, p. 1.

maior do que o real, além de criar condições favoráveis à efetivação de intervenções autoritárias na vida política nacional, uma vez que tornava os adversários numerosos, e, por isso, temíveis.

As análises da catalogação dos opositores do regime nos permitem não só compreender a forma como ele encarava o perigo da subversão, mas também a maneira pela qual ele se utilizava da caracterização do inimigo para construir sua própria identidade, o que veremos mais detalhadamente na próxima seção.

### 3.2. OS POLICIAIS

Uma vez observada a figura do subversivo, faz sentido examinarmos aqui o universo que envolvia os policiais da polícia política, enfocando sua rotina de trabalho, seus conhecimentos práticos e teóricos e suas ideias sobre a necessidade da repressão. No limite, de que maneira Zonildo falava também de si próprio.

Vejamos o que ele entendia por “Polícia Política”, organização da qual fazia parte:

POLÍCIA POLÍTICA - É aquela que exerce atividades preventivas, indagando e combatendo os fatores de desordens em proveito da ordem política-social. À Polícia Política cabe diligenciar pela manutenção da ordem política e social, pela segurança do regime, das instituições e das autoridades constituídas, prevenindo atentados, conspirações, conjurações, revoluções, propagandas e disseminação das ideologias de caráter dissolvente. É a Polícia da profilaxia [sic] social. A sua atuação se faz sentir especialmente sobre os agitadores políticos, aqueles que preparam o ambiente em todos os seus aspectos: histórico, físico, administrativo, social, econômico, financeiro, etc., transformando-o em campo fértil para que possam facilmente germinar os movimentos subversivos<sup>251</sup>.

Nesse mesmo sentido, o delegado definiu:

REPRESSÃO- Conjunto de órgãos governamentais que tem como um de seus objetivos o combate à subversão<sup>252</sup>.

Eis as particularidades da sua profissão: sua função e a de seus subalternos era a adoção de medidas eficientes para a manutenção da ordem estabelecida, o que significava atuar contra os subversivos elencados na seção anterior.

Chama a atenção ainda o termo “profilaxia social”, denotando que a Polícia

---

<sup>251</sup> *Ibidem*, p. 269.

<sup>252</sup> *Ibidem*, p. 303.

Política era responsável pelo emprego de meios para evitar as doenças sociais, como já foi mencionado. Sabemos a conotação negativa que as doenças representam à medida que se alastraram e contagiam as pessoas, podendo levá-las, em último caso, ao óbito. Por isso, é necessário que sejam destruídas rapidamente. Portanto, quando afirmou que a Polícia Política dedicava-se à profilaxia social, Zonildo queria dizer com isso que seu objetivo era eliminar os subversivos (doenças) do organismo social. Sob esse ponto de vista, os exercícios da violência física, simbólica e psicológica se justificavam.

No entanto, zelar pela segurança Nacional e combater a subversão não era uma tarefa simples, exigindo assim conhecimentos teóricos e práticos:

O policial que for designado para trabalhar em um órgão que apure a prática de crimes contra a Segurança Nacional, além de ter de possuir todo o conhecimento de como conduzir diante de um delito apurar, deve possuir muito mais de conhecimento e experiência. Deve ser um policial muito dedicado ao campo do crime contra Segurança Nacional, e terá de acompanhar todas as modificações de nomenclatura, codificação de nomes, surgimento e desaparecimento de organizações subversivas, siglas etc. etc. Difícil se torna traçar um roteiro básico de investigação para apurar crimes contra a Segurança Nacional, em razão da multiplicidade de delitos previstos na legislação, que não é só a lei 898/69, e sim, existem muitas outras. Se, para apurar qualquer crime comum, o policial deve agir com muita cautela, para os crimes contra a Segurança Nacional, todo o cuidado e sigilo devem ser observados durante a investigação. [...] A notícia de um crime contra a Segurança Nacional, em regra, emerge de um dos tipos de fonte: informe, ou informação do órgão oficial, ou ainda não oficial, de informante, colaborador do órgão, etc. É muito comum até, que ambos forneçam o mesmo dado, ou quer complete o que já se conhece, fornecido por outra fonte. O agente do órgão que apura crime contra a Segurança Nacional, além dos conhecimentos que normalmente devem possuir os policiais, ainda devem: 1. Conhecer o Movimento Internacional Comunista (MCI); 2. Comunismo interno e externo; 3. Frentes Internacionais e Frentes Nacionais; 4. Partidos e organizações subversivas nacionais; 5. Estatutos e Programas das organizações outras, de natureza subversiva; 6. Estrutura de cada organização; 7. Vocabulário subversivo; 8. Linha de ação de cada partido, ou organização subversiva; [...] 12. Saber executar as operações clássicas no campo da Polícia Política; [...] 14. Ser paciente e persistente. [...] 19. Convencer-se que de que prender é o de menos, o difícil é a investigação; 20. Procurar conhecer bem os manuais de operações, informações e de Polícia Política. 21-. Cumprir a Lei, e agir conforme a Lei; 22. Recorrer uma boa rede de informantes, o que se consegue pacientemente e depois de com tempo; e, 23. Ser disciplinado e disciplinador; adotar um método de trabalho, selecionando os melhores métodos que conhecer. Todos são importantes num órgãos de informações, operações e de Polícia Política. O êxito conseguido é de todos de uma equipe<sup>253</sup>.

Analisando o verbete, pode-se constatar que o delegado referia-se a si mesmo como um exemplo de tudo o que um policial precisava saber para integrar a

<sup>253</sup> *Ibidem*, pp. 199-200.

Polícia Política. Zonildo contemplava todos os requisitos que competia a um agente da repressão, tanto assim que a escrita do *Dicionário* era a prova máxima de sua competência para o cargo, uma vez que, nesse documento, o policial mostrava e ensinava para os demais membros da polícia sua sabedoria e experiência. Nessa ótica, Castello Branco mostrava-se como um “policial professor”, que oferecia ensinamentos teóricos e práticos para os policiais menos experientes.

A vigilância e o controle cotidiano, obtidos através das informações advindas de informantes e colaboradores, foram descritos por Zonildo como um mecanismo repressivo. Ele também destacou os atributos importantes que um policial da repressão deveria possuir: “ser paciente e persistente” e “ser disciplinado e disciplinador”.

Tais qualidades também foram encontradas no *Manual do Interrogatório*<sup>254</sup>, documento confidencial produzido e distribuído em 1971 à Polícia Política para explicar as diversas técnicas para se obter a confissão dos criminosos políticos. Além da paciência, da persistência e da disciplina, o *Manual do Interrogatório* destacava a “frieza” como qualidade fundamental a todo policial da Polícia Política, especialmente aos interrogadores – leia-se “torturadores”. Portanto, no limite, o delegado falava dos atributos que um policial deveria ter para torturar os adversários do Estado.

Ao ressaltar a importância da equipe para o sucesso da operação policial, Zonildo evidencia seu sentimento de identificação com o grupo. Nesse sentido, acompanhamos Enriquez quando o autor afirma que, em regimes autoritários, os policiais encarregados da violência se fecham num grupo que serve como uma espécie de segunda pele, protegendo-os<sup>255</sup>. Além do mais, a união e a coesão desse grupo se fazem em torno de um objetivo comum, que, no nosso caso, trata-se do grupo dos agentes da repressão que se uniram pelo desejo de eliminar do país, a qualquer custo, a subversão.

Segundo Enriquez, todo grupo, mesmo sem saber, é mensageiro de uma esperança messiânica, posto que contribui para salvar o mundo. Em face disso, todo

---

<sup>254</sup> MANUAL DO INTERROGATÓRIO. Acervo do DOPS/PR. Sob a guarda do Departamento Estadual de ARQUIVO Público do Paraná. Transcrito e publicado por Marion Brepohl de Magalhães in: **História: Questões e Debates**, Curitiba, n.40, p. 201-240. Editora UFPR, 2004. p. 218.

<sup>255</sup> ENRIQUEZ. Eugene. **Op. Cit.**, p. 26.



grupo tem uma tentação paranóica de liquidar o outro<sup>256</sup>, o que também pudemos verificar no grupo dos policiais da polícia política, cujo principal objetivo era justamente acabar com os “subversivos”, como já demonstrado anteriormente.

Entretanto, fazer parte desse grupo significava:

[...] fazer do órgão a razão de sua vida, não apenas uma ocupação fortuita. 2. O serviço no órgão não pode ser encarado apenas como degrau para promoção funcional, profissional ou pessoal. 3. O Órgão deve ser dirigido por um grupo reduzido de homens, mas de alto gabarito, amantes do anonimato e desejosos de preservar nessa tarefa especial. Devem buscar a recompensa, antes de tudo, no próprio trabalho e no serviço que prestam ao Governo, e não no aplauso popular. [...] 5. Quem quer que seja nomeado para o cargo de Diretor do órgão de informação deve fazer do posto a razão de sua vida<sup>257</sup>.

Zonildo mostrava-se orgulhoso em fazer parte de um quadro excepcional de homens que tinham como missão salvar a pátria. Desse modo, ao que parece, não eram o dinheiro ou a fama que motivavam um indivíduo a querer fazer parte dos órgãos de informações/repressão, mas o desejo de servir à nação e de prestar serviço ao governo brasileiro. Assim sendo, conclui-se que Castello Branco foi um militante em favor da ditadura. Observa-se também que a vida privada de um policial que ingressava nos órgãos de repressão alterava-se profundamente, na medida em que os interesses da Polícia Política deveriam estar sempre acima de seus interesses pessoais. Seria como se sua condição de agente da repressão apagasse todas as suas identidades anteriores e paralelas, restando apenas sua identidade de policial à serviço da nação.

Pode-se ainda averiguar o interessante jogo entre a invisibilidade e a notoriedade de que os policiais da polícia política gozavam. Perante grande parte da sociedade, provavelmente passavam despercebidos, mas, dentro do sistema, especialmente policiais com cargos de destaque como Castello Branco, eram reconhecidos e admirados por seus colegas de profissão. Sem contar ainda o fato de que fazer parte de um órgão como esse, que ninguém mais na sociedade poderia conhecer ou apreciar, conferia a eles um status superior dos demais cidadãos brasileiros.

---

<sup>256</sup> **Ibidem**, p. 31.

<sup>257</sup> CASTELLO BRANCO, Zonildo. Segurança Nacional e Subversão... **Op. Cit.**, pp.252, 253.

Tal como fosse numa cartilha, o delegado ensinou que, para se obter o sucesso numa operação contra o inimigo, o policial deveria atentar para os seguintes aspectos:

[...] 6. Quando queimar uma carta ou outros papéis, não se esqueça que os pedaços chamuscados ou as cinzas restantes são legíveis. Exame ao microscópio pode fazer muito com as cinzas. Rasgar papéis e atira-lo fora não significa que estejam realmente destruídos. 11. não beba em excesso. Cultive apenas a companhia de mulheres a quem conhece e em quem confia. 12. Nunca aceite nada como verdadeiro, nem ofereça amizade, ou aparente hostilidade, nem confie num relatório, nem na aparente inutilidade de alguma informação<sup>258</sup>.

Sem dúvida, o sexto conselho de Castello Branco referente ao cuidado que o policial da repressão deveria ter em relação à documentação era bastante valioso num momento de discussão sobre a abertura política. Era prudente, então, apagar todas as provas que pudessem incriminar a polícia, garantindo assim sua segurança e anonimato caso a democracia fosse restabelecida.

Pensando assim, é obvio que Zonildo tinha consciência que muitas das práticas e ações realizadas pelos agentes dos órgãos de informação eram ilegais, e, portanto, passíveis de punição.

O delegado tocou também em uma questão bastante sensível: o hábito do uso de bebidas alcoólicas. Conforme Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo, em pesquisa realizada sobre os “operários da violência”, a bebida era uma constante na vida dos policiais ligados à repressão<sup>259</sup>. Ela tinha como função encorajá-los na realização das suas “missões”, e servia de consolo para os momentos de solidão longe de suas famílias. A bebida ajudava-os a não pensar, a não raciocinar sobre seus atos, a fugir da realidade. O interessante é que Zonildo não desaprovou o uso do álcool em serviço, mas tão somente aconselhou a não fazê-lo de forma exagerada, ficando claro que o álcool fazia parte do cotidiano de um policial da polícia política.

Percebe-se ainda, nas entrelinhas do seu discurso, a figura da mulher. Porém, tudo leva a crer que não se tratava de qualquer mulher, mas da mulher subversiva, pois a recomendação aos policiais é de que não se relacionassem com

---

<sup>258</sup> **Ibidem**, pp. 295-296.

<sup>259</sup> HUGGINS, Martha K; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G. **Operários da Violência**. Policiais torturadores e assassinos reconstróem as atrocidades brasileiras. Brasília: EdUnB, 2006.

mulheres desconhecidas, aludindo aqui, provavelmente, para a possibilidade de mulheres de esquerda se utilizarem dos seus dotes para obter, dos policiais, algumas informações ou privilégios para as organizações de esquerda, associando com isso a mulher “subversiva” à promiscuidade. Sendo assim, pode-se vislumbrar que, na perspectiva de Castello Branco, a mulher de esquerda era vista de maneira depreciativa, como um objeto que se podia vender, comprar, trocar e até aliciar.

Como medida empregada para garantir a ordem, Zonildo destacou uma das primeiras estratégias que a polícia adotava para conhecer o inimigo:

INFILTRAÇÃO: (1) A infiltração é um dos tipos de operações usadas pelos órgãos de informações e segurança para obtenção de informes. Consiste em colocar um elemento em contato com pessoas ou grupos de pessoas com objetivo de colher dados. A infiltração é uma operação flexível e com duração indeterminada. [...] <sup>260</sup>

Nesse ponto, observa-se uma referência à espionagem, um dos pilares da Ditadura. Há também a informação de que a polícia, *a priori*, elegia o suspeito e, depois, imputava a culpa – “os informes”. Essa prática nos aproxima de uma categoria analisada por Foucault importante para nossa abordagem: o delinquente. Foucault explica que o delinquente foi construído pelas instituições penais do século XIX para designar um criminoso que existia antes mesmo do seu próprio crime, tendo em vista que trazia consigo tendências psicológicas que o inclinavam ao crime <sup>261</sup>.

Outra medida repressiva que, obviamente, incluía a violência era o interrogatório, definido pelo delegado como:

Esforço sistemático para obter informes por meio de perguntas diretas, normalmente em condições controlados pelo interrogador. O interrogatório é uma das fases de busca de informes. É a tentativa de se obter um ou mais informes. Sob pressão. É realizado mediante ao emprego de técnicas, por agentes especializados <sup>262</sup>.

Há aí, declaradamente, a menção à tortura como um método para a obtenção de informações. Zonildo caracteriza a tortura como um procedimento “científico”

<sup>260</sup> A segunda definição de infiltração referia-se à infiltração comunista. CASTELLO BRANCO, Zonildo. Segurança Nacional e Subversão... **Op. Cit.**, p. 173.

<sup>261</sup> É importante frisar que essa característica pode ser identificada também em regimes não-autoritários. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1986, p.224.

<sup>262</sup> CASTELLO BRANCO, Zonildo. Segurança Nacional e Subversão... **Op. Cit.**, p.198.

empregado por agentes “especializados”. Nessa linha de raciocínio, o policial não executava a tortura, mas tão somente colocava as técnicas – um conjunto de saberes – em funcionamento. No limite, a tortura é vista como um mal necessário para combater o inimigo, e, por conseguinte, preservar a ordem.

Não há entrada no Dicionário para “tortura”, mas, no entanto, encontramos “torturadores”, definida da seguinte forma:

expressão usada pela subversão e pelos comunistas em geral, para designar todos aqueles que direta, ou indiretamente se empenham, ou colaboram na prisão de subversivos terroristas<sup>263</sup>.

Como se vê, a palavra “torturadores”, cujo significado poderia gerar contestações ao regime político brasileiro, foi transformada pelo delegado em jargão comunista. Agindo assim, Castello Branco inverteu completamente a relação entre aquele que praticava a ação e aquele que sofria, pois, com essa formulação, o torturador foi deslocado para a posição de vítima.

Se, por um lado, Zonildo não escancarou a prática da tortura, por outro, também não a excluiu completamente, afinal, em momento algum, disse que a tortura e, conseqüentemente, os torturadores não existissem no Brasil.

A análise revela ainda que Castello Branco culpa os comunistas, posto que defende seus companheiros de profissão. Na sua ótica, chamar os policiais responsáveis pela prisão dos oponentes do governo de “torturadores” desmerecia e desonrava aqueles nobres profissionais cuja missão era “salvar” a Pátria, o que demonstra uma certa solidariedade com seus colegas de profissão, fato que evidencia, mais uma vez, seu sentimento de pertencimento ao grupo.

Zonildo, em geral, foi bastante cuidadoso na escrita, ao menos no que diz respeito à violência policial. Contudo, em um verbete em especial, deixou escapar:

V.P.C – Vanguarda Popular Celestial – Dito jocoso dos agentes de operações, ao se referirem a elementos subversivos já mortos, como no exemplo: “esse já partiu para a v.p.c.”<sup>264</sup>

Está mais que implícita nessa passagem a prática do assassinato sumário. No entanto, o mais estarrecedor é a desumanização das vítimas. A esse respeito,

---

<sup>263</sup> *Ibidem*, p. 348.

<sup>264</sup> *Ibidem*, p. 357.

Eugène Enriquez diz que a burocracia faz com que a vítima seja substituída por eufemismos como, por exemplo, uma doença ou algum poluente a ser eliminado do corpo político<sup>265</sup>, o que, nesse caso, evidencia-se com a expressão “elemento”. Sendo assim, não se tratava de um ser humano, mas de uma composição de algo indefinido, que deveria ser eliminado sem culpa, tanto que os policiais se divertiam, chegando ao ponto de inventar siglas para designar a morte desses “elementos”.

A maneira debochada de tratar dos mortos “subversivos” indica que não havia espaço para emoções como compaixão, ternura, preocupação, arrependimento ou empatia. Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo também verificaram essa negação de sentimentos ditos “femininos” nos “operários da violência”, evidenciando que a masculinidade era um traço importante dos membros da polícia política<sup>266</sup>.

Finalmente, o deboche, o desprezo irônico com que os “subversivos” mortos eram tratados, não surpreende se pensarmos no fechamento e no isolamento em que vivia o pessoal da Polícia Política, que ficava longe da fiscalização exercida pela igreja, de suas famílias e dos valores socialmente estabelecidos. Afinal, como afirmava Zonildo, o bom policial deveria viver somente em função do sistema.

A partir do exposto, podemos assinalar que, se por um lado os subversivos foram taxados pelo delegado com uma gama de adjetivos que lhes atribuía somente qualidades negativas, por outro, Castello Branco atribuiu a si, e por consequência aos policiais da repressão, um alto valor na escala da dignidade humana. Assim, não seria exagero dizermos que, na figura do subversivo, foi personificado o mal em oposição ao bem representado pelos policiais.

Além do mais, pudemos constatar que a infiltração, a investigação, a delação, a tortura e até mesmo a morte eram mecanismos de repressão utilizados pelos policiais para proteger o governo e os cidadãos de bem da subversão. Nessa direção, seria oportuno saber como Zonildo entendia o “cidadão de bem”. É este, portanto, nosso próximo tópico.

---

<sup>265</sup> ENRIQUEZ, Eugène. **Op. Cit.**, p. 12.

<sup>266</sup> HUGGINS, Martha K; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G. **Op. Cit.**, p. 446.

### 3.3. AS “PESSOAS DE BEM”

O discurso do delegado dividia o mundo em dois pólos, o bem e o mal, o certo e o errado, o desejado e o condenável, perspectiva que o leva a conceber as “pessoas de bem” como o avesso das pessoas subversivas.

É preciso deixar claro que “pessoas de bem” foi uma categoria que nós formulamos, a partir da análise da fonte, para designar aqueles indivíduos que não contestavam o governo e que, portanto, não estavam envolvidas com a subversão. Aliás, a “população de bem” também lutava pela manutenção da ordem, ampliando assim as bases de apoio do regime.

Nesse sentido, para Zonildo, um “cidadão”, além da definição de “indivíduo que tem direitos e deveres”, deveria se identificar de “tal modo com a Pátria, que faz seus os problemas dela, e que, em última análise, dá à sua vida cívica o sentido de uma colaboração”<sup>267</sup>. Tal como fez nos verbetes relacionados à “como ser um bom policial”, o delegado, nessa categoria, se auto-retratou, fazendo com que fosse também um exemplo de bom cidadão, já que, como demonstrado, abraçou para si todos os “problemas” do Brasil. Podemos concluir isso a partir de nossa análise, que nos revelou um Zonildo comprometido de maneira veemente em acabar com os “subversivos”, dedicando sua vida para “salvar” a Pátria e ajudar o governo militar nos seus propósitos.

Um aspecto fundamental valorizado por Castello Branco era a família, que ele definia como:

conjunto de pessoas unidas por vínculos de parentesco. Compõem-se do casal e filhos. A “família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos poderes públicos. “O casamento é indissolúvel”.<sup>268</sup>

Assim sendo, uma das primeiras características que nos ajudam a descrever uma “pessoa de bem” seria, então, a união familiar.

Maria Rezende afirma que a defesa da família era um dos elementos definidores do ideário de democracia elaborado pela ditadura, e Zonildo, obviamente, como vimos, levou isso em consideração. A família, para os ideólogos da ditadura, ocupava um lugar central, pois era na esfera familiar que se exerceria a

<sup>267</sup> CASTELLO BRANCO, Zonildo. Segurança Nacional e Subversão... **Op. Cit.**, p..40.

<sup>268</sup> **Ibidem**, p.133.

“educação cívica”. Assim sendo, a família estimulava a obediência, o respeito, a verdade, a lealdade, a honestidade e o sentimento do dever e o amor pela Pátria<sup>269</sup>.

O Regime depositava tamanha importância nisso que, recorrentemente, vinculava, na grande mídia, campanhas publicitárias oficiais para exaltar a família. Para além disso, anualmente, no dia 08 de dezembro, comemorava-se o Dia da Família, dia em que os presidentes militares faziam um pronunciamento em rede nacional destacando a importância da família para o país<sup>270</sup>. Como fiel defensor do governo, Zonildo não poderia deixar defender a família brasileira, especialmente a tradicional família nuclear, desvalorizando, por outro lado, as diferentes estruturas familiares.

Outro aspecto interessante é a observação de que o casamento era indissolúvel, uma premissa cristã de não aceitar a separação entre de duas pessoas que se uniram em matrimônio.

A primeira proposta de instituir o divórcio no Brasil data de 1896, quando o deputado fluminense Érico Coelho sugeriu a revogação da indissolubilidade conjugal<sup>271</sup>. Contudo, foi somente no início dos anos de 1970 que o projeto retornou com maior força, mobilizando diversos setores da sociedade, fazendo com que o Brasil se dividisse entre defensores e opositores do projeto divorcista. Como se vê, Zonildo, juntamente com os setores mais conservadores da sociedade e a Igreja Católica, se posicionou contra a ideia da dissolução do casamento. Dessa forma, o delegado mostrava-se como um homem conservador e religioso, que zelava pela moral e pelos bons costumes. Podemos crer, com isso, que as “pessoas de bem” deveriam também zelar pela família e pela indissolubilidade do casamento.

Era importante também que as pessoas boas que compunham a sociedade desejável possuísem o sentimento de “brasilidade”, definido como:

Sentimento de amor ao Brasil, revelado através de interesse em face dos problemas nacionais e do esforço para colaborar na realização da grandeza do país. É a marca do brasileiro consciente de suas responsabilidades e de seus deveres para com a Pátria. Num sentido mais preciso, o termo se refere aquilo que é mais essencial na realidade brasileira, suas características mais profundas, seus ingredientes fundamentais, como a inspiração cristã de sua cultura, sua tradição pacifista, sua vocação democrática, numa integração de

<sup>269</sup> ARAÚJO, Maria Rezende. **Op, Cit.**, p. 39.

<sup>270</sup> ARAÚJO, Paulo César de. **Eu não sou cachorro, não**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 164.

<sup>271</sup> **Ibidem**. p. 162.

todos, sem distinções raciais ou outras. (Verbetes extraídos da “Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo”, do MEC, 1967)<sup>272</sup>.

Não podemos saber se Zonildo reproduziu integralmente o verbete da Enciclopédia de Moral e Cívica ou se apenas o tomou como texto de base. Mas, de qualquer maneira, sendo cópia ou não, ele certamente compartilhava das ideias expostas nessa definição.

Assim, para Castello Branco, não bastava o amor ao país, pois o verdadeiro sentimento de brasilidade deveria mostrar-se na prática, mediante o apoio e a colaboração com o governo instituído. Isso denota, no limite, a delação, dando a entender que as “pessoas de bem” que amavam seu país deveriam denunciar atos considerados suspeitos. Portanto, na ótica do delegado, “pessoas de bem” seriam aquelas que apoiavam e legitimavam o governo ditatorial.

De acordo com esse raciocínio, a sociedade brasileira se dividia entre um “nós”, composto pelos indivíduos que amavam o Brasil – leia-se “o governo militar” – e um “eles”, composto por aqueles que odiavam o país. Assim, todos os que, de alguma forma, não concordavam com as medidas autoritárias impostas pelo governo, faziam parte dos que não amavam a pátria. Essa ideia nos remete ao slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o”, criado durante o governo Médici (1969-1974), em que “amar” significa, basicamente, aceitar e colaborar com a repressão.

Zonildo destacava como características dos brasileiros a valorização da religião, a tranquilidade e a serenidade, o que como um povo que não reivindicava, não fazia greve, não desobedecia ao chefe e não se manifestava politicamente, tal como os ideólogos da Doutrina da Segurança Nacional definiam o cidadão perfeito<sup>273</sup>. Também é flagrante a afirmação de que o Brasil tinha uma “vocação democrática”. Aqui, novamente fica clara a influência do discurso da Doutrina de Segurança Nacional, que insistia em mostrar o Brasil como um país democrático<sup>274</sup>.

Para Zonildo, o sistema político que todo “cidadão de bem” deveria defender era a democracia, definida como um:

regime político inspirado nos ideais de respeito à dignidade humana e na garantia dos direitos fundamentais do Homem, na divisão e harmonia dos Poderes, na pluralidade partidária e na livre escolha dos representantes, cujo

<sup>272</sup> CASTELLO BRANCO, Zonildo. Segurança Nacional e Subversão... **Op. Cit.**, p.26.

<sup>273</sup> Cf: ARAÚJO, Maria Rezende. **Op. Cit.** p. 54.

<sup>274</sup> **Ibidem.**



escopo é aperfeiçoado pelo regime político, com base nos princípios democráticos, em coerência com a realidade brasileira. Pode-se afirmar, com segurança, que o Brasil nasceu sob o signo da Democracia. [...] <sup>275</sup>.

Mais importante que a definição de democracia apresentada é a perseverança ao afirmar que o Brasil era e sempre foi uma democracia. Assim, Zonildo reconstruiu a história política do país, omitindo o processo de colonização, a “política do café com leite”, a Era Vargas e, por último, a Ditadura Militar. Seguramente, o país não foi verdadeiramente democrático em nenhum desses momentos <sup>276</sup>.

Todavia, se pensarmos na ideia de democracia defendida pelo grupo de poder, compreendemos o raciocínio de Zonildo. Como explica Araújo, a democracia defendida pelo governo ditatorial tinha uma concepção bastante ímpar. De maneira geral, defendia-se uma democracia limitada, que combinava a disciplina com a liberdade de concordar ou se calar (nunca divergir ou contestar). Levando-se isso em consideração, Castello Branco não estava totalmente equivocado ao afirmar que o país nasceu democrático.

Podemos dizer, apoiando-nos no discurso do delegado, que ele realmente acreditava na democracia brasileira, já que, em vários verbetes, mencionou o caráter democrático do país. Sob esse ponto de vista, a redemocratização não tinha sentido para o delegado, já que ele considerava o atual sistema político uma democracia, que tinha como base um “governo forte” <sup>277</sup> para garantir a ordem no país, ordem que poderia ser abalada com a retomada do poder pelos civis (comunistas, no seu entendimento). Porém, mesmo acreditando na democracia brasileira, não excluiu o fato de que se tratava de um governo repressivo, que usava de métodos violentos, como a tortura, para manter a ordem. Zonildo sabia que, com o retorno dos civis (dos comunistas), poderia se abrir uma investigação para apurar os crimes cometidos pelo Estado e que, fatalmente, ele poderia ser atingido.

Em oposição à democracia, o delegado conceituou a “ditadura” como:

Palavra de ordem dos comunistas, utilizada para atacar o governo que não tolera a subversão. 2. Do latim “Dictare”= ditar ordens, ordenar. Na antiguidade romana, o “dictador” era aquele a quem se conferiam poderes extraordinários para enfrentar uma situação de emergência, que não sofreria

<sup>275</sup> CASTELLO BRANCO, Zonildo. **Op. Cit.** p.90.

<sup>276</sup> ARAÚJO, Maria Rezende. **Op. Cit.**, p. 69.

<sup>277</sup> CASTELLO BRANCO, Zonildo. **Op. Cit.** p. 35.

as delongas inerentes a um processo político normal. Ao conceito de ditadura, aderiu desde então, a nota de uma situação de fato, de caráter essencialmente efêmero e passageiro. Na atual evolução do pensamento político, a ditadura representa sempre uma ruptura no processo democrático. Todo regime ditatorial se procura coonestar, com a idéia de ser a única solução realista para um impasse político ou uma profunda crise nacional<sup>278</sup>.

Antes mesmo de definir a origem da palavra, Castello Branco enfatizou que o termo “ditadura” era usado de maneira pejorativa pelos comunistas para prejudicar a imagem do governo brasileiro. Com isso, Zonildo novamente reafirmou a sua crença na democracia, já que em nenhum momento mencionou a situação ditatorial do país.

Em síntese, a análise aponta que o “cidadão de bem” traçado por Zonildo deveria ter como predicados o amor à Pátria, a obediência ao governo, a colaboração com o policial, o zelo pela família e pelos bons costumes e a crença na democracia. Portanto, as “pessoas de bem” eram todas aquelas que não desafiavam nem discordavam da ordem estabelecida, mas que com ela colaboravam, sendo, portanto, o exato oposto dos indivíduos rotulados como subversivos. Entre as “pessoas de bem” e os subversivos, encontravam-se Zonildo e a Polícia Política, com a função de proteger, da ameaça subversiva, o governo e a boa sociedade.

---

<sup>278</sup> **Ibidem**, p. 103.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi amplamente demonstrado, durante a ditadura militar brasileira, uma vasta rede de informação e repressão foi instaurada para eliminar, silenciar e suprimir qualquer espécie de oposição, todas entendidas como formas de subversão. A fim de cumprir esse objetivo, uma enorme demanda de policiais foi recrutada e preparada para um novo tipo de atividade: o combate ao crime político, em outras palavras, repreender todos aqueles que lesionassem ou ameaçassem lesionar a estrutura política vigente.

É certo, porém, que nem todos os membros da polícia envolvidos com a repressão ditatorial apoiavam e acreditavam incondicionalmente nas premissas do governo. No entanto, como evidenciamos neste trabalho, o delegado da polícia política Zonildo Castello Branco não só acreditava na Doutrina de Segurança Nacional como também a reproduziu no *Dicionário* que aqui analisamos.

Sua função como delegado era dirigir e coordenar as atividades de repressão àqueles que infringissem a lei, bem como cuidar da ordem e da segurança individual e coletiva. A redação do *Dicionário*, portanto, ultrapassava suas obrigações. Assim, mais que um funcionário público que cumpria seu papel, ele se revelou como um entusiasta do Regime trabalhando a seu favor, uma mente que, seguramente, foi conquistada pelos ideólogos da Doutrina de Segurança Nacional. Com isso, foi possível observarmos de que maneira um policial que não fazia parte da elite nem pertencia aos estratos inferiores do sistema repressivo entendia e interpretava a subversão e a segurança nacional.

Endereçado ao pessoal da polícia política, Zonildo Castello Branco publicou em 1977 um dicionário com riqueza de detalhes sobre a subversão, o comunismo, a segurança nacional, e as ações e os procedimentos da repressão.

O *Dicionário* se mostrou como uma espécie de cartilha que, além de orientar as ações e as atitudes dos policiais da Polícia Política, tinha como objetivo convencê-los a praticar a violência contra os opositores do governo sem culpa e sem remorsos. Para isso, Castello Branco utilizou-se de estereótipos fortemente pejorativos, palavras toscas e visões preconceituosas que permitiam a substituição da violência verbal pela violência física.

Para legitimar seu discurso, o delegado recorreu a uma extensa literatura nacional e estrangeira, pretendendo, com isso, caracterizar seu texto como uma

“verdade” que deveria ser seguida sem questionamento. Autores como Plínio de Oliveira Corrêa, Plínio Salgado, Ferdinando de Carvalho, Suzanne Labin, Bernard Hutton, entre outros, receberam destaque. Embora com objetivos e motivações divergentes, o anticomunismo estava presente no discurso de todos eles, o que justificava a seleção do delegado.

Segundo Pierre Ansart, autor que nos inspirou a analisar o ódio como mobilizador de comportamentos coletivos e individuais, o que animou os “padres contra os nobres guerreiros, os escravos contra seus senhores [...] [foi] o ódio”<sup>279</sup>. Diante do exposto, podemos complementar que o que animou Zonildo contra os subversivos também foi esse sentimento. Em sua linguagem, o delegado demonstrou ter ódio ou aversão por eles, valendo-se de palavras como “mentirosos”, “cínicos”, “cruéis”, “violentos”, “oportunistas”, “traidores”, “peste comunista”, etc.

Ainda que de cunho “reservado”, o *Dicionário*, seguramente, teve uma considerável circulação, pois deve ter sido distribuído não só nas delegacias do Rio de Janeiro, mas também em outras capitais, o que nos leva a deduzir que um número significativo de policiais teve acesso às suas ideias. Assim, podemos pensar na circulação de afetos, ou melhor, de desafetos em relação ao subversivo que a leitura do *Dicionário* propiciou dentro dos órgãos repressivos.

Devemos levar em consideração ainda que ele apresentava essa forma fortemente pejorativa de se dirigir aos subversivos a um público específico: as pessoas a quem ele treinava, policiais que, até bem pouco tempo, não atuavam na área da repressão, levando-se em conta o rodízio dos polícias da polícia política, que, depois de um determinado tempo, deveriam ser substituídos. Além do mais, os agentes da repressão possuíam formações diversas e níveis culturais distintos, e, assim, careciam de uma formação em comum. Daí necessidade de inculcar informações sobre a ameaça subversiva, pois era preciso convencer os novos policiais do perigo que subversivos ofereciam, justificando, dessa forma, o emprego da violência.

Outra forma de compreender o *Dicionário* encontra-se na sua posição desfavorável à abertura política que estava em processo no ano de publicação do documento. Afinal, como apontamos no terceiro capítulo, Castello Branco

---

<sup>279</sup> ANSART, Pierre. História e Memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs). **Memória e (RES)Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora Unicamp, 2001. p. 16.

estigmatizou como subversivos todos os indivíduos, organizações civis e movimentos sociais que lutaram pela redemocratização. Ao fazer isso, o delegado demonstrou que os subversivos ainda representavam uma ameaça ao país, discordando, portanto, da distensão e justificando a necessidade da continuidade do seu trabalho, das ações repressivas.

Sobre esse aspecto, vale destacar que a distensão política iniciada pelo governo Geisel justificava-se, em grande parte, pelo fator econômico, pois, com a crise do petróleo, com o crescimento da dívida externa e as altas taxas de juros, o crescimento econômico iniciado na década de 1970 foi interrompido. Assim, junto com crise econômica veio a crise política, posto que alguns segmentos da população, inclusive uma fração das forças armadas e do empresariado, mostravam-se descontentes com o governo vigente, o que contribuiu com a vitória do MDB nas eleições de 1974. Portanto, o processo de abertura política contou com o apoio de diferentes atores sociais, por diferentes razões.

Todavia, como ficou claro, Zonildo colocou o peso desse processo exclusivamente sobre os movimentos sociais, não considerando que a proposta de abertura política era uma demanda do próprio governo e do grupo empresarial que, durante muito tempo, deu sustentação ao regime. Ao fazer isso, o delegado estigmatizou todas as pessoas favoráveis à redemocratização como subversivas (com exceção dos empresários e militares), reforçando assim a ideia de que o perigo subversivo ainda não estava neutralizado, e que, conseqüentemente, a manutenção da ordem deveria continuar, demonstrando, no limite, sua insatisfação com os avanços rumo à democracia.

Podemos pensar ainda que, para além de orientar seu leitor em relação à ameaça subversiva, Zonildo pretendia também alertar sobre o perigo que a abertura oferecia, pois, para a polícia política, o retorno à democracia significava a suspensão ou o remodelamento dos seus cargos, e, caso as arbitrariedades do governo ditatorial fossem julgadas, a punição era quase certa.

Em face disso, uma parcela expressiva dos agentes repressivos empreendeu uma intensa campanha contra a distensão em dois sentidos: primeiro internamente, contra as autoridades do governo federal identificadas com a política da distensão, e, segundo, contra os indivíduos e grupos comprometidos com a abertura, procurando intimidá-los pela explosão de bombas, por sequestros, espancamentos e até assassinatos.

Assim sendo, é possível pensar que o *Dicionário* favoreceu a circulação de ideias contrárias à abertura política, intensificando, com isso, o discurso de oposição à redemocratização. Contudo, com ele, Zonildo se valeu das palavras como um instrumento político de convencimento e, ao mesmo tempo, de combate. Entendemos, portanto, que a escrita do *Dicionário* contribuiu, ainda que no plano das ideias, com as tentativas dos agentes repressivos de frear os avanços democráticos.

O trabalho nos permitiu ainda visualizar os valores nos quais um policial a serviço da repressão acreditava: obediência à ordem, amor à pátria e à família e colaboração com o governo. No limite, Castello Branco mostrou-se como um guardião da ordem, da moral e dos bons costumes, caracterizando-se como um militante da ditadura – um regime político que, na sua visão, tratava-se de uma democracia. Através disso, mais uma vez, podemos evidenciar a influência dos ideólogos da ditadura no seu discurso.

O estudo sobre a direita, referente àqueles que apoiaram, colaboraram e estiveram envolvidos profissionalmente com a repressão ditatorial, é promissor e fecundo. Todavia, o seu pesquisador enfrenta alguns obstáculos, como o silêncio sobre o passado ditatorial, a escassez de documentos, a reduzida bibliografia, etc.

Por fim, não esperamos que as formulações deste trabalho se cristalizem como definitivas, pois, com a abertura dos arquivos até agora inacessíveis, novas pesquisas e diferentes interpretações se somarão à nossa, revelando novos “Zonildos” e outras “cartilhas da repressão”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### ➤ Fonte:

CASTELLO BRANCO, Zonildo. **Segurança Nacional e Subversão: Dicionário teórico e prático**. Rio de Janeiro: Secretária de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. 1977 (RESERVADO).

**Almanaque do Exército para 1970**, organizado pelo Ministério do Exército.

Pasta de informação. Notação 36. Folhas 79. Data: 09-05-63. Sob a guarda do Arquivo Público do Rio de Janeiro.

Pasta de informações. Notação 72. Folhas 180. Data: 04-08-66. Sob a guarda do Arquivo Público do Rio de Janeiro.

Pasta de inquéritos. Notação 13. Folhas 37. Data 17/08/1971. Confidencial – sigilosa. Sob a guarda do Arquivo Público do Rio de Janeiro.

### ➤ Bibliografia:

ANDRADE, Maurício de. **A Conspiração da Solidariedade: Anistia Internacional e a luta pelos Direitos Humanos no Brasil**. Dissertação (Mestrado). Universidade Metodista de Piracicaba. Programa de Pós- Graduação em Direito. Piracicaba/SP, 2007.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1978.

ANSART, Pierre. História e Memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs). **Memória e (RES)Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora Unicamp, 2001

\_\_\_\_\_. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. In: **HISTÓRIA: questões e debates**. Curitiba, PR: Ed. Da UFPR, v.1, n.1, 1980.

\_\_\_\_\_. Hannah Arendt: a obscuridade dos ódios públicos. In: DUARTE, André;LOPREATO, Christina; MAGALHAES, Marion Brepohl. **A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ARNS, Dom Paulo Evaristo (Prefácio). ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 10 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1985.

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. DOPS/MG: **Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)**. Dissertação (Mestrado) UFMG, Belo Horizonte, 2006.

BIOCCO, Ettore. **Estratégia do Terror e face oculta repressiva no Brasil**. Lisboa: Iniciativas editoriais, 1975. pp. 47-54.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. *In*: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (orgs). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto. **A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964**. Revista Brasileira de História, vol.24, n.47 São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar a democracia. Dossiê Democracias e Autoritarismos. **Revista de Sociologia Política**, n. 25, Curitiba, novembro, 2005.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. RIDENTE, M.S. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, 1990. pp.113-128.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves e PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). *In*: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (orgs). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

ENRIQUEZ, Eugène. Matar sem remorso: reflexões sobre os assassinatos coletivos. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 35, jul./dez, 2001.

EUZÉBIO, Eliane. **O poder das idéias: as traduções com objetivo político de Carlos Lacerda**. Dissertação de Mestrado. Área de Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, FFLCH/USP, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova "velha história": o retorno da história política. **Estudos Históricos**. V.5 n.10, 1992.

FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. **Topoi - Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 251-286, 2002.



FONSECA, Guido. DOPS – Um pouco de sua História. **Revista ADPESP**. Ano 10, nº 18, dezembro de 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GONÇALVES, Marcos. **Os arautos da dissolução**: Mito, imaginário político e afetividade anticomunista, Brasil 1941-1964. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Defesa: Curitiba, 2004.

\_\_\_\_\_. **As tentações integristas**. Um estudo sobre as relações entre catolicismo a política no Brasil (1908-1937). Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Defesa: Curitiba, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUGGINS, Martha. **Polícia e política: relações Estados Unidos/ América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998.

HUGGINS, Martha K; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G. **Operários da Violência**. Policiais torturadores e assassinos reconstróem as atrocidades brasileiras. Brasília: EdUnB, 2006.

HUTTON, Joseph Bernard. **Os Subversivos**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1975.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre, (orgs). **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

KUCINSKI, Bernardo. **Abertura: a história de uma crise**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, vol.17 n. 34 São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. **O poder insidioso dos homens ordinários: delação e cooperação nos regimes ditatoriais**. In: Lembrar ou punir. Como lidar com regimes autoritários, 2006, São Paulo. Lembrar ou Punir. Como lidar com regimes autoritários. São Paulo: DAAD, 2006. v. 1.

\_\_\_\_\_. La gestion des passions politiques. **Texto inédito**, 2007.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. [online]. 2008, vol.23, n.67, pp. 39-50.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi de. SWENSSON JR, Walter Cruz. **Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MENDONÇA, Sonia Regina e FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente – 1964- 1992**. São Paulo: Ática, 2006.

MIGUEL, Luís Felipe. Segurança e Desenvolvimento: peculiaridades da Ideologia da Segurança Nacional no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, n.5, 2002, pp. 40-56.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MÜLLER, R. G.. Realismo e Utopia: E. P. **Thompson e o Exterminismo**. Esboços (UFSC), Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 97-106, 2004.

MUNHOZ. Sidnei. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: Francisco Carlos Teixeira da Silva. (Org.). **O Século Sombrio. Ensaios Sobre As Guerras e Revoluções Do Século XX**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004, v. , pp. 261-281.

NAPOLITANO, Marcos. **Nós, que amávamos tanto a democracia: protestos de rua na Grande São Paulo (1977/1984)**. (Dissertação de Mestrado), 1994.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas. Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, João Henrique. **Do underground brotam flores do mal: Anarquismo e contracultura na imprensa alternativa brasileira (1969-1992)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em História Social. Defesa: Niterói, 2007

OLIVEIRA, Natália Vial de. **A Intentona Comunista na Bibliex: Em guarda contra o Comunismo**. XIV Encontro Regional – ANPUH, RJ. Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 19-23 de julho de 2010.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PRESOT, Aline Alves. **As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe militar de 1964**; 1; 151; Português; FICO, Carlos (Docente); História Social / UFRJ – 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (orgs). **O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de legitimidade (1964- 1984)**. Londrina: Ed. UEL, 2001.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970e sua herança. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (orgs). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual PAULISTA, 1993.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**. vol.22 n.44, São Paulo, 2002.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: Ediupf, 1998.

ROQUE, José Brito. Plínio Salgado ( Trajetória Política e Idéias). In: TEIXEIRA, Francisco Carlos;, MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**: idéias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed, UFSCar, 2006, pp.81-91.

ROLLEMBERG, Denise. Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura (1964-1974). In: REIS, Daniel Aarão & ROLLAND, Denis (org.). *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 57-96.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. História Política e Ditadura Militar. **Revista Territórios e Fronteiras**. V.1- jan/jun 2008. pp-154-166.

SÊGA, Rafael. História e Política. **Questões e Debates**. Curitiba, PR: Ed. Da UFPR. N. 37, 2002.

SILVA, Angelissa Tatyane de Azevedo e. **Sob a lógica da desconfiança: a polícia política na campanha “O petróleo é nosso!” (1947-1954)**. Anais da Anpuh, 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: O Brasil Republicano (vol. 4).

SPOHR, Martina. **Páginas Golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, maio 2010.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. **Os sete matizes do rosa ou o Mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis**. (TESE DE DOUTORADO), UFBA, Salvador, 2009.

SOUZA, Marcos Santana. Em tempos de terror e otimismo: o discurso autoritário na Imprensa de Sergipe (1964-1974). **Revista de História e Estudos Culturais**. V.5, n. 3, 2008.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TEIXEIRA, Francisco Carlos; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000.

THOMPSON, Edward. *et al.* **Exterminismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

TOLEDO, Caio Navarro de Toledo. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. V. 24. N.47. São Paulo, 2004.

VENTURA, Zuanir. **1968: O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

ZANOTTO, Gizele. **Tradição, Família e Propriedade: Cristianismo, sociedade e salvação**. In: XI Congresso Latino-americano sobre religião e etnicidade: Identidades e Convergências, 2006. São Bernardo do Campo/SP.

#### ARTIGOS ELETRÔNICOS:

FAGUNDES, Pedro Ernesto. "O Chefe Nacional está sempre entre nós": Imagens de Plínio Salgado nas publicações da Província Integralista Fluminense. **História, Imagens e Narrativas**, n. 10, abril/2010. Encontrado: <http://www.historiainagem.com.br/edicao10abril2010/chefenacional.pdf>. Acessado em 01 de setembro de 2010.

ROSA, Hélia Viana e RAMOS, Alcides Freire. Calabar- O elogio da traição (Chico Buarque e Ruy Guerra): Dimensões estéticas e políticas no teatro brasileiro na década de 1970, Disponível em:

<http://www.propp.ufu.br/revistaeletronica/humanas2003/calabar.pdf>. Acessado em 10 de fevereiro de 2010.

SANTOS, Ivanaldo. **O Tomismo de Gustavo Corção**. Encontrado em: [www.aquinate.net/revista/edicao%20atual/Estudos/.../Estudo-3-Santos.pdf](http://www.aquinate.net/revista/edicao%20atual/Estudos/.../Estudo-3-Santos.pdf).

VIEIRA, Luiz Renato. Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília** v.20, n. 2, p. 139-192, jul./dez. 1996. Disponível em: [www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=8272](http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=8272).

**ANEXO I**

## BIBLIOGRAFIA DO DICIONÁRIO

### **1. Livros da Bibliex, ESG e Comunidade de Informação:**

- 1- A INSURREIÇÃO DE 27 DE NOVEMBRO – Relatório do Delegado de Polícia do D. Federal – Dr. Eurico Bellens Porto – 1936 – Imprensa Nacional.
- 2- A INTENTONA COMUNISTA DE 1935- José Campos de Aragão - Biblioteca do Exército – 1973.
- 3- A POLÍTICA DE LUTA – James D. Atkinson – Tradução de M. Carechagan – Biblioteca do Exército – 1966.
- 4- A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO – Vário (sic) autores – Colaboração do Exército – Biblioteca do Exército -1966.
- 5- DISTÚRBIOS CIVIS- POLÍCIA – DISTÚRBIOS CIVIS E CALAMIDADES PÚBLICAS – 1974 – BIBLIOTECA DO EXÉRCITO.
- 6 - DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA NACIONAL – Dr. Eurico Castello Branco- Delegacia de Polícia – Edição José Konfino – 1971.
- 7 - ESPIONAGEM E OS MEIOS JURÍDICOS DE SEGURANÇA NACIONAL- Rui Pessoa – Biblioteca do Exército- 1966.
- 8- ESTRATÉGIA- Liddel Hart – Biblioteca do Exército – Tradução do General Celso dos Santos Meyer – 1968.
- 9- GUERRA REVOLUCIONÁRIA- Hermes de Araújo de Oliveira – Biblioteca do Exército – 1963.
- 10- GUERRAS INSURRECIONAIS E REVOLUCIONÁRIAS – Gabriel Bonnet- Tradução do General Carlos de Meira Mattos - Biblioteca do Exército – 1963.
- 11- GUERRA REVOLUCIONÁRIA – Robin Clarke- Tradução de Sérgio de Q. Duarte- Biblioteca do Exército – 1968.
- 12- INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS – Sherman Kent – Tradução do Cel. Hélio Freire – Biblioteca do Exército – 1967.
- 13-IPM 709- O COMUNISMO NO BRASIL – General Ferdinando de Carvalho – Biblioteca do Exército – 1966/67.
- 14-MANUAL BÁSICO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA – 1976.
- 15- MANUAL DOS CURSOS DA ADESG- 1973.
- 16-NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE SEGURANÇA FÍSICA DE DIGNATÁRIOS – SSP/GB – 1974.
- 17- O DIREITO DA SEGURANÇA NACIONAL – Mário Pessoa – Biblioteca do Exército – 1971.

- 18- O SERVIÇO SECRETO – Reinhard Gehlen – Tradução de Luiz Carlos Luchetti e Luiz Corção – Biblioteca do Exército – 1975.
- 19- OS SUBVERSIVOS – J. Bernard Hutton – Tradução de Luiz Corção – Biblioteca do Exército -1975.
- 20- PUBLICAÇÕES DA S.E.P.E.S – Congresso realizado no Rio de Janeiro – 1975.

## **2. Traduções Anticomunistas:**

- 21 - ANATOMIA DO COMUNISMO – Walter Kolars e outros – GRD- 1963. Tradução de Rocha Torres.
- 22 - ANATOMIA DA SUBVERSÃO – Thomas T. Hammond e outros – Tradução de Luiz Corção – Editora Arte Nova – 1975.
- 23-ALÉM DA NOVA CLASSE – Milivan Djilas – Tradução de L. Braga- Livraria Agir Editora- 1970.
- 24- A IGREJA ANTE A ESCALADA DA AMEAÇA COMUNISTA – Plínio Corrêa de Oliveira – Editora Vera Cruz Ltda- 1976.
- 25-A GUERRA POLÍTICA – Suzanne Labin – Editora Presença – 1964.
- 26-A NOVA CLASSE – Milovan Djilas- Tradução de Waltensir Dutra. Livraria Agir Ltda - 1971.
- 27-AS TRANSFORMAÇÕES DO COMUNISMO – Sir Percival Griffiths – Edição Fundo de Cultura – Tradução de Jorge Arnaldo Fortes – 1964.
- 28-CARTILHA DO COMUNISMO – Mosche Decter – Edições GRD – 1964 – Tradução do Donaldson M. Garschagen- 1964.
- 29-DESENVOLVIMENTO DO COMUNISMO MODERNO- Massino Salvadori – Tradução de G. Roberto – Editora Ipanema Ltda.
- 30-DOCTRINA E TÁTICA COMUNISTA – Plínio Salgado – Livraria Clássica Brasileira- S.A. -1956.
- 31-EM CIMA DA HORA- Suzanne Labin – Tradução de Carlos Lacerda - Distribuidora Record – 1963.
- 32-LUTA DE GUERRILHA- James Eliot – Tradução de Magda Mello. Edições GRD – 1965.
- 33-O COMUNISMO - André Ruezkowaki – Edição Esdeva – 1968. Tradução de Lina Dias.
- 34-O JARGÃO COMUNISTA - R.N. Carew - Tradução de A.C. Carvalho . Dominus Editora – 1964.



- 35-O MUNDO DA ESPIONAGEM- Ladislau Farago – Tradução de Elmira Guimarães – Ed. Dinal – 1966.
- 36-O QUE É O RUSSIANISMO? – Aristóphanes Barbosa Lima- 1962.
- 37-O SOCIALISMO- DO RENASCIMENTO AOS NOSSO DIAS- Claude Wilar – Tradução de Carmen Gonzales – Publicação Europa-América – Coleção Saber- 1971..
- 38-MESTRES DO EMBUSTE – J. Edgard Hoover – Editora Itatiaia Ltda- Tradução de João Etiene Filho e de Eugenio Amado – 1958.
- 39-PATRIOTISMO E NACIONALISMO – Gustavo Corção – Editora Presença – 1961.
- 40-VOCÊ PODE CONFIAR NOS COMUNISTAS (... ELES SÃO COMUNISTAS MESMO)- Fred Schwars – Tradução de A.C Carvalho – Dominus Editora S.S – 1963.
- 41-OS SIMPATIZANTES- Artigo de Herman Georgen – Jornal do Comércio – Rio de Janeiro- 1975.
- 42- RAÍZES FILOSOFICAS DA DEMOCRACIA E DO COMUNISMO – Pennington Baile – Edição Presença – Tradução de Fábio Alves Ribeiro.
- 43- SEGURANÇA E DEMOCRACIA – José Alfredo Amaral Gurgel – Coleção Brasil em Questão – Livraria José Olímpio Editora – 1975

### **3. Livros de Teoria Política, Ciências Sociais, Sociologia e Filosofia:**

- 44- A DIALÉTICA – Paul Foulquié – Tradução de Luiz A. Caeiro. Publicação Europa – América – 1949.
- 45-A UTOPIA – Thomas More – Tradução de Luiz de Andrade – Edições de Ouro- vol. 318 - Editora Tecnoprint S.A.
- 46-DOCTRINA GENERAL DEL ESTADO – Elementos de Filosofia Política – Jean Dabin- Tradução de Heitor Gonzales Moreno – México 1946.
- 47-ENSAIOS DE SOCIOLOGIA- Max Weber - Tradução de Fernando Henrique Cardoso – Zahar Editora – 1971.
- 48-INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA- Themístocles Brandão Cavalcanti – Fundação Getulio Vargas – 1969.
- 49-O CAPITALISMO – Ferroux François - Difusão Européia do Livro- 1970.
- 50-A POLÍTICA – Aristóteles – Tradução de Silveira Chaves – Editora de Ouro – Tecnoprint S.A.- vol.190.
- 51-O ESPÍRITO DAS LEIS – Montesquieu – Tradução de Victor Civeito – 1973- S.Paulo.

- 52-PRINCÍPIOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL MODERNO – Pinto Pereira – José Konfino Editora – 1955.
- 53-PRINCÍPIOS DE SOCIOLOGIA JURÍDICA – E. de Queiroz Ldma. Distribuidora Record Editora – 1958.
- 54-TEORIA DO ESTADO – Euzébio de Queiroz Ldma- Edição DIN- 1951.
- 55-TEORIA GERAL DO ESTAO – Rans Kelsen – Tradução de Fernando de Miranda – Edição Saraiva- 1938.
- 56-UMA TEORIA DE ANÁLISE POLÍTICA – David Eastor – Tradução de Gilberto Velho – Zahar Editora – 1968.
- 57-DIÁLOGOS- A REPÚBLICA – III PLATÃO – Edições de Ouro – vol 1273 – Tradução de Leonel Vallandro – Editora Tecnoprint.
- 58-OS GRANDES JULGAMENTOS DO S.T.F. – Ministro Edgar Costa – 3 volume – Editora Civilização Brasileira – 1964.
- 59-REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA- SENADO FEDERAL – Números 27 e 39.

#### **4. Almanques e Dicionários:**

- 60- ALMANAQUE ABRIL- 76/77 – Abril Cultural Ltda.
- 61-CONHECER- Dicionário Enciclopédico – Abril Cultural Ltda. 1969.
- 62-PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E CIVISMO – MEC – 1975.

**ANEXO II**

## SELEÇÃO DE VERBETES:

AI-5 - “É o instrumento jurídico que visa à preservação da Ordem Revolucionária e, conseqüentemente, remédio legal enérgico de anteparo à Segurança Nacional” (Prof. Mário Pessoa, “in” Legislação Brasileira e Segurança Nacional). O Ato Institucional nº 5, foi editado em 13 de dezembro de 1968. (p.09).

ALCAGUETE, COLABORADOR, CACHORRINHO ou INFORMANTE – Pessoa que colabora com a Polícia ou Órgão de Segurança, movido por quaisquer motivos ou interesses, inclusive patriótico.(p. 09).

ARROCHO – Palavra de ordem dos comunistas para designar a contenção da inflação de salários. (p.15).

BISCOITO – Na gíria subversiva, especialmente entre os militantes do MR-8: revólver, calibre 32. (p.60).

BOCUDAS – Gíria dos subversivos do Estado do Paraná, designando espingarda de caça. (p.60).

COMUNISMO (4) – Instrumento de Ação – Os instrumentos de ação do MCI, colocados de lado os órgãos que lhe dão apoio, ou seja, os Governos de países socialistas e as Embaixadas desses países, são: Os Partidos Comunistas, as Organizações de Frente e outras forças. Com relação aos Partidos Comunistas hajam vistas ara os verbetes: P.C.B., P.C. do B., Comunismo no Brasil (Inimigo Interno) e outros mais, neste trabalho. O mesmo se faça com relação a Frentes. Quanto a outras forças, abrangem elas tudo o que, sob motivações diversas, diretas, ou indiretamente, conscientemente, ou não, favorecem o imperialismo soviético. São forças atuantes, mas a variação do infinito de sua natureza dá-lhes grande fluidez, não permitindo sua designação por um nome mais particularizado. Eles incluem jornalistas, políticos, professores, religiosos, militares, civis, meios de comunicação, enfim, tudo aquilo que atua, ou possa atuar, independentemente de filiação consciente, ao lados dos componentes do MCI. Os Partidos Comunistas são secundários em relação ao perigo que representa ao MCI. O P.C. ameaça um sistema de governo; o MCI ameaça a liberdade de todos os povos, com a cumplicidade inconsciente dos P.C. – Veja: Órgãos de apoio ao MCI”. (p.60).

COMUNISMO (10) – Os objetivos do MCI – Os objetivos do MCI, em síntese, são: 1. A hegemonia soviética sobre o mundo. 2. A socialização dos países democratas. Para a consecução do processo subversivo dos comunistas, podem ser alinhados dois grupos de atividades, a saber: 1. As atividades que visam ao desmantelamento dos valores tradicionais, pelos desgaste físico e psicológico do poder constituído e de seus agente, visando a obter o seu colapso, ao mesmo tempo que, velem-se os comunistas dos antagonismos existentes e os agravam, procurando, ainda, suscitá-los nas áreas ainda não sensibilizadas. 2. Atividades que se destinam à implantação dos valores comunistas, através da organização dos seus quadros dirigentes e da arregimentação da massa em torno da máquina subversiva, para dar-lhe enquadramento e agressividade. Ambas essas atividades são perfeitamente sentidas no Brasil, em maior ou menor escala. Ressalte-se, com relação ao primeiro grupo de atividades, até recentemente ocorria no Brasil, e nos demais países democráticos, em maior escala: 1. A criação de instabilidade social, através de excessiva valorização da juventude, sob o engodo do estabelecimento de um “poder jovem”. 2. Destruição dos valores morais e espirituais da nacionalidade, pela pregação do amor livre, a exploração do sexo, o desrespeito aos pais e aos mais velhos, e desprezo pelo sentimento religioso etc. 3. Descrédito das Autoridades, através do lançamento de boatos sobre corrupção administrativa e ataques às medidas governamentais, apontadas como impopulares e atentando apenas para interesses do grupo que mantém o poder. (p.70).

COMUNISMO (11) – Objetivos Imediatos – Os Objetivos imediatos dos Partidos Comunistas – São os seguintes: a desmoralização da Revolução de 31 de março de 1964, ao mesmo tempo em que constituem uma “Frente Única” de todas as esquerdas para empolgar o poder. Dos demais grupos radicais: obtenção de fundos, formação de quadros para a luta armada, reorganização partidária, conscientização dos futuros militantes. Além dos objetivos acima, presentemente a plataforma defendida pelos comunistas infiltrados no partido da oposição ao Governo do Brasil, pelos simpatizantes e adeptos, através de meios de comunicação, são os seguintes fins que perseguem: 1. Restabelecimento do Habeas-Corpus para os crimes contra a Segurança Nacional. 2. Revogação do Ato Institucional nº 5/68. 3. Revogação do Decreto nº 477. 4. Contra as multinacionais. 5. Contra os contratos de riscos, para a pesquisa de petróleo. 6. Convocação de uma Constituinte. 7. Anistia geral para os presos políticos. 8. Anistia geral para os elementos cassados. 9. Elaboração de nova Constituição. 10. Contra o “arrocho-salarial”. 11. Pela eleição direta do Presidente da República. (pp.70-71).

DATAS IMPORTANTES OU CALENDÁRIO COMUNISTA – São as datas em que os comunistas comemoram, durante o ano, ou são lembradas pelos mesmos. Algumas delas são: JANEIRO – 3 (1898) – Aniversário de Luiz Carlos Prestes; 3 (1918) – Congresso Constituinte da Confederação Geral do Trabalho Russo; 12 (1925) – Início da Guerra Civil na China, de caráter anti-imperialista; 21 (1924) – Morte de Lenine; MARÇO – (1962) – Criação do Partido Comunista no Brasil; 1919 – Fundação da III Internacional; 8 (1910) – Primeiro Congresso Feminino, realizado na Rússia; esse dia foi instituído como “Dia Internacional das Mulheres”; 12 (1917) – Que do czarismo, na Rússia; 14 (1883) – Morte de Karl Marx, fundador do Socialismo Científico; 15 (1928) – Realização do 4º Congresso da Internacional Sindical Vermelha, Hoje F.S.M.; 18 (1871) – 18 (1871) – Proclamação da Comuna de Paris; 21 (1919) – Proclamação da República Soviética da Hungria; 25 (1922) – Fundação do Partido Comunista do Brasil, que em 1961/62 passou a denominar-se Partido Comunista Brasileiro; ABRIL – 22 – 1870 – Nascimento de Lenine, em Simbirski; MAIO – 1º - Dia Internacional dos Trabalhadores; 5 (1818) – Nascimento de Karl Marx; JUNHO – 10 – 1920 – Fundação do Partido Comunista dos E.U.A.; 25 (1867) – Aparece o 1º volume do livre “O Capital”, de Karl Marx; - AGOSTO – 5 (1895) – Morte de Frederich Engels, em Londres; 23 (1927) – Morte de Saco e Vanzetti, anarquistas americanos, e eletrocutados; NOVEMBRO – 1917 – Vitória da Revolução Russa; 20 -1919 – Fundação da Internacional Juvenil Comunista ; 27 – 1935 – Revolução da Aliança Nacional Libertadora (Intentona Comunista), no Brasil; DEZEMBRO – 10 – 1917 – É abolida a propriedade privada das terras, na Rússia; 21 – Aniversário de Stálin.(p.88).

DIREITOS HUMANOS – Palavra de ordem em campanha realizada por elementos de esquerda subversiva, exclusivamente em favor de companheiros presos, a fim de atrair, pela compaixão, a simpatia popular. Veja “Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana”.(p.100).

DOCTRINA DA SEGURANÇA NACIONAL (1) – É o “conjunto de conceitos básicos, de princípios gerais, de processos e normas de comportamento que permitem a orientar os estudos, a formação e desdobramento de uma política de Segurança Nacional, visando a alcançar e manter seus propósitos, ajustados esses às reais possibilidades do Poder Nacional e à situação conjuntural”. (2) – Compete à União, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1969, “planejar e promover o desenvolvimento e a segurança nacional (nº V, do art. 8º). O Conselho de Segurança Nacional é o órgão de mais alto nível da assessoria direta ao Presidente da República, para formulação e execução da política de segurança nacional (art. 87 da Constituição Federal de 1969. Ainda a Constituição Federal, de 1969, em seu art. 89, n. II, prescreve que complete ao Conselho de Segurança Nacional: “estudar, no âmbito interno e externo, os assuntos que interessem à segurança nacional”. Em 20 de agosto de 1949, foi criada a escola Superior de Guerra, tende por finalidade “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários à direção e ao planejamento da Segurança Nacional”. As atividades da ESG são pioneiras no estudo sistemático dos problemas brasileiros e contribuem poderosamente para a implantação no País, de um sistema contínuo e não episódico, do planejamento da ação Governamental. Através dos estudos contínuos da ESG, vem se conseguindo a formulação da Doutrina de Segurança Nacional, sempre objeto de aperfeiçoamento. Fornecendo conceitos, princípios, métodos e raciocínios, e realizando trabalhos, tudo condicionado à realidade brasileira, à luz da conjuntura nacional, vem da ESG estabelecendo a chamada Doutrina da Segurança Nacional. A ESG, que é diretamente subordinada à Presidência da República, dedica-se,

também, a estudos e pesquisas sobre assuntos doutrinários e conjunturais, relativos à Segurança Nacional, para o Estado Maior das Forças Armadas(EMFA) . A Doutrina da Segurança Nacional. Constituída de conceitos, principalmente, é encontrada neste trabalho. Assim, devem ser procurados os verbetes: 1. Segurança Nacional. 2. Objetivos Nacionais. 3. Objetivos Nacionais Permanentes. 4. Objetivos Nacionais Atuais. 5. Política Nacional. 6 . Ação Governamental. 7. Segurança Interna. 8. Segurança Externa. 9. Aspirações e Interesses Nacionais. 10. Interesses e Aspirações Nacionais. 11. Fatores Adversos. 12. Antagonismos. 13. Pressões. 14. Pressões Dominantes. 15. Política de Segurança Nacional. 16. Formas ou Expressões do Poder Nacional. 17. Ação Psicológica. 18. Guerra Psicológica. 19. Guerra Revolucionária. 20. Segurança Nacional e Desenvolvimento. 21. Poder Nacional, e muitos outros. Alguns desses conceitos já figuram em leis, como por exemplo, a de Segurança Nacional. Etmologicamente, doutrina é vocábulo do latim “doctrina”, cuja raiz, decere, significa ensinar. Conceituada sob o aspecto filosófico, é um conjunto coerente de idéias destinadas a serem transmitidas pelo ensino. As idéias constituídas de uma doutrina têm características próprias. Em primeiro lugar, são idéias fundamentais. Em segundo lugar, definitivas. O estabelecimento de uma doutrina permite conduzir a formação de uma política. A conceituação da Doutrina de Segurança Nacional (ESG), é apresentada como: “Um conjunto de conceitos básicos, de princípios gerais de processos e normas de comportamento que permitem orientar os estudos, a formação e o desdobramento de uma Política de Segurança Nacional, visando a alcançar e manter seus propósitos, ajustados esses às reais possibilidades do Poder Nacional e à situação conjuntural”.(pp.106-107).

FRENTES INTERNACIONAIS – O Movimento Comunista Internacional, para a realização do processo revolucionário mundial, recorre aos Instrumentos de Ação e aos Órgãos de Apoio. Como Instrumentos de Ação, se vale o MCI dos Partidos Comunistas dos Países não comunistas, às Organizações de Frente e a outras forças. Os Órgãos de Apoio do MCI são os Governos de países Socialistas, as Embaixadas Socialistas, os escritórios ou representações comerciais etc. As organizações de Frente Comunistas, no Brasil, como nos demais países não-comunistas, representam a grande ameaça, e um perigo infinitamente maior que o representado pelo Partido Comunista ou Partidos Comunistas locais, ou qualquer de suas alas dissidentes. As Frentes surgiram quase simultaneamente com os Partidos Comunistas, mas seu imenso valor para a vitória comunista só na última década foi avaliada em toda a sua plenitude, o que elevou ao máximo a sua exploração no processo de subversão conhecido como Guerra Revolucionária Mundial. Existem Frentes Internacionais Comunistas, sediadas em países satélites da URSS, como a Federação Sindical Mundial (FSM), o Conselho Mundial da Paz (CMP), a União Internacional dos Estudantes, a Federação Internacional de Sindicatos de Ensino, a Anistia Internacional etc., e existem Frentes Nacionais, filiadas às Internacionais e por elas dirigidas e mantidas, ou subvencionadas. No âmbito nacional, as Frentes não se dizem comunistas, nem aparecem com o nome de Frentes. Elas aparecem como Ligas, Associações, Clubes, Campanhas etc., interferindo na organização religiosa, cultural, pacifista, econômica, beneficente, intelectual, feminista, estudantil, classista etc. Todas surgem apregoando seus propósitos elevados e belíssimos programas de ação e atuam procurando não atrair a atenção das Autoridades e não assustar seus militantes não-comunistas e, por vezes, em face do entusiasmo que provocam, chegam a pleitear subvenção do Governo contra o qual estão agindo. Para que a concepção das Frentes seja bem compreendida basta dizer que o comunista alemão Willi Munremberg, que teve a tarefa inicial de organizá-las, denominou-as “Clubes Inocentes”, nome que não ficou, por motivos óbvios, mas que revela bem a idéia estratégica básica. Sua forma de ação é tão velada, que existe uma série de organizações fichadas como “provavelmente comunistas”, ainda funcionando e arregimentando militares, sem que possamos fazer mais do que observar suas atividades. A razão dessa tolerância decorre da certeza de que seria tomada como arbitrariedade, violenta e contraproducente, uma ação prematura contra certas organizações, cujos programas coincidem com nossos mais nobres ideais, antes que elas tivessem revelado os reais e espúrios objetivos, para cuja consecução se acham potencialmente preparadas. As Frentes promovem o MCI mediante intensa propaganda que traga em seu bojo ataques sistemáticos aos “imperialistas” e apologia aos países socialistas; procuram atrair os cidadãos para causas dignas e depois os levar a causa comunista; sempre procura camuflar o trabalho comunista, apresentando-se como defensora das justas reivindicações populares nacionalistas, ou de classe e, só, quando exaltados os ânimos, lançam os “slogans” comunistas e comprometem os seus filiados não-comunistas como o MCI; apoiam as guerras de libertação; insinuam aos leigos que socialismo não é comunismo; protestam contra pretensas violências em países ocidentais, recorrendo aos Direitos a Pessoa Humana, sem entrarem em comentários nos campos de concentração existentes na URSS,

mortes, lavagens cerebrais etc. ali praticados. Esses procedimentos, entre outros, identificam a presença de uma Frente Internacional, ou Nacional. As Frentes existem em áreas heterogêneas; recrutam adeptos em todas as classes sociais, sem exigir qualquer compromissos de natureza comunistas. Assim, elas logram orientar e unir grupos de opiniões convergentes e criar um violento e aparentemente não interligado organismo de pressão contra o Governo. Assim, também, elas conseguem manifestações simultâneas das mais variadas camadas ou classes sociais por todo o País, dando a impressão de que o objetivo da maioria comunista equivale a uma aspiração nacional. O mais grave é que a existência dessas Frentes nos leva a ter de caracterizar como inimigo interno, no processo subversivo, uma parcela ponderável de nosso próprio, bom, patriótico e democrático povo. Os bons democratas, desprevenidos, associam-se por vezes às Frentes, com as melhores intenções. E a liderança comunista de cada Frente trabalha, defende seus interesses, conquista a amizade de todos, inspira a confiança e consolida sua influencia, preparando o terreno para uma oportuna traição. Quando necessários, os militantes são levados a fazer coro com o claro de seus líderes, que sabem como conduzi-los, com sutilezas, para que se manifestem a favor dos propósitos do MCI e a tal ponto se enganam que, mesmo quando descobrem o quanto vinham sendo ludibriados. O Processo Revolucionário Mundial, ao constatar a reação de certos grupos de se filiarem ao PC e as motivações revolucionárias da maioria dos países coloniais e subdesenvolvidos que não apresentam as características marxistas de luta de classes, procurou organizar-se no sentido de envolver as grandes massas, sem lhes exigir filiação partidária, aglutinado-se sob a bandeira de amplas associações que defendem teses perfeitamente válidas aos menos avisados. Essas associações são as Frentes Internacionais de que estamos falando. Elas servem de ponte, de aliança, de tática, de cobertura ou veículo para serviços secretos comunistas, e desenvolvem propaganda, procurando mostrar a simpatia, o apoio e aceitação do comunismo no Mundo. As Frentes servem, ainda, ao Comunismo Internacional, através de seus objetivos clandestinos de líderes, propiciando: 1. Informações Sigilosas. 2. Treinamento de Líderes. Obtenção e fornecimento de recursos para Partidos Comunistas Locais. 4. Propaganda. Recorrem as suas Embaixadas (imunidades diplomáticas) para a introdução da propaganda escrita, como as missões econômicas, técnicas, sociedades de fins culturais etc. (pp. 146-148).

**INFILTRAÇÃO NO MEIO RELIGIOSO** – A penetração no meio religioso é um fenômeno complexo não apenas por suas conotações internacionais, como pelo fato de atingir profundamente as bandeiras dos descontentamentos e das inquietações sociais que agitam os povos. É extremamente difícil distinguir os limites onde a sinceridade e a hipocrisia se encontram na defesa ou na exploração de justas causas da miséria e da injustiça humana. A verdade é que se observam constantemente atividades subversivas de religiosos que procuram exacerbar as populações, lançando-as contra as bases da ordem vigente. O movimento no meio religioso vem-se manifestando de modo crescente, em particular na América Latina, onde existem motivos bastante favoráveis à disseminação dos motivos de insatisfação e revolta. De um modo geral, os religiosos que desenvolvem teses radicais, de cunho socialista, no seio de seus fieis, podem ser classificados em um dos seguintes grupos: comunistas-infiltrados, simpatizantes, revoltados e socialistas. Os grupos mencionados adotam a posição religiosa denominada de progressistas, nada mais representando do que uma linha auxiliar do comunismo. Os comunistas infiltrados são elementos designados pelo Partido Comunista para os Seminários e as Ordens Religiosas, e os elementos que se contaminaram e aderiram ao comunismo. Os simpatizantes são geralmente os adeptos da convivência pacífica os condescendentes e os que não consideram o comunismo como um sério problema para a sociedade e para a Igreja. Os revoltados são os que se rebelam contra o “capitalismo” do Vaticano e a servidão do clero ao “imperialismo econômico”. Essa corrente considera que o comunismo é o único meio de alcançar a igualdade social e a justiça pregada no Evangelho. Por essa razão, denomina a sua campanha de evangelização ou conscientização. Os socialistas pregam o socialismo cristão, na realidade um comunismo disfarçado. A ação desses grupos vem-se traduzindo através de atividades esquerdistas da JOC, da JUC, da AP e outras organizações, pelo clima subversivo que esses religiosos progressistas instauraram em vários centros, com a participação de elementos descontentes e auxiliares da linha comunista. (p. 177).

**ÓRGÃO DE INFORMAÇÕES – CONDIÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO EFICIENTE DE UM ÓRGÃO DE INFORMAÇÕES** – 1. Colocação nas posições-chaves de homens preparados para fazer do órgão a razão de sua vida, não apenas uma ocupação fortuita. 2. O serviço no órgão não pode ser encarado apenas como degrau para promoção funcional, profissional ou pessoal. 3. O Órgão deve

ser dirigido por um grupo reduzido de homens, mas de alto gabarito, amantes do anonimato e desejosos de preservar nessa tarefa especial. Devem buscar a recompensa, antes de tudo, no próprio trabalho e no serviço que prestam ao Governo, e não no aplauso popular. 4. O órgão, se civil, deve ficar sob a direção de um civil. 5. Quem quer que seja nomeado para o cargo de Diretor do órgão de informação deve fazer do posto a razão de sua vida. 6. Qualquer que tenham sido suas profissões anteriores, militar ou civil, uma vez ocupando posição de destaque no órgão, deve despir-se de tais condições e “vestir a roupa” do serviço de informação. 7. O sucesso das grandes organizações de Informações não se deve tão-somente à habilidade de seu Diretor e às altas qualidades de seus principais assistentes, mas ao fato de que o Diretor se acha no cargo por tempo suficiente para ganhar a confiança pública, adquirir o espírito de corpo de sua organização, desfrutar de grande prestígio. 8. O escolhido para Diretor de uma agência de informação deve possuir poder de crítica que só se adquire através de longa experiência e conhecimento profundo para ser capaz de separar o trigo do joio, na massa de informes que passará no seu Gabinete. 9. Uma boa agência de informação se civil, deve contar com militares, do mesmo modo que uma organização das forças armadas deve contar com civis, num trabalho comum e com o mesmo fim. 10. Deve ser evitada a substituição constante de diretores e chefes de agências de informações, pois quando isso ocorre, a eficiência dos serviços fica reduzida e diminui o prestígio do órgão. 11. O chefe ou o Diretor deve ter o direito de escolher seus assistentes. 12. A agência de informação reunirá e processará seus próprios informes. 14. Deve a agência contar com uma verba própria e usada pela Direção, sem comprovação, como ocorre comumente com outros tipos de serviços. 15. O controle do pessoal da agência deve ficar a cargo, exclusivamente da direção da agência. 16. Participando da comunidade de informações, receberá a agência missões a desempenhar só ou em conjunto com outras organizações. 17. Todo trabalho operacional e o pessoal da agência deve contar a “cobertura” oficial do sigilo, importando em penalidades adequadas a quebra de segurança. 18. Estímulos ou prêmios devem existir para reconhecimento àqueles que venham a se destacar nos trabalhos da agência. (pp. 252-253).